

32

REVISTA DO INSTITUTO  
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

---



N.º 27

---

1965 - 1978

1966

**REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE SERGIPE**

Rua Itabaianinha, 41

**Fundado em 6 de Agosto de 1912**

Presidente Honorário — Exmo. Sr. Governador do  
Estado de Sergipe:

*Prof. Dr. José Rolemberg Leite*

**DIRETORIA PARA O BIÊNIO 1977 - 1979**

Presidente: Profa. Maria Thetis Nunes

Vice-Presidente: Engenheiro Fernando Figueiredo Porto

Secretário - Geral: Dr. José Silvério Leite Fontes

1.º Secretário: Desembargador Joel Macieira Aguiar

2.º Secretário: Economista Luís Fernando Ribeiro Soutello

1.º Tesoureiro: Bacharel João Barreto Almeida

2.º Tesoureiro: Engenheiro Emanuel Franco

Orador: Jornalista Luís Antônio Barreto

Coordenação da Revista: Profa. Maria Nele Santos

# REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

---

Fundado em 1912, reconhecido como de utilidade pública pela lei estadual n.º 694, de 9 de novembro de 1915, considerado de utilidade continental pela Resolução n.º 58 do Congresso Americano de Bibliografia e História de Buenos Aires, em 1916, e reconhecida de utilidade pública pelo Decreto Federal n.º 14.074, de 19 de fevereiro de 1920.



INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE SERGIPE  
RUA ITABAIANINHA, 41  
ARACAJU.

*Reaparece a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ausente da vida cultural sergipana desde 1965. Cumpre, assim, a atual Diretoria uma das metas traçadas quando iniciou sua administração. Muitas foram as dificuldades encontradas para tal realização, principalmente de ordem financeira. Foram vencidas graças ao apoio do Exm.<sup>o</sup> Sr. Governador do Estado, Dr. José Rolemberg Leite, da bancada sergipana no Senado e na Câmara Federal e de alguns membros da Assembléia Legislativa Estadual, que incluíram, nos orçamentos da União e do Estado, o Instituto Histórico em suas verbas pessoais.*

*Agradecendo a cooperação recebida, esperamos que ela continue, pois só assim poderá essa Instituição seguir seu desempenho junto à comunidade sergipana, plantado, nos idos de 1912, por um grupo de idealistas.*

*MARIA THETIS NUNES — Presidente*

## A HEURÍSTICA E A HISTÓRIA DE SERGIPE

José Silvério Leite Fontes

Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe

Quando se contempla retrospectivamente a Historiografia sergipana, descobre-se que a única obra de caráter geral até agora publicada, com fundamento em sólida documentação, foi a de *Felisbello Freire*. As demais foram obras elaboradas apressadamente, tomando por base certo tipo de fontes, como mensagens presidenciais ou jornais, ou recorrendo aos trabalhos de historiadores, os quais, embora valiosos, são fontes indiretas, eivadas das perspectivas interpretativas de seus autores.

Há também grande número de monografias, ensaios, artigos de periódicos, muitos deles bem documentados e com dados inteligentemente preparados, verdadeira contribuição científica à História sergipana.

Porque essa diferença entre a variedade dos trabalhos especiais e a pobreza numérica daqueles de caráter geral? Muitas respostas poderão ser apresentadas. Infelizmente terão de consistir em simples hipóteses, resultantes da comparação entre as condições gerais de vida e de trabalho dos autores e os aspectos característicos de suas produções. Restaria fazer-se o minucioso estudo das circunstâncias aderidas a cada historiógrafo para que se pudessem induzir conclusões seguras.

Poderíamos sugerir como hipóteses: a condição de vida dos autores, geralmente homens de classe média, obrigados ao exercício de outras profissões para ganharem o sustento; a falta de estímulos culturais, numa província pequena e relativamente isolada do todo nacional; a ausência de meio universitário que abrisse oportunidades e meios ao trabalho científico continuado, etc., etc.: Queremos, porém, entre outras tantas, indicar uma que não atinge à pessoa do pesquisador, mas às suas condições de trabalho especializado. Referimo-nos às dificuldades na coleta das fontes históricas, sobretudo

para os que viveram e vivem em Sergipe. Cada um tem de procurar exaustivamente a documentação necessária em arquivos semi-organizados ou completamente desorganizados, arquivos e bibliotecas sem classificação de seu acervo, e, nos lugares mais diversos, documentos dispersos. Tem de viajar a Salvador e ao Rio de Janeiro, pelo menos, para completar o recolhimento de suas fontes de informação. E, porque não, Portugal? Ademais faltam especialistas para explorar, no campo de trabalho sergipano, as disciplinas auxiliares da História, tais como a Arqueologia, a Onomástica, a Genealogia, a Paleografia e outras, que grandes serviços poderiam prestar ao conhecimento de nosso passado.

Entretanto, a falta de conhecimento de tantas e tão variadas fontes de informação reduz os que tentarem escrever a conclusões parciais, precárias, salvo algumas exceções, enquanto se tem notícia das grandes possibilidades a utilizar.

Cumpre-nos reconhecer que ainda predomina, em Sergipe, a convicção de que a produção histórica é exclusivamente individual ou quase somente expressão de um indivíduo. Ora, a História não se pode escrever mais isoladamente, quer no plano da síntese, quer sobretudo no da análise. No primeiro, a complexidade do objeto, a totalidade da vida social humana e de suas manifestações culturais, faz muito difícil a uma só pessoa tratar proficientemente de todos os aspectos. Daí, no caso de obras gerais, a multiplicação dos programas de realização coletiva. No segundo, a variedade das fontes históricas supõe a elaboração de técnicas especializadas para explorá-las, assim como sua dispersão exige a soma de muitos esforços individuais.

Se não há trabalho verdadeiramente científico em História, sem construção metódica dos dados, sua interpretação, compreensão e explicação, também não o há sem coleta tanto quanto possível exaustiva da documentação e sem seu exame crítico. Por isso, *Marrou* elogia *Gibbon* e *Ranke* como iniciadores da linha daqueles que juntam a erudição e a visão histórica, no congraçamento harmonioso das duas competências (1).

Por isso, consideramos como tarefa coletiva fundamental dos que se empenham pelos estudos históricos, em Sergipe, a de reunir, registrar e catalogar todas as informações sobre o nosso passado, assim como a de facilitar seu conhecimento pelos pesquisadores.

Essa parte da investigação histórica, a Heurística, estudo das fontes, tem sido muito descuidada entre nós. Para valorizar e preservar a documentação, não basta o interesse dos especialistas, mas se requer também a participação da comunidade e a atuação dos poderes públicos. Infelizmente, falta nesses setores consciência histórica esclarecida. A tendência é ver nos documentos históricos, como *H. Ford*, um amontoado de lixo, e não tomar conhecimento da observação de Ranke: "É certo que são papéis mortos, mas são o resíduo da vida e, pelo seu estudo, o espírito faz com que essa vida brote deles".<sup>(2)</sup>

Os homens deixaram vestígios de suas atividades: textos — manuscritos ou impressos —, produtos das atividades industriais e artísticas, linguagem, costumes, utensílios, ornamentos, etc.. Em si, são cousas mortas. Porém, como a brasa encoberta na cinza, guardam a chama da vida, que nossa mente vai soprar sobre eles. Os vestígios transformam-se em fontes e documentos ou indicações, avisos, de uma segunda existência. Por isso, Lucien Febvre, em passagem já famosa, escreveu que todas as coisas, quer produzidas pelo homem, quer condicionantes de sua vida pretérita, com ela relacionadas, são documentos, provas, lições.<sup>(3)</sup>

Os estudiosos do assunto tentaram classificar e enumerar os tipos de documentos. Claro que essas tentativas estarão sempre destinadas a ser imperfeitas e incompletas, além de que o mesmo documento poderá ser incluído em mais de uma classe, a depender do aspecto sob que for focalizado. Dentro de nosso objetivo, procuraremos aqui enumerar exemplificativamente alguns tipos de documentos que possam servir à Historiografia sergipana, tomando por guia os quadros elaborados por *Wilhelm Bauer*<sup>(4)</sup>:

1. Clima. Acidentes geográficos. Fauna e flora da colonização ao presente.
2. Tradições orais: as manifestações orais do folclore, em todas as suas modalidades.
3. Tradições escritas: textos administrativos, textos jurídicos, leis, textos judiciais e cartoriais, correspondência oficial, livros e papéis de receita e despesa, inquéritos de ordem administrativa, levantamentos estatísticos, etc., etc..

4. Tradições escritas: correspondências particulares, livros contábeis, registros particulares, etc, quer de associações, quer de indivíduos ou famílias;
5. Nomes próprios, locativos e genetlíacos;
6. Tradições escritas: documentos eclesiásticos;
7. Relatos, crônicas, biografias, obras históricas, etc.
8. Jornais, periódicos, libelos, folhas soltas, etc.;
9. Escritos artísticos-literários e científicos;
10. Mapas, planos de lugares, *croquis*;
11. Retratos, fotografias, filmes;
12. Gravações;
13. Utensílios, vestes, edifícios ou ruas, ruínas, estátuas, obras de pintura, armas, jóias, os produtos da atividade humana em geral.

Da relação apresentada, poder-se-á inferir o quanto a manutenção do acervo histórico exige dos particulares e principalmente dos poderes públicos. É preciso que se multipliquem os arquivos, as bibliotecas, os museus de diferentes especialidades. Ressaltamos a importância dos poderes públicos, pois somente estes, talvez com exceção das Igrejas, dispõem dos meios necessários ao vulto do empreendimento. Sabemos que, em Sergipe, até aqueles sofrem da escassez de recursos. O campo é vasto. Nem por isso devemos desanimar. Mas traçar planos de trabalho e executá-los paulatinamente. Insistimos sobretudo na responsabilidade da Universidade, do Estado, dos Municípios (em seus respectivos âmbitos) e da Igreja Católica, considerando sua missão, suas tradições e seus meios de trabalho.

Ao lado da organização de museus, arquivos e bibliotecas, é preciso treinar pessoal para as diversas especialidades relativas ao estudo dos variados tipos de documentos. Precisamos de entendidos na leitura de textos manuscritos, de arqueólogos, geógrafos, biogeógrafos, antropólogos, entendidos em Linguística, Genealogia, Heráldica, etc. É certo que, no momento, bastaria preparar uma pessoa para cada especialidade ou para um feixe de especialidades afins. A Universidade e o Estado, mediante convênio, poderiam mandar for-

mar o pessoal, em centros adequados, oferecendo-lhe depois emprego condignamente remunerado.

No que se refere ao material de arquivos, o Departamento de História da U. F. S. está realizando o Levantamento das Fontes Primárias, embora praticamente, até hoje, sem apoio da administração universitária, pois lhe falta pessoal administrativo auxiliar mínimo, publicação dos repertórios confeccionados, etc. — O Departamento também está interessado em propor ao Governo do Estado a criação da carreira de Arquivista, em nível superior, aberta a diplomados em Arquivologia e em História, assim como a criação de um sistema estadual de arquivos, que reuna o Arquivo Público atual e arquivos regionais a serem criados nas principais cidades do interior.

A elaboração e publicação de inventários de fontes representa uma das tarefas preliminares de máxima importância. Pelo que temos notícia, com o apoio do M.E.C. e da O.E.A., programas semelhantes estão sendo realizados pelas Universidades Federais de Paraíba e Mato Grosso. A Universidade Federal do Paraná é pioneira, em colaboração com a Fundação estadual para a pesquisa. Algo parecido ocorre também com a Universidade de São Paulo. Cumpre nesse particular, destacar um trabalho individual, tese de doutoramento, da *Profa. Ana Maria de Almeida Camargo*, intitulada "*A Imprensa Periódica como objeto de instrumento de trabalho: Catálogo da Hemeroteca Júlio de Mesquita do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo*", publicado em 1975, em S. Paulo. Cabe ainda referência ao programa em execução para arrolamento de fontes da História Geral da Agricultura no Brasil, promovido pela Fundação Getúlio Vargas.

Essa espécie de trabalho tem por finalidade facilitar aos pesquisadores os meios de informar-se, com poupança de esforços, despesas e tempo. Em consequência, permite-lhes ir além do patrimônio comum, aonde não chegaram a catalogação e o inventário. O que se vem iniciando no Brasil, já há muito se realiza noutros países mais adiantados e que zelam mais por sua História, ou pela História da Humanidade. M. Richard (1945) e P. O. Kristeller (1947) organizaram repertórios de manuscritos gregos e latinos. A França, a Itália e a Bélgica vêm promovendo sistematicamente a publicação da relação dos manuscritos de suas bibliotecas. A França, desde 1849. Na França, na Bélgica e na Itália, grupos de eruditos continuam ainda esse trabalho, iniciado nos séculos XVII e

XVIII, pelos beneditinos de S. Mauro, os jesuitas bollandistas, Muratori. Na Alemanha, desde 1826, os eruditos começaram a publicação dos *Monumenta Germaniae historica*. Na Áustria, desde 1846, as *Fontes rerum Austriacarum*. Na Grã-Bretanha, desde 1856, os *Calendars of State papers*. E assim muitos outros grandes historiadores e eruditos participaram dessa obra coletiva, como *Mommsen, Henri Hauser, Wattenbach, O. Lorenz, D. Rivet, etc.*, além dos já citados (5).

Para que esse trabalho de paciência e persistência ditas muito apropriadamente beneditinas, dê frutos e se mantenha, é mister que haja nos dirigentes do Estado e nos líderes sociais e, de certa maneira, em todas as camadas sociais, uma viva consciência histórica. Certa visão pragmática dominante nas sociedades incultas e pouco reflexivas, limita-se ao presente e ao próximo futuro. Não compreende que o presente está saturado do passado. Que essas circunstâncias acumuladas do passado e do presente constituem a base concreta das possibilidades do futuro.

Certo limiar da consciência histórica é requerido para a preservação dos acervos documentais. Por sua vez, esses, transformados em fontes de água viva, fontes de saber, alimentam e enriquecem a consciência histórica. Nossa sociedade parece não orgulhar-se muito de seu passado, porque faltam nele os grandes feitos heróicos, doirados pela imaginação, promotores de resultados decisivos para a História pátria ou mesmo a História local. Isso é difícil de encontrar em Sergipe, recanto provinciano do Brasil, cujas mudanças resultaram sobretudo de decisões estranhas. Reflete a mentalidade da aristocracia patrimonial, das grandes famílias, que infelizmente, para elas, não têm grande e glorioso passado, de uma aristocracia patrimonial que vive seus últimos momentos nesse último quartel do século, aferrada angustiadamente a seus privilégios fenecentes, sem possuir braços para sustentar o vigor de seu nome e tradição necessária para lutar com inteligência. Nós outros, porém, a grande massa dos sergipanos, que hoje, através da democratização do ensino, ascemos à cultura intelectual, nada temos a ver com tais sonhos inúteis e com os gestos descontrolados e irracionais que daí resultam. Por isso, o nosso passado não pode ser o dos heróis, mas o dos homens comuns, dos movimentos coletivos, quando as personalidades emergem na convivência das coletividades, sem projetar-se sobre elas. E, se temos alguns heróis, estes são produtos de seu esforço e de sua capacidade intelectual.

Se Sergipe quer ser uma área social distinta e definida, no seio da nacionalidade, precisa aprimorar, em termos objetivos, sua consciência histórica. Ela também contribuirá para humanizar mais os sergipanos, pois a História nos revela tudo o que é humano.

#### NOTAS

- (1) Marrou, Henri-Irénée, *Q'est-ce que l'Histoire*, in, *L'Histoire et ses Méthodes*, dir. de Samaran, Charles, Ed. Gallinard, Paris, 1961. pgs. 27-30.
- (2) Besson, Waldemar, Coord. de *Enciclopédia Meridiano Fischer, História*, apud., Ed. Meridiano, Lisboa, 1965, pg. 85.
- (3) Febvre, Lucien, *Combats pour l'Histoire*, Lib. Armand Colin, Paris, 1965, pg. 428.
- (4) Bauer, Wilhelm, *Introducción al Estudio de la Historia*, 3.<sup>a</sup> ed. esp., Bosch Ed., Barcelona, 1957, pgs. 221-222.
- (5) Maret, Pierre, *Les Outils de la Recherche Historique*, in *L'Histoire et ses Méthodes*, dir. de Samaran, Charles, Ed. Gallimard, Paris, 1961, pgs. 1449-1451.

## **ESTRUTURA DE PRODUÇÃO: A CRISE DE ALIMENTOS NA PROVÍNCIA DE SERGIPE (1855-1860)**

Maria da Glória Santana de Almeida  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

### **I — INTRODUÇÃO**

Este artigo visa a analisar um período de cinco anos da vida econômica da Província de Sergipe — 1855 a 1860. Os problemas que, então, ela enfrentou, parece-nos, puseram em evidência os defeitos da sua ocupação agrícola e o mau aproveitamento dos recursos da terra. Quer por atribuir maior importância à cultura da cana-de-açúcar, escravocrata e voltada para mercados externos, em detrimento da produção de gêneros alimentícios para o povo, quer por aplicar métodos de cultivo depredatórios e instrumentos de trabalho rudimentares.

Em 1850, parecia ter-se iniciado uma fase progressista para a Província. Projetos de grande envergadura eram aventados e discutidos. Velhos sonhos, como a abertura de canais de comunicação interna entre o rio São Francisco e o Rio Real, voltaram a ser estimulados. A liberação de capitais aplicados no tráfico negreiro e os estímulos da economia internacional eram fatores condicionantes da euforia empreendedora. Pensou-se, então, na colonização estrangeira, na navegação a vapor etc.

Em 1855, porém, as crises que sobre ela se abateram puseram em risco a realização de alguns projetos, sacrificaram outros e evidenciaram a premência daqueles que tivessem mais diretamente a capacidade de estimular a agricultura e promover o seu soerguimento.

Uma análise delas pode demonstrar discrepâncias no desenvolvimento da Província. Sendo exclusivamente agrária, onde buscar as raízes da baixíssima produtividade de alimentos que assustou e pôs em risco significativa parcela da

sua população? Seria possível que a interferência de forças externas pudesse alterar, ainda que temporariamente, o sistema de produção local?

Partindo daí, tornou-se indispensável não limitar nossa abordagem apenas à realidade sergipana, como se a crise se relacionasse com o contexto local, unicamente. Podia ser reflexo, também, de ocorrências nacionais e mesmo mundiais. Vivendo da exportação de derivados agrícolas — o açúcar — e da importação de artigos de consumo, a pequena Província não estaria, certamente, afastada das oscilações econômicas mundiais.

Na dialética de prosperidades e depressões, de avanços e recuos que caracteriza todo desenvolvimento econômico, procuramos ressaltar as características de um período que se nos revelou importante, como limite de mudanças. Pelo menos, tornou a Província consciente de si mesma. Das suas fraquezas. Das suas possibilidades.

## II — UMA EVIDÊNCIA: *A Predominância da Produção Agrária.*

A ocupação do solo sergipano se fez do sul para o norte, acompanhando a vitória sobre os índios e as doações de sesmarias nos vales dos rios Real, Piauí, Vasa-Barris e Cotinguiba. No final do século XVIII, estavam bem definidas as áreas agrícolas e as de criação. Na primeira metade do século XIX, seriam essas as atividades básicas da vida econômica da Província — enquanto nos sertões se desenvolvia a criação do gado, no litoral, mais chovido e úmido, se praticava a agricultura.

Apoiando-nos em informações que as Câmaras Municipais forneceram à Presidência, em 1854, <sup>(1)</sup> pudemos construir a tabela abaixo da distribuição das atividades agrícolas de Sergipe. Todos os municípios estão presentes, à exceção dos altos sertões do rio São Francisco. Os dados obtidos desse ano têm um especial significado, por retratar a utilização da terra, às vésperas de uma de suas mais graves crises de produção.

## TABELA I

## PROVÍNCIA DE SERGIPE — 1854

*Estabelecimentos Rurais*

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos açucareiros	Alambiques	Fazendas de gado	Sítios
Santa Luzia	36	12	2	20
Estância	51	36	36	80
Espírito Santo	24	12	*	200
Campos	.1	*	+ de 50	1
Lagarto	18	5	143	—
Itabaianinha	45	17	25	50
Simão Dias	2	*	44	inúm.
São Cristóvão	43	11	12	205
Socorro	20	1	3	56
Divina Pastora	61	3	*	+ de 40
Laranjeiras	66	16	*	vários
Rosário	50	10	*	+ 100
Capela	129	11	34	inúm.
Maroim	17	4	*	40
Santo Amaro	10	1	8	46
Itabaiana	36	7	103	—
Vila Nova	36	9	54	4
Propriá	20	4	52	—
TOTAL	665	129	+ de 566	—

\* não há unidades desse tipo no município.  
 — faltam os dados.

Uma análise da tabela acima evidencia que, sendo a lavoura canavieira a maior fonte de recursos da Província, sua maior riqueza estava concentrada nos municípios de Capela, Laranjeiras, Divina Pastora e Rosário. Somente nesses quatro municípios estavam reunidos 306 engenhos, quase a metade do número total da Província. Todos no rico vale servido pelo estuário do Cotinguiba. Aí, podemos constatar, erguia-se a maior quantidade de engenhos, e a fertilidade dos terrenos levava suas fábricas a alcançar em 3/4 da produção de açúcar de toda a Província. Do total de 665 engenhos, mais da metade se localizava nesse vale do Cotinguiba que compreendia os municípios de Santo Amaro, Maroim, Capela, Rosário, Laranjeiras, Divina Pastora, Socorro e Itabaiana, num total de 389 engenhos.

No vale do Rio Real, o município de Estância possuía o maior número de engenhos, seguido de Itabaianinha, Santa Luzia e Espírito Santo. A soma total do número dos seus engenhos, 156, ultrapassava a metade dos 276 engenhos da Província que não estavam localizados no vale do Cotinguiba. Dessa forma, conforme se pode evidenciar, eram os vales do Sergipe e Cotinguiba (bacia do Cotinguiba) e do Rio Real que possibilitavam à Província assumir a posição de grande produtora de açúcar, uma das maiores do Brasil.

No Vale do Vasa-Barris, São Cristóvão reunia 43 engenhos. Nessa época, ainda contava com a área da brevemente (1856) desmembrada Itaporanga, "cuja indústria é a lavoura" (2), e uma das mais ricas terras da Província.(3)

As margens do São Francisco, a lavoura canavieira começava a expandir-se desde a década de 20, principalmente. Em 1854 aí existiam 56 unidades, espalhadas pelos municípios de Vila-Nova e Propriá.

As propriedades canavieiras se concentravam numa faixa de 50 Km, a partir da zona arenosa do litoral até as vertentes orientais da serra de Itabaiana. Era a zona agrícola por excelência, graças ao seu terreno argiloso e calcário. A associação da argila, do calcário em detritos ou humos e sais terrosos vem a formar o massapê, considerado como o tipo de terra mais fértil da Província e o mais próprio para a cultura canavieira. Sua composição permite maior umidade (argila), higrometria (sais terrosos) e porosidade (detritos calcários). A cor negra que tem torna possível uma maior absorção do calor, elemento fecundante da cana-de-açúcar.

O maior grau de umidade dessa zona, tão necessário à cultura, era conseguido pela existência de muitos cursos d'água.<sup>(4)</sup>

Só devido à riqueza do seu solo, os engenhos de Sergipe conseguiam alcançar alguma rentabilidade. A falta de técnicas no tratamento do terreno e na semeadura e o desperdício espacial da propriedade reduziam sensivelmente os terrenos dedicados propriamente ao plantio da cana.

Os cálculos que as Câmaras Municipais faziam a respeito da produção do açúcar, por unidade, oscilavam entre 2.500 a 4.000 arrobas. Considerando-se que cada caixa que se exportava pelas barras da Província comportava 45 arrobas, em média os engenhos sergipanos produziam de 55 a 88 caixas de açúcar. Além da péssima qualidade, essa produção era considerada por todos como extremamente baixa para as qualidades da terra. Para alguns engenhos do Espírito Santo, a Câmara não atribuía nem mesmo o mínimo de 2.500 arrobas por unidade. Era um volume muito baixo de produção, se atentarmos para os custos do empreendimento.

Os problemas mais graves dessa pequena produtividade dos engenhos se manifestavam quando os preços do mercado externo, para onde se dirigia a produção sergipana, sofriam uma baixa. Os engenhos ficavam arcados de compromissos. Dívidas se amontoavam sobre dívidas. O comerciante tinha em mãos o produtor, resultando muitas vezes na perda da propriedade deste para aquele. Somente a elevação dos preços do açúcar assegurava rentabilidade à empresa. No exercício de 1855 a 1856, verificou-se um desses momentos de grande alta. Apesar de ter tido, nesse ano, uma produção diminuída, pelos problemas de seca, redução de mão-de-obra, etc., a fabricação do açúcar, alcançou a renda de exportação mais elevada da década: 3.158.147\$741.

Não era o açúcar o único produto extraído da cana. No mapa de exportação da Província, no exercício 1855-1856, a aguardente alcançou o valor total de 107.161\$400, ocupando o segundo lugar como o seu produto mais rentável. Essa aguardente era fabricada nos 129 alambiques existentes na Província. O município de Estância possuía o maior número deles — 36. Em seguida vinham Itabaianinha com 17, Laranjeiras com 16 e os municípios de Santa Luzia e Espírito Santo com 12. Observe-se que os municípios da bacia do Rio Real reuniam mais da metade do total de alambiques — 77, enquanto a rica Cotinguiba contava com 53. Não eram alambiques de grande potência, conforme se pode observar atra-

vés da relação deles, com quantidade de aguardente que destilam. Embora alguns cheguem a produzir de 20 a 30 canadas por dia, a grande maioria destila apenas de 4 a 10 canadas. Um único alambique em Maroim produzia 120 canadas, o que mostra a pequena potência dos outros estabelecimentos.<sup>(5)</sup>

A Câmara do Espírito Santo chamou de "fracos" aos 12 alambiques aí existentes, que conseguiam alcançar uma produção de 8.000 canadas.

Além da cana-de-açúcar, a faixa agrícola de Sergipe estava ocupada também pelo plantio de cereais. Nos próprios engenhos, a preocupação com a alimentação do grupo humano ali existente e com a escravatura, em particular, levava à reserva de áreas para o plantio da mandioca e de alguns cereais. Fora dos engenhos, todos os municípios declararam possuir sítios e roças onde se praticava o cultivo da mandioca, feijão, milho, arroz, etc. Muita cana também se plantava em unidades agrícolas chamadas sítios, e sua produção era levada para as fábricas de açúcar dos engenhos vizinhos.

Embora apoiando-nos em dados bastante precários, fornecidos pelas Câmaras, que usam expressões como "inúmeros", "mais ou menos" ou "vários", podemos observar, pela TABELA I, que São Cristóvão apresentava o maior número definido de "sítios", sendo seguido de perto por Espírito Santo. A projeção de tais quantidades, ainda que precária, contribui apenas para introduzir o assunto sobre cereais e seu cultivo em todas as unidades administrativas da Província.

Partindo daí, foi-nos possível reunir os municípios produtores de cereais em três grupos: *os que produziam para mercados internos e da vizinha Província da Bahia; os que produziam um excedente de alimentos que servia aos maiores centros urbanos da Província de Sergipe e os que produziam somente para consumo de sua população.*

No primeiro grupo, estavam localizados os municípios de Simão Dias, Espírito Santo e Itabaianinha. Simão Dias era considerado o celeiro da Província. Em seus "inúmeros" sítios, conseguia-se abundante produção de cereais que se dirigia particularmente para a Capital (São Cristóvão), Laranjeiras, Estância, os mais importantes centros urbanos da época. Espírito Santo vendia a sua produção de cereais — o milho era o principal — às zonas sergipanas vizinhas, principalmente a Santa Luzia, através da Feira de Priapu. Abastecia também os centros baianos de Itapicuru e sertões, até Tu-

cano. O excedente da produção de cereais plantados nos engenhos e nos 50 sítios de lavoura de Itabaianinha era comercializado nos municípios vizinhos, inclusive na Bahia.

Ao segundo grupo pertenciam Estância, Rosário, Divina Pastora, Capela e Itabaiana. Estância supria as deficiências de produção de Santa Luzia, Lagarto e, principalmente, da capital, que muitas vezes se ressentia do necessário. Sua produção era calculada em 2.000 arrobas de farinha de mandioca, 150.000 alqueires de milho, 3.000 alqueires de feijão e 1.000 alqueires de arroz. Os outros produtos obtidos nos seus sítios eram o fumo (300 arrobas), o ticum (3.000 arrobas), a mamona (2.000 alqueires) e o coco (3.000 milheiros). Em aproximadamente 100 sítios de Rosário, plantava-se feijão, milho, arroz, mandioca e também fumo, café, mamona, amendoim e algodão. Satisfaziam ao consumo local, e um pequeno excedente ia para o mercado de Maroim. Em Divina Pastora, produzia-se mandioca, feijão e milho. Não só eram consumidos pela população, como iam para os vizinhos mercados de Maroim, Laranjeiras, Capela e Itabaiana. Num incaculável número de "sítios de lavoura", Itabaiana plantava mandioca e feijão, que também alimentavam as populações de municípios vizinhos. Capela contava inúmeros sítios nos quais se cultivava (além da cana), mandioca e feijão. As sobras do consumo eram levadas para Maroim e Propriá.

Ao grupo dos que produziam somente para abastecimento de sua população pertenciam os municípios de Santa Luzia, São Cristóvão, Santo Amaro, Laranjeiras, Socorro, Maroim, Vila-Nova, Propriá, Lagarto e Campos. A farinha de mandioca de Santa Luzia servia exclusivamente para o consumo, principalmente da escravatura dos engenhos. Outros produtos da região: milho, feijão e "algum café". Somente o coco era exportado, como o açúcar. Em São Cristóvão, os cereais plantados em 205 sítios não bastavam para o consumo da população, pois em grande número deles plantavam a cana. A produção de farinha de Santo Amaro estava calculada em 10.000 alqueires, mas só satisfazia à sua gente. Em seus sítios, plantavam-se também mamona (3.000 alqueires) e côco (100.000 unidades). Laranjeiras colhia cereais em volume muito inferior ao da cana-de-açúcar. Não dava para o consumo. Para Vila-Nova a mandioca era gênero de subsistência da sua população. Outro gênero bem representativo era a mamona. Arroz, café, milho e uvas completavam o quadro

agrícola da região. Em Socorro, os cereais de alguns dos seus 26 sítios eram para consumo. O feijão e o milho alcançavam 500 alqueires. Também plantavam o algodão e a mamona. Os cereais plantados por pessoas menos abastadas, em roças e sítios de Maroim, somente davam para o consumo. Em Propriá, o número de sítios não foi registrado, mas a pequena lavoura conseguia produzir 400 alqueires de milho, 800 alqueires de feijão, 1.000 alqueires de mandioca. Também davam só para o consumo. As pequenas culturas de Lagarto consistiam em roças de mandioca ou de leguminosas, exclusivamente para o consumo. O plantio do algodão e do tabaco estava sendo considerado em declínio, por ter sido em tempos anteriores praticado em larga escala.

Um município, Campos, quase não praticava a agricultura, pois as leguminosas que dificilmente produzia serviam unicamente para o consumo, sem que nada exportasse. A farinha de mandioca para a alimentação do povo era inteiramente importada.

Outra forma de atividade rural da Província de Sergipe era a criação. Pela análise do seu quadro geral de propriedades rurais, podemos observar que mais de 566 unidades eram fazendas de gado. Considerando que desse quadro não consta a grande área do sertão sanfranciscano, onde a criação constituía a única e exclusiva atividade econômica, acreditamos poder afirmar que o número de propriedades de gado era proporcional ao número de propriedades açucareiras. A nitidez da delimitação entre as áreas de criação e as da agricultura decorria não só da natureza do solo que, quando propício para a cana, era orientado para tal cultura, considerada de maiores rendimentos, mas também da impossibilidade de convivência pacífica entre os lavradores e criadores. (6)

Praticava-se a criação em soltas. Isto punha em risco as áreas lavradas, e daí a impossibilidade de aproximação das duas atividades. (7)

Em decorrência, as zonas de área limitada, de grande fertilidade e ocupadas por grande número de engenhos não possuíam uma única fazenda. Nesse grupo estavam incluídos Espírito Santo, Divina Pastora, Laranjeiras, Rosário e Maroim. Outras as tinham, mas em muito pequeno número, compreendendo propriedades onde se colocavam animais destinados ao trabalho de engenho — Santa Luzia, São Cristóvão, Socorro e Santo Amaro. Desse modo, a metade dos mu-

nicípios sergipanos ou não praticavam a criação ou o faziam numa evidente relação com as propriedades canavieiras. Pelo quadro, Lagarto possuía a maior quantidade de estabelecimentos pecuários. Concentravam-se em sua parte oriental. Campos era o município que, imprecisamente, registrava mais de 50 propriedades. Dedicava-se unicamente à criação de gado "modo de vida quase exclusiva do termo". Como em outros estabelecimentos pecuários sergipanos, criava-se aí o gado lanígero e o caprino. O gado suíno, muito dependente da produção do milho, somente se desenvolvia quando os cereais eram abundantes. Em seguida a esses distritos, vinha o município de Itabaiana com um total de 103 estabelecimentos. O gado da região era o bovino e o equino. Em Simão Dias, embora a Câmara não possa dar informações mais detalhadas sobre a criação, seu rebanho era constituído de gado cavalariço e lanígero. Simão Dias era área agrícola, como vimos, mas onde se achava muito conveniente implantar a criação, embora fosse muito difícil "conciliar estes interesses com os da lavoura".

### III. A ESCASSEZ DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E A CARESTIA

A colocação do assunto sobre distribuição agrária da Província, anteriormente tratado, sem ser levada a uma descrição informativa dos níveis da produção, por falta de dados contínuos e precisos, destaca, entretanto, uma situação real: a limitada produção dos alimentos e a predominância da cultura da cana nas áreas mais férteis.

A alimentação do povo sergipano, ontem como hoje, consistia geralmente na farinha de mandioca, milho, arroz, feijão, carnes frescas e carnes salgadas. Excetuando-se as carnes, a maioria desses produtos era obtida nas pequenas propriedades, geralmente chamadas "sítios" ou em áreas das propriedades canavieiras. A carne salgada ou charque vinha de fora, do Rio Grande do Sul ou do Ceará, quase sempre. Mesmo os produtos conseguidos nos solos sergipanos eram complementados por importações, quando em fases climáticas mais difíceis. Nas maiores secas ou invernos mais rigorosos, o governo se encarregava de importar alimentos para abastecer as áreas mais urbanizadas da Província.

Tais períodos de escassez de gêneros alimentícios pareceu-nos um fato constante na vida econômica da Província, no século XIX.

Em certas épocas havia tímidos progressos no plantio dos cereais, resultado quase sempre das ótimas condições climáticas ou oferta de bons preços por tais produtos.

Dos dezoito municípios relacionados na tabela demonstrativa do número de propriedades agrícolas de Sergipe, dez produziam exclusivamente para a sua população. Nesse número estão incluídas as maiores concentrações urbanas da Província: S. Cristóvão, Laranjeiras e Maroim, (exceção feita apenas a Estância) que, não se bastando a si mesmas, necessitavam, inclusive, de complementação alimentar de outros municípios. Qualquer alteração no sistema de produção alimentar e de comunicação entre os centros de produção e os de consumo poderia provocar desastrosas conseqüências.

Mesmo sem considerar uma das mais extremas manifestações de falta de alimentos — a fome — acreditamos que havia uma debilidade alimentar crônica da população sergipana que, facilmente, se transformava em catástrofe, quando se alterava a quantidade normal de alimentos levada aos mercados.

A comprovação disso pode-se conseguir pelos sucessivos registros de epidemias que ceifaram muitas vidas. O estado de subnutrição facilitava a constante proliferação de doenças infeto-contagiosas como a varíola, a febre amarela, o tifo, corriqueiramente registradas nos relatórios da Saúde Pública.

A constância das crises levava a Câmara de Maroim a dizer que "esta Província é quase sempre vexada pela fome e carestia da farinha".<sup>(9)</sup>

A dimensão da que ocorreu em fins de 1855 a 1858 revelou, porém, o despreparo e a impotência do homem para organizar a luta contra esses males. Uma má colheita podia significar o despovoamento e a morte. No mínimo, provocava uma grande insegurança.

O "Correio Sergipense" dos anos 1858 a 1859 registrava ondas de roubos provocados pela fome e carestia. Vagabundos e malfeitores invadiam as cidades e assaltavam armazéns e casas comerciais.

A intervenção do governo se fazia necessária. Em 1857, em ofício ao Presidente, a Câmara Municipal de Estância

pedia auxílio ao Governo dizendo ser "testemunha da escassez absoluta da farinha de mandioca que está sofrendo esta cidade a ponto de decorrerem dois ou mais dias sem que se encontre por preço algum..."<sup>10</sup>. A Câmara de S. Cristóvão, um ano depois, fazia coro com a de Estância, registrando o sofrimento dos seus munícipes e pedindo a intervenção do Governo para enviar "uma porção suficiente de farinha de mandioca comprada por conta dos cofres Provinciais a fim de de que seja vendida por um preço razoável"<sup>11</sup>. Um contemporâneo considerava "inquestionável" a falta de produtos alimentícios.<sup>12</sup>

A alta de preços se estendeu a todos os mercados da Província e até mesmo aos próprios locais de plantação. Aí, as notícias da grande falta de produtos despertava a ambição dos produtores. A farinha de mandioca em fins de 1857 chegou a alcançar um preço superior a 400 e 500% sobre o existente em fins de 1856.

Em algumas feiras chegou a 600%<sup>13</sup>. A carne verde aumentou em 150%. A Carne seca, a 300%. Os legumes atingiram 700% de aumento. Principalmente em Aracaju, a vida estava excessivamente custosa. Cidade-capital, recém-fundada aí começavam a concentrar-se funcionários e trabalhadores de construção que nenhuma relação tinham com a produção de bens alimentares. Eram consumidores pura e simples. Nela, os gêneros alimentícios se faziam raros também pelas dificuldades de comunicação com os centros produtores. Enquanto nos mercados de Maroim e Laranjeiras se comprova um arrátel de carne por \$160 réis, em Aracaju somente se conseguia peso igual por \$200, \$240 e \$280 réis. A terça de farinha de mandioca nas primeiras cidades custava 5\$000 a 6\$000, ao passo que em Aracaju o preço chegou ao incrível valor de 24\$000 e 28\$000 réis. Somente por 8\$000 ou 10\$000 réis se conseguia uma libra de açúcar refinado, enquanto em Maroim e em Laranjeiras o produto estava por 5\$000 ou 6\$000.

Em S. Cristóvão, a farinha, cuja terça se vendia por 1\$000 antes da carestia, sextuplicou de preço, nessa época. Quase na mesma proporção, subiram todos os outros gêneros.

Pela Tabela II, abaixo, obtivemos uma demonstração dos preços dos gêneros alimentícios da Província no ano de 1857, comparados com os de 1850 e a diferença, para mais, provocada pela crise de elevação dos preços.<sup>14</sup>.

## TABELA II

*Província de Sergipe — 1857**Demonstrativo dos preços dos gêneros alimentícios*

Qualidade do Gênero	Unidade	Preço em 1850	Preço em 1857	Diferença a mais
Carne seca	Arrobas	4:480	7:500	3:020
Carne verde	Arrobas	3:840	6:400	2:500
Carne de porco	Arrobas	3:200	6:400	3:200
Bacalhau	Arrobas	3:840	6:400	2:560
Far. de mandioca	Alqueire	1:440	5:000	3:560
Far. de trigo	Arroba	4:160	4:400	\$.240
Milho	Alqueire	1:280	8:000	6:720
Feijão	Alqueire	2:000	12:000	10:000
Arroz	Libra	\$.060	\$.200	\$.140
Açúcar refinado	Libra	2:400	7:680	5:280
Açúcar branco	Libra	1:400	3:800	2:400
Açúcar mascavo	Arroba	\$.900	2:850	1:950
Bolacha		2:840	6:000	3:160
Bolachão		6:400	9:600	3:200
Carneiros	Hum	2:000	4:000	2:000
Galinhas	Huma	\$.320	1:000	\$.680
Ovos	Dúzia	\$.080	\$.400	\$.320
Café	Arroba	3:200	7:040	3:840

O produto que mais sofreu aumento foi o feijão, com uma diferença de 10\$000 a mais em 1857, sobre o preço de 1850, por alqueire.

Em seguida vêm o milho, que sofreu um aumento de 6\$720 réis por alqueire, o açúcar refinado, que subiu 5\$280 réis por libra, e a farinha de mandioca, com uma elevação

de 3\$560 réis por alqueire. O feijão, a farinha e o milho eram produtos obtidos em Sergipe, e seu encarecimento respondia às condições internas da produção. O açúcar refinado refletia a conjuntura externa dos preços, uma vez que não se refinava o açúcar na Província (ela só fornecia açúcar bruto).

A carne seca e o bacalhau também vinham de fora. Embora refletindo os preços dos mercados externos, seu aumento, na Província, se relacionava também com a grande procura da classe pobre que não podia consumir os cereais. Com a redução da produção dos cereais, principalmente do milho, a carne de porco rareou nos mercados de venda. Daí seu alto preço. A carestia da carne parecia ter sinais de maior permanência. As secas, atingindo duramente os sertões, deixaram mais profundas marcas no rebanho sergipano.

O gado, debilitado e degenerado, quer pela alimentação deficiente dos terrenos sertanejos mal aproveitados, quer pelo desleixo dos proprietários em melhorar as raças, foi dizimado por doenças, pela solicitação dos açougues e preenchimento da força de trabalho dos engenhos.<sup>15</sup>

Que fatores, poderíamos apontar, concorreram para tal estado de penúria? Que condicionantes locais, mais consistentes, poderiam associar-se às interferências externas para influir no desenvolvimento da economia sergipana? Até onde a carestia podia retratar as deficiências da produção de alimentos da Província ou ser também reflexo de influências externas?

## 1) A CONJUNTURA EXTERNA

A alta generalizada dos preços não constituía fato peculiar a Sergipe. Tratava-se de fenômeno geral que se manifestou em todo o Império e mesmo na Europa. Como tal, podia não estar relacionada com a produção local.

Desde o século XVIII, a economia européia vinha-se transformando e modificando a economia do mundo. A Inglaterra, a França e a Alemanha entraram em 1850 numa era de grande prosperidade, que se estenderia até a crise cíclica de 1873. Essa fase de modificações estruturais é classificada como ciclo A de Kondratieff<sup>16</sup>. Nela se encontram elementos estimuladores a uma elevação do índice dos lucros e dos salários. O resultado foi uma prosperidade geral na Europa.

Em grande parte, essa situação foi propiciada pela espantosa circulação de ouro da Austrália e da Califórnia, que repercutiu numa elevação de preços nos mercados europeus. Pode-se considerar que esse período de melhoria de vida deveu-se, dentre outros fatores, aos bons resultados das pesquisas tecnológicas, à expansão da ocupação agrícola, ao triunfo do capitalismo.

A importância do progresso industrial na Inglaterra se traduziu, após 1847, por uma revolução dos meios de comunicação, pelo florescimento dos Bancos, por maior lucratividade do comércio externo, etc. A Inglaterra tornava-se então, o primeiro país industrial e comercial do mundo.

Na França, tais condições favoráveis ao desenvolvimento inglês fizeram-se presentes, também. "A prosperidade vitoriana e suas causas profundas — inflação do ouro, progressos técnicos — provocaram a prosperidade francesa".<sup>17</sup>

Os estabelecimentos de crédito, os melhoramentos públicos, a nova produção industrial constituíram as bases dessa situação de progresso.

O "take off" da economia alemã deve ser colocado um pouco mais tarde, a partir de 1850. Embora não estivesse ainda unificada, sofreu também grandes transformações.

Os reflexos dessa riqueza geral europeia se fizeram presentes em todo o mundo.

Desde 1822, o Brasil se transformara numa colônia econômica inglesa. Seria sob sua tutela que o país se ajustaria à independência. A etapa desenvolvimentista que se abria para a Europa alcançava também este país. Não somente porque, girando em torno da órbita europeia, participaria dos seus estímulos, mas porque aqui se encontravam condições internas que propiciariam transformações econômicas: a abolição do tráfico e a orientação dos capitais liberados para outros setores, o plantio e florescimento do café no sul do país, a inflação de crédito e emissões de papel moeda, dentre outras.

As manifestações se fazem observar mais claramente a partir de 1850<sup>18</sup>. O Brasil passará, desde então, por uma fase de completa remodelação material — vias férreas e melhoramento no sistema de transportes, certo progresso industrial, etc..

Simultaneamente, os ecos desse movimento de entusiasmo e prosperidade atingiam Sergipe. As influências externas repercutiam na Província, porque ela se engajara numa economia de mercados externos. Seu quase exclusivo produto

de exportação, o açúcar, sofreu também uma alta de preços. Nos centros europeus para onde ia a maior quantidade do produto sergipano, principalmente a Inglaterra e a Alemanha (Hamburgo), seu valor alcançou em 1855, um dos mais elevados do século — 2\$400 por libra, o açúcar branco, e 1\$950, o mascavo. Para isso, contribuiu também, a diminuta safra da ilha de Cuba e das Colônias Inglesas.

A epidemia da cólera-morbo dizimou a população de importantes centros produtores de açúcar do Brasil — Bahia, Pernambuco, Sergipe, que, em consequência, tiveram o seu volume de exportação bastante diminuído. A redução da oferta influiu também sobre o nível desses preços. O que poderia parecer não haver nenhuma relação com a produção de gêneros alimentícios e a elevação dos seus preços, na realidade ocorreu. Em Sergipe, os rendimentos conseguidos com açúcar ultrapassaram os dos anos de grandes volumes de produção. A disponibilidade de capitais permitiu aos proprietários de engenho pagarem elevados preços pelos gêneros de primeira necessidade, que escasseavam nos mercados, e atrair com bons salários o pequeno proprietário, do seu trabalho de subsistência para a grande lavoura. Em consequência, os preços elevados do açúcar influíram internamente, na diminuição do plantio de cereais e outros alimentos.

No caso da aguardente, a sua alta de preços se relacionava com a alta dos preços dos vinhos na Europa que permitiu fazê-la voltar-se para o consumo de substitutivos mais baratos. Verificou-se, por isso, uma maior demanda da bebida brasileira. Grandes remessas foram enviadas à Criméia, aumentando o seu preço nos mercados internos.<sup>19</sup>

Outros gêneros sofreram também influência de desequilíbrios dos seus países de origem. Os efeitos da guerra do Rio da Prata prolongaram-se, e a devastação dos seus campos repercutiu na extraordinária alta da carne de charque e sua pequena oferta nos centros consumidores brasileiros. Base da alimentação do povo, a carne de charque era então mais procurada em Sergipe, porque a seca dizimou o gado dos sertões. Daí a falta desse produto nos mercados e os grandes preços que alcançou em 1857.

Não devemos porém, maximizar as influências externas sobre a escassez dos gêneros alimentícios e a carestia. As causas especiais, ligadas à realidade local, ampliaram as proporções do fenômeno e o tornaram muito mais grave, melhor dizendo, deram-lhe as verdadeiras dimensões.

## 2 — A REDUÇÃO DA MÃO DE OBRA E SEUS EFEITOS SOBRE A PRODUÇÃO

Não acreditamos que os grandes problemas de subsistência que se manifestaram pela fome e carestia de alimentos tenham resultado do aumento populacional. Embora os índices de crescimento possam ser tidos como significativos, uma vez que chegavam a alcançar o total médio anual de 3.500 habitantes, devemos considerar que a partir de 1850, a proibição do tráfico negreiro e, em 1855, a "cólera-morbo" contribuíram para reduzir, sensivelmente, esse aumento. Esse valor foi obtido considerando-se a população da Província em 1808 — 72.236 almas, número fornecido pelo Pe. Antônio de Souza Marcos, em relação ao aumento verificado em 1851, quanto o Relatório do Presidente João Pereira de Andrade informa que a população alcançou o total de 219.620 almas.

A proibição de importação da mão de obra escrava, vinda da África, fez as propriedades cafeeiras voltarem-se para a introdução dos negros das fazendas açucareiras do Nordeste. Dados do início da década dão bem conta da intensificação desse movimento de vendas de escravos. Enquanto nos exercícios de 1849/1850 — 1850/1851, a exportação chegava, igualmente, a 35 escravos, no exercício de 1851/1852, alcançava a elevada cifra de 350 escravos. Esse número corresponde ao registro oficial, quando se sabe que o contrabando era praticado e não havia uma política fiscalizadora, severa e vigilante, sobre a saída da mão de obra escrava da Província. De tal forma, a interrupção do tráfico negreiro repercutiu duplamente sobre a redução da mão de obra local. Pela paralização do fornecimento de novo contingente. Pelo êxodo do que já existia.

Em setembro de 1855, a epidemia da cólera-morbo grassava na vizinha Província da Bahia. Receoso de que o terrível flagelo penetrasse em terras sergipanas, o governo procurou tomar medidas que preservassem a tranquilidade pública. A vigilância sobre a entrada de navios nas barras da Província, não evitou que a introdução do flagelo se fizesse pelas terras do seu interior. Em outubro, a cólera-morbo fazia as primeiras vítimas sergipanas. Em menos de um mês, de 8 de novembro a 5 de dezembro de 1855, foram vitimadas cento e trinta e sete pessoas em Estância. Em Aracaju, de 25 a 1.º de dezembro, morreram trinta e sete pessoas e oito dias depois faleciam outras trinta. Laranjeiras foi uma das cidades mais atingidas. Calculava-se em vinte o número diá-

rio dos seus mortos. Às vezes, até mais. Em 18 e 19 de novembro, dobraram.<sup>20</sup> Nos engenhos, a epidemia se manifestou com grande violência e a escravatura foi a mais atingida.<sup>21</sup> Informava a Câmara Municipal de Laranjeiras que na cidade "já existem casas fechadas por terem morrido todas as pessoas que nela habitavam e creio que o mesmo tem ocorrido por fora da cidade e nos engenhos onde a epidemia se tem manifestado com mais furor".<sup>22</sup>

Os engenhos da parte sul da Província foram os mais atingidos. Aí, a quantidade de escravos mortos chegou a mais de quatro mil.<sup>23</sup>

O total do número de vítimas foi calculado entre vinte e três mil a trinta e quatro mil pessoas. Delas, 1/3 foi arrancado da lavoura. Grande parte dos engenhos pararam suas máquinas. Enquanto alguns não tinham pessoas a quem recorrer para o trabalho de preparação do açúcar, em outros, seus proprietários, acautelados, se isolaram demais, cortando o contato com os povoados vizinhos.

O receio da vida no campo, de difíceis socorros médicos, e a perda de escravos que ajudassem ao homem do campo a lavrar suas terras contribuíram para que muitas pessoas se afastassem da zona rural para procurar novas formas de vida na cidade.

Reduzida a capacidade de produção dos engenhos, seus proprietários se viram sobrecarregados com juros altos, sobre capitais tomados ao comércio. O não cumprimento dos compromissos aumentou seus credores. Muitos engenhos, a partir de então, foram postos em arrematação. Uma forma de obter dinheiro vivo e acudir às mais frequentes necessidades era a venda de escravos.

A constante perda de braços escravos pela exportação ou pela morte tornava indispensável o preenchimento dessa lacuna. Algumas tentativas feitas nesse sentido apelavam para os braços livres existentes na Província. As possibilidades existiam. Grande número de vadios existentes em todos os Municípios (conforme muitos testemunhos documentais) podia ser recrutado para o trabalho agrícola. O trabalho assalariado, levantado nas classes inferiores, não conseguia, entretanto, substituir o escravo em número suficiente. O aviltamento do trabalho, pela relação estabelecida com a escravidão, impedia a atração sobre os desocupados livres. Trabalhar no campo ou em outro setor onde o escravo era a força principal significava quase voluntária aceitação da condição de escravo. Como resultado, a grande falta de ma-

terial humano na lavoura e nas fábricas não foi suprida com o aproveitamento dos desordeiros e malfeitores que tumultuavam a ordem e assustavam a sociedade. Este era o grito de muitas Câmaras: medidas urgentes do governo para obrigá-los ao trabalho.<sup>24</sup> A ordem pública e a melhoria da vida material assim o exigiam. Em 1860, o Presidente Cunha Galvão chegava a solicitar aos Párocos para que exortassem os seus fiéis ao trabalho. A seu pedido, o arcebispo da Bahia participava desse mesmo movimento.

Justamente quando os proprietários de engenho assistiam à redução do número dos seus trabalhadores, havia a necessidade de aproveitar o máximo da produção de açúcar para se beneficiarem de seus preços altamente compensadores. Em vista disso, aumentaram as diárias, até mesmo quadruplicaram os salários dos trabalhadores livres, chamando-os à cultura da cana.

No início da década de 50, o pagamento da diária de 320\$ a \$400 réis ao trabalhador livre era considerado como "preços cômodos"<sup>26</sup>. Dava para alimentação e satisfação das necessidades modestas de um homem e sua família. A partir de 1856, essa diária dos assalariados duplicou e chegou a mais ainda. Segundo dados da época, um oficial mecânico ganhava nesse ano, de \$600 a \$800 réis. Era ainda um "diminuto salário", declarava um comerciante de Maroim<sup>27</sup> em face das dificuldades atravessadas naquele ano. O jornalista ainda calculava rigorosamente sua despesa e consumia o que podia. Em 1857, porém, um operário passara a ganhar 1\$280 e 1\$600 réis. Suas despesas se ampliaram também, e o consumo de mercadorias se fez bem maior. Nos mercados, ele procurava "abastecer-se de objetos que há dois anos passados ele não procurava"<sup>28</sup>.

A melhoria de salário repercutiu sobre o pequeno camponês dono de roças que dispndia um grande e contínuo esforço para fazer suas terras produzirem. Sujeito a crises climáticas como a seca ou chuvas excessivas que arriscavam toda a produção, não contava nem com adubos, nem com a mão de obra escrava ou instrumentos aratórios, nem com capitais. As dificuldades enfrentadas por toda a Província nos anos 1855 — 1856 e 1857 ajudaram a tornar o salário operário fator de grande atração no mundo dos trabalhadores livres e de pequenas posses.

A abertura de frentes de trabalho não se limitou apenas às fazendas de cana-de-açúcar. Em 1855 a fundação da nova Capital afastou trabalhadores rurais dos seus serviços

para o campo das construções urbanas. Para a edificação dos prédios públicos e residências de funcionários, muitos camponeses acorreram à capital em busca dos salários exorbitantes que lhes eram oferecidos. Mais de 200 homens vieram dos municípios produtores de Itabaianinha, Campos, Lagarto, Simão Dias e Itabaiana.

Ao mesmo tempo, o trabalho das minas denominadas Cajasbas em Itabaiana, apesar de se ter revelado improfícuo, contribuiu também para atrair trabalhadores com boas pagas diárias. Essa paga momentânea os afastou das suas roças.

Em decorrência, para a diversificação das ocupações humanas, então verificadas, a Província não estava preparada. A limitação de mão de obra disponível e a premência da força de trabalho em vários setores agrícolas que não os de produção de gêneros alimentícios, ou em atividades não produtivas pressionaram o pequeno produtor, o plantador de mandioca e de legumes. Com bons salários, e garantidos pela constante oferta de trabalho, lavradores foram afastados das suas atividades rurais para as pequenas indústrias, para o comércio das cidades e dos povoados. Deixaram de pertencer aos grupos produtores para se tornarem consumidores de gêneros alimentícios. Agravaram mais ainda a falta desses produtos nos mercados da Província.

### 3) A PREDOMINÂNCIA DA GRANDE CULTURA

Nos meados do século XIX, a fisionomia agrícola sergipana estava marcada pelo plantio da cana-de-açúcar. Representava a mais vantajosa forma de ocupação do solo. Não respondia às necessidades de realização de um plano de desenvolvimento integrado da região, mas se engajava numa estrutura econômica do tipo colonial, cujos objetivos eram a produção de bens comercializáveis no exterior. As ótimas qualidades do terreno para a cultura canavieira, o prestígio social que imprimia aos seus proprietários, os estímulos das oscilações do produto nos mercados externos e a falta de outra vocação agrícola que lhe assegurasse posição privilegiada no sistema econômico brasileiro contribuíram para tornar Sergipe quase unicamente produtor de açúcar. Essa exclusividade vai-se constituindo no período compreendido entre os anos 1825 e 1850. Contando com 311 engenhos em 1823, esse número dobrou para mais de 665. Segundo a tabela I da distribuição

das propriedades canavieiras, vimos que esses engenhos se espalhavam pelas mais férteis terras da Província e melhor dotadas de cursos d'água que, não só satisfaziam às exigências do cultivo, mas também representavam o mais importante meio de comunicação que ela dispunha até o terceiro quartel do século XIX. Os vales dos rios Real, Piauí, Vasa-Barris e Cotinguiba alcançaram quase o total dos engenhos.

A necessidade de requisitos básicos como matas, roças, áreas em pousio, para que a propriedade canavieira se transformasse numa empresa modelar e a disponibilidade de terras durante a implantação e desenvolvimento da fase áurea do açúcar no Brasil, convencionaram a ligação entre uma fazenda de cana-de-açúcar e uma grande porção de terras. A concentração de tantos engenhos na pequena Província evidencia que não pode ter havido aí a relação entre a propriedade de extensas áreas e esse tipo de exploração agrícola. Acreditamos que grande número das empresas açucareiras de Sergipe estava longe de constituir uma unidade de grandes dimensões. Uma visita na atualidade a um desses engenhos no Vale do Cotinguiba revela claramente as pequenas dimensões dessas propriedades. Chaminés por todos os lados, proximidade indiscutível.

O aumento do número de propriedades se fez tanto por rotação de novas áreas, como também por substituição de culturas. Se as propriedades eram tão diminutas para as exigências do plantio da cana, havia de existir sacrifício dos elementos que, normalmente, a constituíam. Só a grande fazenda tinha maiores probabilidades de ser rentável. Ora desbastando as matas, ora substituindo as roças, as plantações da cana foram ganhando terreno. Só adotando tais soluções poderiam os proprietários tornar a empresa economicamente possível, no pequeno espaço disponível.<sup>30</sup>

Em virtude da expansão da área de cultivo da cana e conseqüente redução do tamanho das propriedades canavieiras (heranças, vendas, doações, etc), cada vez mais o plantio dos cereais foi afastado das áreas de maior fertilidade. A cana-de-açúcar, aqui, como em outras partes do Brasil, sacrificou a produção de gêneros alimentícios, indispensável à alimentação do povo.

Como conseqüência, queremos destacar dois aspectos:

1 — O relativo afastamento dos centros de maior produção dos centros de maior consumo. Simão Dias tinha-se

tornado o maior produtor de cereais. A impossibilidade de vir a ser produtor de açúcar ajudou-o a encontrar essa vocação.

2 — A interiorização da produção alimentar fomentou estreita dependência entre o abastecimento das zonas litorâneas e a exigência de um eficaz sistema de comunicações.

Na zona açucareira, os cereais só se desenvolveram para garantir a subsistência da sua população. Dizia o Dr. Guilherme Pereira que um "inqualificável preconceito nesta Província tem feito com que pessoas que podiam dar-se à agricultura com muito proveito a desprezem porque seus terrenos não são bons para a cultura da cana"<sup>31</sup>. Monopolizando grande parcela de terrenos agrícolas, os proprietários de açúcar arriscaram a segurança alimentar da população. O fato de as consequências mais desastrosas da cólera morbo se terem verificado na população dos engenhos não pode significar a desnutrição desse grupo, mais preocupado, em produzir açúcar, demais rentável, que em melhorar as suas condições de alimentação? Esse abandono provocou períodos de fome, com a desse período em estudo, de grandes dimensões.

A alta do açúcar repercutiu, então, sobre a preocupação dos proprietários em aumentar suas áreas de plantio da cana, de tantos lucros nos mercados externos. Coincidindo com a epidemia e com a redução da produção em virtude das secas, quando os proprietários tiveram tantos prejuízos, a elevação dos preços pôde significar uma compensação para tamanhas perdas e oportunidade de equilibrar as finanças da empresa agrícola. Mais que nunca a cana avançou sobre novas áreas e ajudou a preparar o terreno para a fome e a carestia que, tão imediatamente, se revelaram.

#### 4) AS SECAS E OUTROS FATORES

Geograficamente e em todos os outros aspectos Sergipe é Nordeste. Como tal, ele está sujeito ao fenômeno das secas periódicas que, por vários séculos, tem desafiado a inteligência dos homens e os recursos do Estado. A seca em todas as suas repetições tem trazido a dor, o infortúnio e um grande desequilíbrio à balança econômica de todo o Nordeste do Brasil.

Dr. Jorge de Oliveira Neto relaciona treze períodos diferentes de secas no Nordeste durante o século XIX. Desse

rol não consta a seca do período em estudo. Entretanto, os documentos da época referem-se aos anos de 1855, 1856 e 1857 como de grandes estios. Em 1858, dizia o Presidente da Província<sup>33</sup> que "para maior calamidade depois da epidemia em 1855, seguiram-se dois anos nos quais as estações correram muito irregulares; principalmente no ano próximo findo de 1857, a seca prolongou-se demasiadamente e só por si poderia ter produzido a penúria e falta de produção dos gêneros alimentícios".

Um maior estio, podia provocar danos irreparáveis na agricultura. O inverno rigoroso de 1858 prolongou-se até novembro, como raramente ocorria. Influiu sobre a fabricação do açúcar e a vegetação dos gêneros alimentícios. Em março de 1859, o Presidente alarmava a todos sobre os efeitos da "seca que nos aflige há alguns meses (e) ameaça a comprometer a safra e a receita do ano vindouro".

Como se pode averiguar, três secas sucessivas abalaram profundamente o sistema de produção agrícola da Província e deixaram profundas marcas em sua economia.

Para minorar seus efeitos, não havia em Sergipe, como em outras partes do Nordeste, naqueles anos, nenhum conhecimento sobre a matéria, nenhum empreendimento capaz de reservar água, irrigar campos, abrir fontes artesianas, etc. A seca de então, apesar de seguir tão de perto a grande seca de 1844 e 1845, encontrou a Província completamente despreparada para a possibilidade da repetição de semelhante flagelo. Novamente as consequências foram desastrosas para o equilíbrio financeiro da Província, porque desgraçadamente se fezera acompanhar de outros elementos geradores da fome, da carestia, do despovoamento.

Aprofundando mais ainda a análise dos fatores que provocaram uma crise de subsistência em Sergipe, poderíamos apontar o seu precário sistema de comunicações ou até mesmo o atraso das técnicas aplicadas na agricultura. Como anteriormente abordamos, a cana-de-açúcar se desenvolvera nas regiões mais próximas ao litoral de mais fácil e segura comunicação fluvial. Aí também, estavam os maiores núcleos de população. Ela se abastecia de produtos alimentícios produzidos nas pequenas propriedades mais interiorizadas. Para que se estabelecesse um intercâmbio seguro e constante eram precisas boas estradas que ligassem as duas zonas de produção e de consumo. Isto porém nunca acontecia. As estradas ou não existiam ou nem podiam ser assim chamadas. Eram caminhos

tortuosos, mal abertos, onde apenas conseguia passar um animal de cada vez. Tendo que atravessar correntes de água, não contavam com pontes, mesmo rudimentares, e até mesmo não conseguiam fazê-lo, quando em épocas de chuva.

Quanto ao nível tecnológico, particularmente no que concerne ao instrumental utilizado na pequena lavoura, era o mais rudimentar possível. A pá, a enxada, o machado e o fogo eram auxiliares de trabalho do homem. Com eles o agricultor não podia conseguir uma produtividade maior das suas terras, capaz de garantir o sustento da população e assegurar-lhe melhoria do alimento oferecido.

#### *IV — Considerações finais*

O governo e os líderes da produção açucareira, que constituíam o pequeno grupo mais esclarecido, para não dizer mais intelectualizado, não viram senão um meio de abater a crise da produção: criar melhores condições para o agricultor. Elas se manifestaram através de:

a) tentativas de criação de instituições que fomentassem o conhecimento de técnicas agrícolas mais modernas e sementes melhoradas, como o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura;

b) fundação de casas de crédito rural, como o Banco da Bahia, cujos fundadores se comprometeriam a abrir, em 1859, uma filial de Sergipe;

c) imposição de elevadas taxas sobre a exportação de escravos;

d) diversificação das culturas como estímulo ao plantio do café, de chá, etc.;

e) introdução de colonos europeus, como forma de substituição do elemento escravo;

f) aplicação de técnicas agrícolas mais aperfeiçoadas.

A crise serviu para debates constantes sobre as precárias condições da agricultura sergipana e os meios necessários ao rompimento de sua grave situação.

A queda dos preços do açúcar, ainda verificada nesse lustro, diminuiu as possibilidades de investimentos nos setores de melhoria da produção agrária.

Os lucros da empresa agrícola tenderam a diminuir. Surge, então, um novo capítulo, nesse século XIX, para o estudo da agricultura na década de 60: a busca da proteção do governo e os meios de aumentar os rendimentos da produção agrícola.

### NOTAS

APES = Arquivo Público do Estado de Sergipe.

BPES = Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.

1. APES — Câmaras Municipais, pacote 45 — Offícios diversos das Câmaras Municipais ao Presidente da Província, 1854.
2. APES — Câmaras Municipais, pacote 45 — Offícios da Câmara de São Cristóvão, 5, julho, 1854.
3. ALMEIDA, Maria da Glória — Nota prévia sobre a propriedade canavieira em Sergipe (séc. XIX), Separata dos ANAIS do VIII Simpósio da ANPUH, São Paulo, 1976.
4. BPES — "Descrição sobre Sergipe pelo dr. Firmino R. Vieira", *O Democrata*, n.º 64, 23, março, 1881.
5. APES — Ministério da Agricultura, 739, Relação dos alambiques da Província de Sergipe.
6. DANTAS, Beatriz Góis — Índios e brancos em conflito pela posse da Terra (Aldeia de Água Azeda — séc. XIX), Separata dos ANAIS do VIII Simpósio da ANPUH, São Paulo, 1976.
7. APES — Requerimentos, pacote 549 — Reclamações diversas de agricultores contra criadores.
8. APES. — Câmaras Municipais, pacote 46 — Offício da Câmara Municipal de Estância ao Presidente da Província, 10, agosto, 1857.
9. APES — Câmaras Municipais, pacote 46 — Offício da Câmara de São Cristóvão ao Presidente da Província, 15 março, 1858.
10. BPES — "Parecer do Bacharel Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro", *Correio Sergipense*, 3, agosto, 1859.
11. BPES — Relatórios Provinciais.
12. BPES — "Parecer da Câmara Municipal de Maroim", *Correio Sergipense*, 3, agosto, 1859.  
O Dicionário Caldas Aulete registra as formas Maroim, Boquim e Vasa-Barris, em seu Vocabulário Onomástico, vol. 5, págs. 5438, 5484 e 5520 respectivamente. Ed. Delta S.A. — 4.ª ed. Rio de Janeiro.

13. "Parecer de Manoel Carvalho Mendonça ao Presidente da Província". 30, novembro, 1859.
14. APES — Diversos, pacote 852. "Tabela demonstrativa dos preços dos gêneros alimentícios...", Alfândega de Aracaju, 26, novembro, 1857.
15. "Cópia do ofício de Antônio Dias Coelho e Mello ao Presidente João Dabney d'Avellar Brotero", 2, janeiro, 1858.
16. MAURO, Frédéric — *História Econômica Mundial 1790-1970*, Zahar Editores, Rio, 1976, Primeira Parte.
17. *Idem*.
18. PRADO JÚNIOR, Caio — *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1970.
19. BPES — "Parecer de Guilherme Pereira Rebello", *Correio Sergipense*, n.º 40, 18, junho, 1859.
20. APES — Câmaras Municipais, pacote 45 — "Ofício da Câmara de Laranjeiras ao Presidente da Província", 25, novembro 1855.
21. *Idem*.
22. *Idem*.
23. BPES — "Sessão da Assembléia Legislativa Provincial", *Correio Sergipense*, n.º 28, 3, abril, 1862.
24. APES. Câmaras Municipais, pacotes 45 e 46 — Ofícios diversos das Câmaras ao Presidente da Província.
25. BPES — Relatório com que foi entregue a administração da Província de Sergipe no dia 15 de agosto de 1860 ao Ilm.º Sr. Dr. Thomaz Alves Júnior pelo Dr. Manoel da Cunha Galvão.
26. "Parecer de Antônio José Travassos", Santo Amaro, 20, novembro, 1857.
27. "Parecer de Érico S. da Fonseca", 28, novembro, 1857.
28. *Idem*.
29. APES — GI 248, "Ofício do Presidente João Dabney d'Avellar Brotero à Sua Magestade Imperador Pedro II", 11 fevereiro, 1858, pág. 112.
30. ALMEIDA, Maria da Glória, *op. cit.*
31. "Parecer do dr. Guilherme Pereira... *op. cit.*
32. OLIVEIRA NETO, Jorge — *Sergipe e o Problema da Seca*.
33. Ofício do Presidente Avelar Brotero... *op. cit.*
34. OLIVEIRA NETO, Jorge — *Op. cit.*

## NOTA SOBRE A HISTÓRIA DO ALGODÃO EM SERGIPE

Diana Maria de Faro Leal Diniz,  
Profa. Adjunto do Departamento  
de História e Filosofia, da UFS.

O objetivo deste trabalho é traçar uma evolução histórica da lavoura algodoeira em Sergipe, procurando mostrar a sua importância na vida agrícola do Estado, apesar da predominância da cana-de-açúcar e do gado.

Conhecido desde a época colonial, com a Guerra de Secessão Americana o cultivo do algodão foi intensificado, atravessando, daí em diante, fases de maior ou menor produção, oscilando ao sabor do mercado internacional e das circunstâncias internas, até o seu declínio, quando o polo produtor se deslocou do Nordeste para o Sul do país.

O estudo aqui desenvolvido é resultado de um primeiro esforço, que ainda requer considerável aprofundamento futuro, tanto na análise de uma documentação primária mais ampla, como numa reflexão mais amadurecida sobre a problemática do algodão em Sergipe e as causas da sua decadência.

Segundo Manoel Correia de Andrade, vários fatores contribuíram para o desenvolvimento do algodão no Nordeste, destacando-se entre eles o aumento da população e, conseqüentemente, a expansão do consumo de tecidos ordinários como o "algodãozinho", a Revolução Industrial, a Abertura dos Portos em 1808 e os eventos internacionais como a Guerra de Secessão, que eliminou do grupo exportador os grandes e modernos centros algodoeiros do sul dos Estados Unidos. E afirma o citado autor: "desde 1750 até 1940, o algodão foi um dos principais produtos nordestinos e o único que enfrentou a cana-de-açúcar com algum êxito, na disputa às terras e aos braços".<sup>1</sup>

Em sua "Memória sobre a Capitania de Serzipe", D. Marcos Antonio de Souza fez referências aos centros algodoeiros no início do século XIX, destacando-se a Vila de Itabaiana, onde as mulheres produziam grosseiras manufaturas que "constituem o principal commercio de seus maridos e toda

a vantagem de seu paiz. Levam os Itabaiannistas para os sertões altos vinte mil varas de panno de algodão, que se reputam em valor metálico dez mil cruzados". Encontramos também referências sobre a Vila de Lagarto, cuja produção era apenas de 1500 arrobas, sendo as terras de Simão Dias as mais apropriadas ao seu cultivo. Na vila de Santo Amaro "a visinhança das praias é fertilíssima em algodão e colhem mais de quatro mil arrobas". No distrito de Japarutuba "cultivam o algodão nas matas visinhas do rio Sergipe, que corre próximo a um lugar, que conserva o nome de Enforcados" (Nossa Senhora das Dores). Por outro lado, no "districto em que está situada a capella de N. Senhora da Purificação de Japarutuba podia levantar-se nova villa e até erguer-se outra parochia tanto por ser este o lugar de uma feira de algodãos..." (Japarutuba). Há ainda informações sobre grandes plantações em Vila Nova (Neópolis) e pequena produção na Vila de Propriá.<sup>2</sup>

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a situação da lavoura algodoeira era precária, e o Governo da Província, preocupado, assim se expressava:

"No intento de regenerar a cultura do algodão que tanto floresceu nesta Província, e que hoje (1852) se acha em notável decadência, não obstante o grande consumo que lhe proporcionam os mercados europeus, entendi solicitar do Governo Imperial a remessa de algumas sementes do algodão herbaceo, espécie até hoje desconhecida na Província e que entretanto, tem reconhecida superioridade sobre a vulgar, quer se attente a facilidade do cultivo, quer a qualidade do producto. "O Governo Imperial attendeu de prompto o meu pedido, remettendo-me uma porção de sementes que tenho posto à disposição dos lavradores que della se quizerem utilizar".<sup>3</sup>

Toda a economia provincial sofreu, nesta década, sensíveis abalos em decorrência da epidemia da cólera-morbo (1855-1856), que fez de oito a dez mil vítimas entre a população escrava, e das secas que ocorreram entre 1856 e 1859. Se a falta de braços era um problema constante, causa de muita preocupação dos governos provinciais e dos plantadores, a epidemia piorou consideravelmente a situação e o que

se sugeriu foi tomar "medidas rigorosas e coercitivas que forcassem a população ociosa da Província a empregar-se no serviço da lavoura. Uma medida ou uma lei bem meditada neste sentido, boas autoridades, que com energia a fizessem observar, seria uma âncora de salvação e a Província iria pouco a pouco libertando-se do estado crítico que lamentamos".<sup>4</sup>

No que tange ao algodão, além de enfrentar os problemas gerais da agricultura e também a concorrência da cana-de-açúcar, este sofreu ataques de pragas, como em Propriá, da qual se escreveu:

"já foi muito florescente esta Villa quando em seu termo prosperou a plantação de algodão; porem depois a ferrugem acometendo a planta aniquilou esta lavoura e começou sua decadencia diminuindo o seu commercio que era mais vantajoso que o da cidade de Penedo, que lhe fica na outra margem...<sup>5</sup>

O mesmo se deu em Simão Dias, onde o algodão

"já foi plantado com muito gosto quando fazia a fortuna de quem com elle se occupava, hoje por muito poucas pessoas é elle cultivado, em rasão do bolor que logo nos primeiros annos ataca o tronco immediatamente passa os ramos inutilizando desta forma a arvore".<sup>6</sup>

Na década de sessenta, com a guerra civil americana, houve o soerguimento da lavoura algodoeira. Em circular reservada, dirigida ao Presidente da Província, a Diretoria Central do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, informou a necessidade de se estimular o desenvolvimento desta lavoura, utilizando-se a imprensa e incentivos às Câmaras Municipais, para que despertassem o interesse dos agricultores locais.<sup>7</sup> Na realidade, as ordens foram cumpridas, pois entre 1862 e 1865 a exportação aumentou bastante, passando de 38T de algodão em rama para 363T. Há referências inclusive, aos comerciantes e industriais de Aracaju que deixaram suas atividades na cidade e demandaram as terras de Itabaiana, Frei Paulo, Simão Dias, Aquidabã, Gararu e Porto da Folha, na esperança de obtenção de lucros fáceis, devido ao alto preço do algodão no mercado externo.<sup>8</sup> Em 1862 a Província contava com cerca de trezentos teares, que

teciam 120.000 varas de algodão, das quais 69.013 foram exportadas e 50.987 empregadas no uso doméstico.<sup>9</sup>

A euforia na época da Guerra da Secessão foi tão grande que muitos plantadores de cana-de-açúcar abandonaram o seu cultivo, atraídos pelo alto preço do algodão.<sup>10</sup> Em 1869 o algodão ainda continuava sendo cultivado em larga escala, e a Província possuía "127 machinas de descaroçar algodão, 69 movidas a vapor e outras tantas prensas; 56 tocadas por animais e 2 por água".<sup>11</sup> Destas, a mais importante estava localizada em Maruim, e pertencia à Sharamm e Cia, que diariamente descaroçava seiscentas arrobas de algodão. Em segundo lugar, cite-se a do engenho Serra Negra, de propriedade de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel.

A década de setenta pode ser caracterizada como fase de intensos contrastes. Nela se deu a maior produção algodoeira e também o início da violenta queda que, de uma maneira geral, se prolongou até os fins do século. Entre 1870 e 1871, a exportação algodoeira alcançou 5.623 toneladas, caindo para 508, entre 1878 e 1879.<sup>12</sup> Por outro lado, a recuperação da cana-de-açúcar foi sensível, e aqueles agricultores que tinham abandonado o seu cultivo "já se convencem do erro em que cahira e voltam para a cultura da canna — alguns com manifesto prejuízo de haverem na deixado".<sup>13</sup> De fato, o cultivo do algodão não mais oferecia grandes atrativos em termos de preço, que já não cobria nem as despesas. Além disso, nosso algodão não podia competir com os de outras procedências, por sua inferior qualidade.

Até fins do século, continuou a preferência dos agricultores pela cana-de-açúcar, reduzindo-se bastante o cultivo do algodão se comparar com a fase áurea da Guerra de Secessão. Todavia, mesmo nessa fase de crise de produção, apareceram anos excepcionais, como o de 1893, quando a exportação de algodão em rama chegou quase a 5.000 toneladas.

No ano de 1897, novamente o Governo se pronunciou, preocupado com a quase exclusiva produção de cana-de-açúcar no Estado:

"Não me demorarei em accentuar a necessidade palpitante que tem nosso Estado, de applicar a sua actividade a outras industrias além do assucar, uma vez que a Natureza foi generosa, dotando-vos com um solo fecundissimo, que maravilhosamente se presta a várias culturas. Assim, penso que seria de grande al-

cance a criação de premios por exemplo de 2 contos de reis annuaes, para todo proprietario que provar ter plantado certa quantidade de cafeeiros ou oito mil cacoeiros. Penso também que seria muito proveitoso estabelecer o mesmo premio para os plantadores de algodão, os creadores de gado e para os que exportassem de terras suas, com provas satisfactorias, uma certa quantidade de café, de cereaes e de sal".<sup>14</sup>

É interessante notar que essa fase de decadência coincidiu com a implantação das primeiras fábricas de tecidos e de óleo de algodão. A primeira foi a fábrica de tecidos de Cruz e Cia., situada em Aracaju e fundada em 1884, seguida pela Santa Cruz, em Estância (1891) e pela fábrica de óleo de Alberto Vaz, em Vila Nova (1892). Segundo Alice Canabrava, em muitas províncias do Nordeste, as "lavouras algodoeiras, que resistiram ao abandono dos anos 70, estimularam o estabelecimento de fábricas de tecidos que se fundaram em muitas Províncias para aproveitar a produção na fase da decadência".<sup>15</sup>

Nas duas primeiras décadas do século XX, a cultura algodoeira em Sergipe tomou novo impulso. O crescente desenvolvimento da indústria têxtil no Sul do país, o aumento das fábricas de tecidos no Estado e os bons preços oferecidos pelo mercado, em determinados anos, tornaram o algodão matéria prima de suma importância.

A zona onde melhor se adaptou e mais se desenvolveu compreendia os municípios de Simão Dias, Itabaiana, Frei Paulo, Nossa Senhora das Dores, Aquidabã, Propriá e Gararu. Desde os primórdios, vinha sendo cultivado sobretudo pelo pequeno lavrador, "que evita o plantio da canna por depender de maior emprego de capital, maiores dificuldades na liquidação das safras e tempo duplo na recepção dos lucros".<sup>16</sup> O algodão de melhor qualidade era o de Nossa Senhora das Dores, pelo cuidado que o cercava desde o seu plantio até o enfiamento. Em 1903, o Estado já contava 71 descaroçadores de algodão, dos quais 58 movidos a vapor, e 13 a tração animal. Os municípios que possuíam maior número de descaroçadores a vapor eram: São Paulo (18), Propriá (10) e Aquidabã e Nossa Senhora das Dores, 9 cada um.<sup>17</sup>

De uma maneira geral, entre 1901 e 1910, ficou caracterizada uma fase de maior exportação algodoeira, sempre su-

perior a 2.000 toneladas, e que nos três primeiros anos, tendeu a se igualar à fase áurea da Secessão. A partir de 1907 assinalou-se um certo declínio, comparando-se com os anos anteriores. "O mesmo decrescimo nota-se em todos os outros productos de exportação: e é de admirar que com tão prolongado estio ainda tivesse sido tão valiosa a colheita".<sup>18</sup> Na realidade, os altos preços compensavam os prejuízos.

A partir de 1910, a exportação de algodão em rama, tendeu a decrescer bastante, encontrando-se pontos excessivamente baixos em 1916 (169 T), 1917 (152 T) e 1919 (212T) e alguma recuperação em 1913 (1.426 T), 1918 (833T) e 1920 (770 T). Este declínio foi motivado por problemas ligados à desvalorização do produto no mercado, pelo fenômeno da estiagem e pela existência de pragas da lagarta rósea e da lagarta da folha.<sup>19</sup> Note-se, no entanto, que uma queda das exportações pode ser considerada normal em decorrência do aumento do consumo interno. Todavia, mesmo a atividade industrial se ressentiu da queda de produção e, em 1916, a situação era tão precária e a produção tão insignificante que as fábricas de tecidos do Estado foram obrigadas, pela primeira vez, a importar matéria prima.<sup>20</sup>

Ao iniciar-se a década de vinte, aumentaram as possibilidades do mercado algodoeiro, uma vez que os ingleses passaram a comprar maior quantidade de matéria prima ao Brasil, devido aos movimentos nacionalistas no Egito e na Índia. Pensaram, também, em investir capitais no algodão brasileiro, o que ocasionou a compra de fazendas em São Paulo, e a visita da Missão Arno S. Pearse, ao norte e ao sul do país.<sup>21</sup> Este grupo também esteve em Sergipe, e a sua opinião foi favorável ao nosso algodão, considerando-o, pela qualidade da fibra e pelo seu comprimento, utilizável nos mais importantes estabelecimentos fabris da Europa.<sup>22</sup> Também os Estados Unidos se voltaram para os fornecedores brasileiros, por causa do ataque de pragas em suas plantações, e no ano de 1922 adquiriram 1.204 toneladas, no valor de 3.031 contos de réis.<sup>23</sup>

Em 1920, Sergipe contava com 89 descaroçadores de algodão, dos quais 36 possuíam expurgadores de sementes. Em 1921, mostrando a aceleração do processo de mudança, o número de descaroçadores diminuiu para 72, mas o número daqueles que possuíam expurgo aumentou para 48. No que tange às fábricas de tecidos, já eram em número de oito, e consumiam cerca de 80% da produção do Estado.<sup>24</sup>

Entre 1905 e 1922, os governantes estaduais, compreendendo a importância do desenvolvimento da lavoura algodoeira, tomaram uma série de medidas inovadoras, visando estimular a produção e melhorar a qualidade, uma vez que predominavam ainda os métodos tradicionais de cultivo. Dentre essas medidas, podemos destacar:<sup>25</sup>

- 1) a criação, em 1905, do Serviço de Inspeção do Algodão, com a finalidade de evitar que os sacos de procedência sergipana contivessem materiais estranhos e fossem amarrados por grossos cipós que aumentavam o seu peso. Em 1912 este Serviço foi reorganizado pela Lei n.º 606, de 25 de setembro e pelo Decreto n.º 568 A, de 28 de setembro do mesmo ano, que davam instruções para o seu funcionamento regular. Deve ser lembrado, todavia, que falsificação da exportação algodoeira se fazia há bastante tempo, pois em 1864 o Presidente da Província se propôs iniciar um serviço de inspeção oficial em Propriá, Vila Nova e Porto da Folha, com a finalidade de evitar abusos de tal natureza;
- 2) a instituição, em 1915, de vários prêmios, no valor total de 20:000\$000, a serem pagos aos campeões de produtividade, em faixas determinadas de áreas cultivadas com algodão;
- 3) a distribuição de sementes selecionadas das variedades "Up-land", "Sea-Island" e outras, havendo também da parte do Governo, facilidades para aquisição de material agrícola pelo preço de custo;
- 4) a criação, no Estado, do Serviço de Combate à Lagarta Rósea, em 1917 e, pela Lei n.º 750, de 30 de agosto de 1918, a adoção de providências no sentido da proibição do funcionamento de descarçadores de algodão que não possuíssem o necessário aparelho de expurgo bem como de depósitos que não estivessem devidamente protegidos;

- 5) a regulamentação, em 1920, do Serviço de Defesa do Algodão, através do decreto 705, de 9 de fevereiro e a proposição, em 1922, pelo Presidente da Província, dos seguintes pontos:
  - 5.1 criação de tipos oficiais;
  - 5.2 isenção do imposto de indústria e profissão a quem primeiro instalasse uma prensa hidráulica para fardos de 180 quilos;
  - 5.3 isenção do imposto de indústria e profissão a quem estabelecesse ótimas instalações de beneficiamento.

Quando Graccho Cardoso subiu ao poder em 1922, a situação externa era, portanto, favorável ao desenvolvimento da lavoura algodoeira, e grandes eram as expectativas de lucros fáceis. Todavia, o Presidente percebeu que este desenvolvimento só seria possível se Sergipe rompesse com o tradicionalismo agrícola existente. Seria preciso inovar e as circunstâncias permitiram que Graccho Cardoso assumisse o papel de governo modernizador.

Ao tomar posse, para que suas metas pudessem ser atingidas, organizou uma estrutura capaz de dar suporte às medidas que se propunham, a exemplo do que se fazia em São Paulo e noutros Estados. Instalou, então, o Departamento Estadual do Algodão através do Decreto n.º 767, de 8 de fevereiro de 1923. Este órgão incorporava atribuições do antigo Serviço de Defesa do Algodão, bem como todas aquelas pertencentes ao Governo Federal no Estado.<sup>26</sup> Para dirigi-lo foi convidado o Dr. Thomás R. Day, técnico americano, natural do Texas, especialista em Artes Mecânicas e Ciências Agrônômicas. O Dr. Day chegou ao Brasil em 1914, atendendo ao convite da Leopoldina Railway para superintender seu departamento industrial. Quando da sua vinda para Aracaju, tinha, portanto, quase dez anos de trabalhos realizados em nosso país.<sup>27</sup>

Logo que aqui chegou, o Dr. Day implantou a primeira Estação Experimental, denominada Miguel Calmon, na qual desenvolveu a variedade Day's Pedigreed. O local escolhido foi a Barra dos Coqueiros, por sua proximidade da Capital. Apesar de possuir um solo arenoso, considerado impróprio

para o cultivo do algodão, o terreno plano facilitaria o emprego das máquinas e a inadequação do solo mostraria a validade da aplicação de adubos. Seguindo os mesmos critérios, posteriormente, mais quatro subestações foram fundadas no interior do Estado, localizadas em centros que se destacavam como produtores de algodão: Nossa Senhora das Dores (José Bezerra), Propriá (Simões Lopes), Estância (Pereira Lima) e Frei Paulo (Cândido Rodrigues).<sup>28</sup>

Graccho Cardoso, objetivando o desenvolvimento da lavoura algodoeira sergipana, determinou um elenco de medidas, tais como:<sup>29</sup>

- 1) a introdução de novas variedades do herbáceo, uma vez que as tentativas anteriores fracassaram;
- 2) a experimentação de adubos naturais: feijão de corda, farelo de coco, sementes de algodão devidamente curtidas e esterco de curral;
- 3) o estabelecimento de um Escritório Central e de um Descaroador Modelo em Aracaju;
- 4) a regulamentação da indústria algodoeira no Estado, transformada em lei através do Decreto 843, de 21 de setembro de 1923; aproveitava, assim, idéias da primeira reunião convocada pelo Departamento, a que compareceram os principais interessados no assunto, quando debateram os mais variados temas;
- 5) a classificação do algodão, adotando-se como modelo a norte-americana. Este serviço foi iniciado em 6 de novembro de 1923, na cidade de Laranjeiras, estendendo-se depois a Aracaju, Riachuelo, Maruim e Capela, compreendendo os seguintes trapiches: Entrepasto em Aracaju; Santos Leite, Santo Antônio, Novo e Bom Gosto, em Maruim; São Francisco e Santa Maria em Riachuelo; Bom Sucesso em Capela. Devido ao trabalho de classificação, os trapiches foram imediatamente regulamentados, exigindo-lhes o Departamento a adoção de um novo tipo de recibo, com colunas para o número de ordem dos fardos, marca registrada, peso, grau e condições em que o gerente do trapiche declarava estar a mercadoria assegurada;

- 6) a organização da primeira Feira do Algodão em Aracaju, a 25 de fevereiro de 1924;
- 7) a isenção de impostos para as melhores qualidades de algodão;

No governo do Coronel Manoel Dantas que sucedeu ao Dr. Graccho Cardoso em 1927, a mais importante medida tomada em relação à lavoura algodoeira diz respeito à instalação em Queimadas (Frei Paulo) da primeira Usina Central de Beneficiar Algodão, da marca "Munger", estilo C, "Airblast", com dois descarçadores de setenta serras de doze, uma prensa hidráulica de caixa dupla giratória e um motor Diesel, a óleo cru, de 50 H. P.

Este governo deu feição definitiva ao Departamento do Algodão, adquirindo as terras onde se fixaram as dependências e preparando um prédio onde estabeleceu o Escritório Central. Por outro lado, a estação experimental "Miguel Calmon" foi transferida para o Quissamã, no Centro Agrícola "Epitácio Pessoa" e a subestação Pereira Lima removida para as proximidades de Anápolis, onde o governo adquiriu terrenos apropriados para sua instalação.

O Estado contava nesta fase, com 76 descarçadores, sendo 75 da marca "Águia" e um da marca "Lumus". Os trapiches atravessavam uma fase de grande movimento e o serviço de classificação verificava que 78,7% do algodão entrando nos trapiches pertenciam à classe dos bons. Laranjeiras apresentava-se como o principal ponto de concentração algodoeira. No que tange às fábricas, eram nove.<sup>30</sup>

A década de 30 assinalou o deslocamento da produção algodoeira do Nordeste para o Sul do país. Até então, 70% provinham dessa área e o Sul era zona secundária. A crise cafeeira provocou a diversificação da agricultura em São Paulo e os fazendeiros começaram a plantar algodão em maior quantidade. A partir de 1930, a produção aumentou vertiginosamente: de 3.934 T de algodão em pluma em 1930, passou a 10.000 T em 1931; em 1934 esta já era de 102.296 T, alcançando 307.377 T, em 1940, o que representava quase o triplo da produção nacional em 1930. O governo não tomou nenhuma medida protecionista e o próprio Nordeste forneceu as sementes para o plantio do algodão selecionado.<sup>31</sup> O Sul, portanto, ganhava terreno "uma vez que há melhor organização técnica e comercial, eficientes meios de transporte por estrada de ferro, boa distribuição demográfica, abundan-

te mercado interno, maior número de proprietários agrícolas independentes e melhor condição de aparelhagem técnica para o preparo do algodão".<sup>32</sup>

É importante assinalar em Sergipe, nesta fase, quando governava o Major Augusto Maynard Gomes, a instalação da primeira prensa hidráulica de alta compressão que passou a funcionar no Entrepasto Oficial do Algodão, primeiro Armazém Geral (exclusivo de algodão) no Estado. Por outro lado o antigo Departamento Estadual do Algodão era federalizado.

No que diz respeito aos Campos de Cooperação, em 1937 (Governo Eronides de Carvalho), foram distribuídos em quatro zonas, abrangendo vários municípios num total de 1347 hectares. A primeira zona era a do litoral, beneficiando quatro agricultores do município de Japaratuba, num total de 35 hectares; a segunda era a zona norte, com 49 lavradores dos municípios de Muribeca, São Francisco, Jaboatão, Nossa Senhora das Dores, Cedro de São João, Propriá, Capela, abrangendo 800 hectares; a terceira era a zona central, beneficiando nove agricultores, em 129 hectares nos municípios de Campo do Brito e Frei Paulo; finalmente, a zona sul, com 29 agricultores dos municípios de Buquim, Riachão do Dantas, Campos, Arauá, Salgado, Lagarto, e Anápolis, num total de 383 hectares. Nestes campos, cultivavam-se as espécies: Silvermine, 624, Texas e Express em grande quantidade e Serigy e H 105 em pequena quantidade.<sup>34</sup>

Quanto aos descaroadores, existiam 87, dos quais funcionavam 65.<sup>35</sup>

Ainda nesse governo foi regulamentado o Serviço de Classificação Interna e Fiscalização do Algodão, compreendendo a fiscalização do comércio de algodão em pluma e em caroço, beneficiamento, prensagem, reprensagem, reenfar-damento, registro de marcas e classificação, sob a direção e orientação da Comissão de Classificação Federal. Através desta regulamentação, inúmeras exigências foram impostas àqueles que estavam ligados à lavoura algodoeira.<sup>36</sup>

A produção do Estado, com o deslocamento do eixo econômico para o Sul do país, declinou sensivelmente. Em 1934 a de algodão em caroço era de 20.723 T e a de algodão em pluma de 6.908 T. A partir de 1940 diminuiu bastante: algodão em caroço, 12.255 T; algodão em pluma, 4.085 T; em 1950 a do algodão em caroço passou a 6.642 T e a do algodão em pluma a 2.214 T.<sup>37</sup>

A decadência do algodão em Sergipe decorreu de uma problemática ampla, na qual a estruturação espacial da economia brasileira assumiu destacado papel, ao lado de outros fatores, merecedores de uma análise mais profunda, para a melhor compreensão da atual realidade agrícola sergipana, onde o algodão é lavoura inexpressiva.

## NOTAS

1. Andrade, Manoel Correia de, *A Terra e o Homem no Nordeste*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963. pp. 142/143.
2. Souza, Marcos Antonio de, "Memória Sobre a Capitania de Sergipe", *Revista de Aracaju*. N.º 1, 1943. pp. 33, 30, 36, 38, 42, 44.
3. Tavares, Heitor Airlie, *O Algodão em Sergipe*. Ministério da Agricultura, Serviço de Plantas Têxteis, s./d. p.1.
4. A P E S (Arquivo Público do Estado de Sergipe). Diversos, Pac. 852. "Informações enviadas ao Presidente da Província a respeito das causas da carestia dos gêneros alimentícios, 20/5/1859". (MS).
5. A P E S — Diversos Pac. 852, "Um Esboço Sobre a Vila de Propriá. 28/11/1859". (MS).
6. A P E S — Câmaras Municipais, Pac. 47. "Informações da Câmara Municipal da Vila de Simão Dias, para o Relatório da Província. 5/1/1860". (MS).
7. A P E S — Ministério da Agricultura, Pac. 416. "Circular Reservada, Enviada pela Diretoria Central do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao Presidente da Província. 12/8/1861". (MS).
8. Amaral, Luís, *História Geral da Agricultura Brasileira*, vol. II; São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1958. p. 37.
9. *Falla com que foi aberta a 1.ª Sessão da 14.ª Legislatura da Assembléa Provincial de Sergipe*, pelo Presidente Dr. Joaquim Jacintho de Mendonça, no dia 1.º de Março de 1862, p. 22.
10. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, no dia 2 de Março de 1868, Pelo Exm. Snr. Presidente Dr. Antonio de Araujo Bulcão. p. 25.
11. *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de Sergipe*, no dia 1.º de Março de 1869, pelo Exm. Sr. Presidente Dr. Evaristo Ferreira da Veiga. p. 65.
12. Tavares, Heitor Airlie, *op. cit.*, anexo 1.
13. *Relatório de 1868*, *op. cit.*, p. 25.

14. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa, pelo Presidente do Estado Dr. Martinho Garcez, por ocasião da abertura da Sessão Extraordinária de 1897. p. 11.
15. Canabrava, Alice P., "A Grande Lavoura" in S. Buarque de Holanda, *História Geral da Civilização Brasileira*, T. II; V. 4.ª São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971. p. 49.
16. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa de Sergipe, na 2.ª Sessão Ordinária da 6.ª Legislatura, em 7 de Setembro de 1903, pelo Presidente do Estado, Josino Menezes. p. 49.
17. *Ibid.*
18. Mensagem enviada à Assembléa Legislativa, a 7 de Setembro de 1908, pelo Desembargador Guilherme de Souza Campos, Presidente do Estado. p. 23.
19. Mensagens referentes aos anos citados.  
Tavares, Heitor Airlie, *op. cit.*, anexo 1.
20. Mensagem dirigida à Assembléa Legislativa de Sergipe, pelo Presidente do Estado General Manuel P. de Oliveira Valladão, em 7 de Setembro de 1916, ao instalar-se a 3.ª Sessão Ordinária da 12.ª Legislatura. p. 213.
21. Carone, Edgard., *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974. p. 51.
22. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1921, ao instalar-se a 2.ª Sessão Ordinária, da 14.ª Legislatura, pelo Coronel Dr. José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado. p. 27.
23. "Ainda a Cultura do Algodão e o Relatório do Professor Day", *Sergipe Jornal (Aracaju)* n.º 415, 5 de Janeiro de 1923. p. 1.
24. Mensagens Presidenciais de 1920 e 1921. p. 45 e p. 28.
25. Diniz, Diana M.ª de Faro Leal, "Experiências Inovadoras na Lavoura Algodoeira em Sergipe (1922-1926)". Trabalho apresentado no IX Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Florianópolis, 1977. (mimeografado) pp. 9/10.
26. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1923, ao instalar-se a 1.ª Sessão Ordinária da 15.ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. pp. 45/46 e 48.
27. "O Algodão em Sergipe e o Professor Day", *Sergipe Jornal (Aracaju)*, n.º 422, 15 de Janeiro de 1923. p. 1.
28. Mensagem apresentada à Assembléa Legislativa, em 7 de Setembro de 1925, ao instalar-se a 3.ª Sessão Ordinária da 15.ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Graccho Cardoso, Presidente do Estado. pp. 37/39.
29. Diniz, Diana M.ª de Faro Leal, *op. cit.*, pp. 11/16.
30. Mensagens Presidenciais de 1927 e 1928. p. 84 e pp. 62/69.
31. Cohn, Amélia, *Crise Regional e Planejamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976. pp. 26/27.

32. Carone, Edgard, *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, D I F E L, 1976. p. 50.
33. Tavares, Heitor Airlie, *op. cit.*, p. 2.
34. Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe. Mensagem Apresentada pelo Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, Governador do Estado de Sergipe. 1937. pp. 146/151.
35. "Os descaroçadores de algodão em Sergipe", *Revista do Algodão*. Ano IV, dezembro, 1937. p. 12.
36. A P E S, Diversos, Pac. 984. "Regulamento do Serviço de Classificação Interna e Fiscalização do Algodão. 5/11/1937". (Dat).
37. Cruz, José, *O Problema do Algodão em Sergipe*. Aracaju, Imprensa Oficial, 1960. p. 8.

## QUAL O SIGNIFICADO DO 24 DE OUTUBRO?

Maria Thetis Nunes  
Profa. Titular da Universidade  
Federal de Sergipe.

Qual o significado da data 24 de outubro na História Política de Sergipe? Porque foi consagrada como data maior pela tradição, revestindo-se sempre de grandes manifestações cívicas e populares? Falam as crônicas e as pessoas mais idosas dizem, com entusiasmo, dos festejos comemorativos com ruas engalanadas, carros alegóricos, grupos folclóricos desfilando, recepção no Palácio do Governo que, desde época longínqua, lhe conferiam especial interesse.

Ao estudioso do passado sergipano causa perplexidade tais comemorações desde quando, até o presente momento, não foi encontrado qualquer documento que se refira a episódio, ligado à autonomia de Sergipe ou sua participação no processo da independência brasileira, ocorrido em tal data.

Em 8 de julho de 1820, a Comarca de Sergipe ganhou autonomia política com a Carta Régia de D. João VI que a tornava Capitania independente da Bahia. Logo em 25 do mesmo mês era nomeado seu primeiro presidente, o Brigadeiro Carlos César Burlamaqui, conforme ele próprio afirma na "Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe del Rei", publicada em 1821, ao escrever que D. João VI "houve por bem nomear-me Governador desta Província em 25 do mesmo mês da independência"<sup>(1)</sup>. Sua correspondência aos Ministros Reais confirma a data da nomeação, que, erroneamente, Felisbello Freire diz ter sido em 24 de outubro <sup>(2)</sup>. Poder-se-ia atribuir a valorização de tal data a esse engano, mas a publicação da "História de Sergipe", onde está inserido, é de 1891, e em 1836 já era ela comemorada festivamente.

Burlamaqui só tomou posse do cargo em 20 de fevereiro de 1821. Nele permaneceu menos de um mês, sendo a 18 de março deposto por tropas vindas da Bahia, a mando da Junta Governativa que lá se instalava após a adesão da

Província à revolução constitucionalista do Porto, reforçadas, em Sergipe, pelo apoio de muitos senhores de terra. Retornou a nova Capitania à dependência anterior, ato confirmado pelas Cortes de Lisboa. Assim permaneceu até 1.º de outubro de 1822 quando, ante a pressão das tropas comandadas pelo Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru já, no momento, em Estância, à frente de 2.000 homens, e do Exército Pacificador de Pedro Labatut que se debruçava sobre o São Francisco, foi instituída em São Cristóvão uma Junta Governativa, após a Aclamação do Príncipe Regente Constitucional, Protetor e Defensor do Brasil, o Senhor Dom Pedro de Alcântara, pela tropa e pelo povo<sup>(3)</sup>. Imediatamente, a Junta, presidida pelo Capitão-mor da Vila de Itabaiana, José Mateus da Graça Leite Sampaio, comunicou às autoridades da Vila de Cachoeira que passava a vigorar, a partir daquela data, a autonomia que D. João VI concedera a Sergipe.

Pelos fatos expostos, haveria motivo para as comemorações serem realizadas em 1.º de outubro e não no dia 24...

Pouco permaneceria essa emancipação, apesar da euforia que a acompanhou. Foi interrompida por Labatut quando este, a 18 do mesmo mês de outubro, chegou a São Cristóvão, depôs a Junta Governativa e fez voltar Sergipe à dependência da Bahia. Mas, logo a 5 de dezembro, Pedro I confirmaria a Carta Régia de 8 de julho de 1820, integrando Sergipe, agora como Província, ao Império Brasileiro, enquanto na Bahia ainda se travavam as lutas pela Independência, prolongadas até 2 de julho do ano seguinte.

Já a 1.º de dezembro, o tenente-coronel José Elói Pessoa da Silva, nomeado por Labatut em nome "de sua Magestade Imperial, o Senhor D. Pedro I, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil para Governador do Distrito de Sergipe", promovera, festivamente, em São Cristóvão ante a tropa "a pé ou a cavalo, a Nobreza, o Clero, o Povo, os Membros da Câmara local" <sup>(4)</sup>, a aclamação do Imperador.

São, desse modo, significativas as datas 1.º e 5 de dezembro na história da emancipação política sergipana.

Só a partir de 1836 teriam começado os festejos ligados ao 24 de outubro. "Foi então que venceu a idéia dos cristovenses de festejarem pela vez primeira a data 24 de outubro, que se dizia ser o da chegada da emancipação de Sergipe da tutela da Bahia" <sup>(5)</sup>. Em sessão extraordinária da Câmara Municipal de setembro daquele ano, foi lido um requerimento de João Ferminiano e outros solicitando "para que todos os

que quisessem andar mascarados em os dias primeiro até 24 de outubro vindouro *em que se celebra o aniversário da Independência da Província* (os grifos são nossos), assim como teatro público em os dias 23 e 24 do mesmo mês" (6). O pedido foi discutido pelos Conselheiros e, votado, foi dada a permissão para o teatro público nos dias solicitados. Quanto aos mascarados, sua saída só seria permitida aos domingos e dias santos", inclusive à véspera e dia da função, não excedendo do sol posto e guardando-se a ordem" (7).

Nesse ano de 1836 foi escolhido para pronunciar o sermão alusivo à data, do solene Te Deum comemorativo, Frei José de Santa Cecília. Trazia este frade, da Bahia onde vivera antes, fama de grande orador, destacando-se a alocução feita ao 2 de julho, quando obtivera tamanho sucesso "que foi carregado nos braços do povo e tropa, que o aclamaram delirantes, no descer da tribuna sagrada" (8).

Para tais festejos seria, então, composto o Hino Sergipano, versos do poeta arcadista Manuel Joaquim de Oliveira Campos. A música, arranjos de uma ópera, foi composto pelo mesmo Frei José de Santa Cecília.

O sermão do frade, eivado do liberalismo da época, exaltava aos que lutaram pela emancipação de Sergipe e do Brasil. Ao mesmo tempo fustigava, veemente, os que, na época, se haviam mantido presos ao servilismo e à tirania. "Sim eu vejo sairem desta Capital, arrancados dos braços de suas consortes, amigos e parentes, enfim, do da doce Pátria, os nossos dignos Concidadãos, Montes, Valença e Bernardino, que, carregando pesados ferros, e marchando entre cortadoras espadas, que sergipanos injustos alçavam, são conduzidos até Laranjeiras onde, depois de gemerem em tenebrosas marmoras, são remetidos à Bahia, entregues a todas as desgraças que sempre acompanharam tão funestos acontecimentos" (9). Elogiando Frei Caneca e sua atuação revolucionária em 1824, condenava as desavenças e discórdias que ainda dilaceravam Sergipe, atacando a prepotência dos detentores do poder que se serviam da imprensa como arma.

Não poderia ser bem recebido tal sermão, sobretudo pelos portugueses que haviam retomado o prestígio econômico e social na Província, interrompido pelo processo da independência. O "Noticiador Sergipense" atacou, energicamente, o frade pregador, acusando-o "de conspirador contra o trono e o altar" (10).

Nos anos posteriores a 1836 não existem, nos jornais da época, referência a comemorações públicas do 24 de outubro, embora a Lei de 3 de fevereiro de 1839, sancionada pelo Dr. Joaquim José Ribeiro, Presidente da Província, determinasse: "São feriados nesta Província os dias 24 de outubro e o da instalação da Assembléia Provincial" (11). Lamentavelmente, não há explicação ao porquê da inclusão daquela data.

Em 1853, reencontramos na "União Liberal" a exaltação que transcrevemos: "Breve se nos aproxima o 24 de outubro. Todos os povos têm seus dias de júbilo!

O dia 24 de outubro *que despiu esta antiga comarca da Bahia de tal vestidura e ornou-a com o manto de província* é sem dúvida memorável para o Povo Sergipano. (o grifo é nosso).

É o dia de sua emancipação!

É o dia de uma nova época em sua história" (12).

Em 1882, num jornal abolicionista de Aracaju, "O Descrido", aparece a afirmativa de que foi o Capitão Leandro Ribeiro de Siqueira e Mello, antigo senhor do Engenho Itape-roá, "quem deu a grata notícia aos são-cristovenses que no dia 24 de outubro de 1824 fora Sergipe elevada à categoria de Província e isto por carta particular recebida de seu correspondente da Bahia" (13).

A atitude da Assembléia Legislativa em 1887, encarregando uma comissão, sendo Laudelino Freire seu relator, para dar um parecer se deveria o 24 de outubro ser comemorado, demonstra não se conhecer, exatamente, o que nele acontecera.

Os historiadores invocados pelo relator só se referiam a 8 de julho como data importante. Encontraria, porém, um fundamento no "Atlas" do Senador Cândido Mendes, onde se lê que "vencidos os partidários da Bahia, retornava Sergipe à sua condição de Província independente, desde 24 de outubro de 1824, formando uma das estrelas do escudo do nascente império" (14). Também a mesma afirmativa lhe trouxe o "Estudo sobre a origem histórica das lutas entre Sergipe e Bahia" de Oliveira Campos (15).

Tais citações, porém, carecem de suporte histórico. Desde 23 de novembro de 1823 já havia sido nomeado para Sergipe o primeiro Presidente após a independência do Brasil, o Brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, que tomou posse em 5 de março do ano seguinte, estendendo-se o governo até 11 de fevereiro de 1825. Em sua agitada administração, o fato mais significativo foi a instalação do Conselho de Gover-

no, marcando o início da vida parlamentar sergipana, mas ocorrido em 25 de junho de 1823.

Baseando-se, assim, em dados vagos e imprecisos, a Comissão deu o Parecer considerando que "a Independência de Sergipe teve lugar a 8 de julho de 1820, sendo neste ponto unânimes os testemunhos dos historiadores e cronistas, que, por último, o povo sergipano tendo sido privado da independência que lhe foi concedida a 8 de julho, só poudé gosá-la definitivamente a 24 de outubro de 1824" (16). Concluindo, apresentava o projeto de Lei: "Art. I. Fica considerado feriado estadual o dia 8 de julho, aniversário da elevação de Sergipe à categoria de Capitania Independente e emancipada da Bahia. Art. 11. Fica igualmente feriado estadual o dia 24 de outubro, *data histórica da recuperação da Independência de Sergipe* (o grifo é nosso). A alegação mais importante para este artigo era que "o 24 de outubro, como data histórica da independência de Sergipe, teve a consagração do povo, tem o seu caráter baseado na força do hábito que o povo há muito lhe inoculou" (17).

Acreditamos que, assim, também pensaram os que elaboraram a Constituição Estadual vigente ao nela introduzirem, como feriado, o dia 24 de outubro, sem acrescentar qualquer justificativa à determinação.

Apesar das exaustivas pesquisas por nós realizadas, ainda não encontramos qualquer documento comprobatório da importância que, oficialmente, desde 1836 foi atribuída à aquela data. Cremos, porém, que algum feito relevante deverá ter sucedido desde quando a primeira comemoração conhecida data de 1836, poucos anos decorridos dos fatos que a justificavam, e quando os que nela se envolveram deveriam ter sido testemunhas dos acontecimentos que a motivaram.

A hipótese mais viável supomos ter sido o dia em que a notícia da Carta Régia de D. João VI de 8 de julho de 1820, concedendo autonomia política à Comarca de Sergipe, transformando-a numa Capitania independente, tenha chegado a São Cristóvão, conforme afirmava em 1882 o redator do "Descrido". É de 2 de setembro de 1820 o ofício do Conde da Palma, Capitão e Governador da Bahia, ao Ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal acusando "a carta firmada com Régio Punho em data de 8 de Julho do corrente ano, pela qual Sua Magestade Houve por bem Participar-me que seu Real Decreto, da mesma data Houve isentado absolutamente da sujeição, em que até agora tinha estado deste Governo, a Capitania de Sergipe Del Rei" (18). Não teriam tido pressa as au-

toridades baianas de por em prática a separação que implicava na perda das rendas para lá canalizadas, que eram consideráveis. Tal separação dar-se-ia somente nos começos de janeiro do ano seguinte, ao passar por Salvador Carlos Cesar Burlamaqui, o primeiro presidente de Sergipe. Na ocasião, ele assinou com o Conde da Palma e a Real Junta da Fazenda "um termo declaratório e relativo às rendas, para que estas ficassem pertencendo a Sergipe desde o primeiro do dito mês de janeiro em diante" (19). Assim sendo, até aquele momento nada de concreto havia sido feito para tornar realidade a autonomia sergipana.

Esperamos que as pesquisas históricas, ultimamente em pleno desenvolvimento entre nós, tragam à tona algum documento que venha explicar o porquê das festividades alegres e coloridas com que o povo homenageou o 24 de outubro desde o longínquo ano de 1836.

#### BIBLIOGRAFIA

- 1 — Burlamaqui, Carlos César Burlamaqui: Memória Histórica e documentada dos sucessos acontecidos em Sergipe D'El Rei, sendo Governador daquela Província Carlos César Burlamaqui, que a foi criar, em independente, e separada totalmente da Bahia por decreto de Sua Magestade Fidelíssima de 8 de julho de 1820, e carta patente de 25 do mesmo mês e ano, pg. 4. Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, 1821. Biblioteca Nacional, 1821, Secção de Obras Raras.
- 2 — Freire, Felisbello: — História de Sergipe, pg. 224. Rio, 1891.
- 3 — Offício do Presidente da Junta Interina do Governo de Sergipe ao Sr. Comandante da Força Armada da Torre em 4 de outubro de 1822. Arquivo Público da Bahia.
- 4 — Freire, Felisbello: Obra citada, pg. 248.
- 5 — Carvalho Lima Júnior: Francisco Antônio: de Frei José de Santa Cecília. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Ano V, vol. V, 1920, pg. 80.
- 6 — Sessão extraordinária da Câmara Municipal de Sergipe, de 17 de setembro de 1836, transcrita no "Noticiador Sergipense" n.º 138, de 22 de setembro de 1836. Biblioteca Nacional, Secção de Obras Raras.
- 7 — Idem.
- 8 — Carvalho Lima Júnior, Francisco Antônio: de Obra citada, pg. 80.
- 9 — Carvalho Lima Júnior, Francisco Antônio: de Idem, pgs. 81 e 82.

- 10 — Carvalho Lima Júnior, Francisco Antônio: de Idem, pg. 84.
- 11 — Documento existente no Arquivo Público de Sergipe.
- 12 — União Liberal, n.º 72, de 21 de outubro de 1853. Biblioteca Pública do Estado de Sergipe.
- 13 — O Descrido, n.º 23, de 15 de setembro de 1882. Biblioteca Nacional, Secção de Obras Raras.
- 14 — Parecer publicado no "Diário Oficial" do Estado de Sergipe, em 2 de novembro de 1887. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 15 — Idem
- 16 — Idem
- 17 — Idem
- 18 — Ofício do Conde da Palma, Capitão e Governador da Bahia, ao Ministro Tomás Antônio Vilanova Portugal, de 2 de setembro de 1820. Arquivo Público Nacional.
- 19 — Burlamaqui, Carlos César: Ora citada, pg. 4.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO E O CONTEXTO DE AUTOS E DANÇAS FOLCLÓRICAS EM LARANJEIRAS\*

Beatriz Góis Dantas  
Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe

No tempo social vivido pela população folk de Laranjeiras, inscrevem-se dois momentos importantes em que, espontaneamente, danças e autos populares são apresentados pelo povo, quebrando a rotina da cidade. O primeiro deles situa-se no término do chamado período natalino, no dia de Reis que, de acordo com a tradição local, se constitui no tempo próprio para as apresentações de Taieira, Cheganca e Cacumbi (1). O segundo momento coincide com o período cívico, cujos marcos seriam as comemorações da independência do Brasil, em setembro e da independência de Sergipe, tradicionalmente festejada em outubro, época própria, de acordo com a visão dos próprios atores, para as apresentações de Lambe-suio e Caboclinho.

Assim, em tempos diferentes, em torno de motivações diversas, estão polarizadas as danças e representações dramáticas de cunho popular ainda vigentes na cidade.

No primeiro caso, as motivações explícitas que mobilizam os grupos de dançarinos para suas apresentações, vinculam-se à religião católica e às formas que assume em sua vivência tradicional. O acontecimento que os aglutina é a festa de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, aí celebrada no dia seis de janeiro. É por conseguinte uma festa de Igreja que fornece o contexto para a apresentação de danças e autos, o que poderá também repetir-se na festa de Bom Jesus dos Navegantes, realizada alguns dias mais tarde, onde, por vezes, também se inserem essas manifestações folclóricas.

No segundo caso, as motivações que informam o tempo do Lambe-sujo e Caboclinho são de caráter cívico.

Merece destaque o fato de que esse atual calendário folclórico de Laranjeiras tem vigência na cidade, pelo menos

\* Trabalho apresentado no I Encontro Cultural de Laranjeiras, Maio de 1976.

desde o início deste século, conforme atestam jornais locais (2), e se repete em muitas outras localidades de Sergipe. Em São Cristóvão, na segunda metade do século passado, Chegança, Cacumbi e Taieira incluíam-se na festa de São Benedito, enquanto Lambe-sujo e Caboclinho tomavam parte nas comemorações do dia da Pátria (3). Em Aracaju, informações que vão do início até a metade do século atual dão conta que o calendário desses folguedos é basicamente o mesmo (4), o que se repete em Itaporanga (5) e Estância (6) e certamente em muitas outras cidades sergipanas, das quais não dispomos de registros escritos.

Na atualidade, nos diversos municípios onde se verifica a presença das danças e autos aqui enfocados, eles obedecem ao mesmo esquema de distribuição no tempo (7).

A concentração desses folguedos em dados momentos do tempo social tem, não apenas fundamentação histórica, mas revela também suas ligações com acontecimentos sociais extra-rotina, como é o caso das festas, e se constitui em marco de referência para a ordenação do tempo.

A apresentação de Chegança, Cacumbi e Taieira na festa dos santos patronos de negros resulta da política adotada pela Igreja durante o período escravocrata, segundo a qual pretendia-se cristianizar os africanos, reunindo-os em confrarias que muitas vezes se organizavam segundo as linhas de cor dos integrantes da sociedade. Agrupados nas confrarias de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os negros livres ou escravos louvavam seus santos patronos com danças e autos em que se inseriam elementos das culturas de origem africana. As coroações de reis negros, os chamados Reis de Congo, ensejavam apresentações de grupos de dançarinos que formavam o cortejo real e de representações de caráter guerreiro, em que, por vezes, se incluíam personagens históricos das monarquias africanas (8). Nesta perspectiva de vinculação aos Reis de Congo se incluem a Taieira e o Cacumbi de Laranjeiras.

A Taieira apresenta-se como uma dança cortejo, cujos figurantes acompanham rainhas, reminiscências dos antigos Reis de Congo, para a cerimônia de coroação efetuada pelo padre na igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, onde apresentam danças de louvação aos santos, danças que se repetem diante dos altares domésticos, quando mais tarde visitam os presépios. Além da louvação e da coroação,

a Taieira desenvolve desfiles de rua, visita às casas das pessoas importantes da cidade, onde apresentam danças e recebem, em troca, alimentos, bebidas e dinheiro. Promovida há mais de meio século por uma dirigente de culto afro-brasileiro, a Taieira revela em Laranjeiras alguns aspectos sincréticos que se expressam na saudação que, nas margens do rio, as dançarinas fazem a Iemanjá, divindade africana das águas identificada com a Virgem Cristã (9).

O Cacumbi registrado no século XIX na Bahia e no Rio de Janeiro como uma representação teatral de temática guerreira, em que a troca de embaixadas, as lutas entre facções rivais e o conteúdo dos discursos dos atores aproximam-no do Reinado dos Congos, apresenta-se hoje em Laranjeiras e em outras cidades de Sergipe, despido de caráter teatral, resumindo-se numa sucessão de danças, realizadas por homens, apresentadas primeiramente na igreja para louvar santos e depois nas ruas e nas casas (10). A presença de alguns dançarinos trajados com tangas de penas e cocares indígenas, constitui talvez os últimos vestígios de uma das facções rivais, que na forma antiga do auto lutavam entre si. Convém registrar que, nem mesmo nas formas históricas do Cacumbi de São Cristóvão, conforme registro da segunda metade do século passado (11), há notícias da ação dramática, se bem que incluísse entre seus personagens Reis e Secretário, o que já não ocorre em Laranjeiras. É possível que, em Sergipe, a representação de temática guerreira, desenvolvida outrora pelo auto do Cacumbi, tenha sido de certo modo substituída pela Chegança, auto popular que não se vincula ao ciclo de Reis de Congo, mas às tradições marítimas e às lutas entre mouros e cristãos na península ibérica.

A Chegança é constituída de uma justaposição de partes ou jornadas que desenvolvem enredo próprio, não têm em geral sequência pré-estabelecida e são independentes entre si. O "embarque" que é, às vezes, realizado em barcos que descem o rio, em lugar de se constituir numa simples simulação, figura o início de uma viagem marítima, ao término da qual realizam a "louvação aos santos" no interior do templo de São Benedito, com danças e cantos, em que exaltam os santos e figurantes do ritual e rememoram uma tempestade da qual teriam sido milagrosamente salvos pela Virgem. As "marchas de rua" permitem o deslocamento do grupo para os locais onde realizam as encenações do "anau perdido", da "rezinga grande", da "rezinga do gajeiro" e do

"contrabando dos guardas-marinha", jornadas que desenvolvem enredos ligados à vida do mar, tempestades, dissensões entre tripulantes da embarcação etc. Estas jornadas da Chegança rememoram as peripécias enfrentadas por uma nau durante uma viagem, explicando os próprios atores que o folgado resulta de uma promessa feita pelos tripulantes da referida embarcação à Virgem do Rosário, por cuja intercessão foram milagrosamente salvos. Daí sua inclusão na festa da Virgem, homenageada na cidade juntamente com São Benedito, no dia de Reis. Por outro lado, a Chegança local inclui a jornada conhecida como "combate ou mourama", tida pelos próprios atores e assistentes habituais como a parte mais importante do auto que, desenvolvendo lutas e trocas de embaixadas centradas em torno da oposição entre grupos rivais na crença — mouros x cristãos — aproxima mais ainda a Chegança do contexto da Igreja e de certo modo da temática guerreira outrora desenvolvida pelo Cacumbi.

Na jornada da "mourama", os figurantes da Chegança, antes identificados como marujos que disputavam entre si, são agora cristãos por oposição a mouros. Essas novas personagens aparecem apenas nesta parte, contracenando com os cristãos a quem propõem a religião de Maomé em troca de riquezas e casamento com princesas turcas. As embaixadas são rejeitadas. Há lutas. Os mouros são vencidos e aprisionados, até que aceitem o batismo, sinal de adesão ao cristianismo. Unificados na crença, todos juntos dançam e cantam louvores à Virgem do Rosário.

Essas manifestações folclóricas, aglutinadas em torno da festa de São Benedito, veiculam valores associados à crença enaltecendo e mostrando a vitória da religião dominante na sociedade. Elas transformam a festa do santo num importante acontecimento que, segundo nos parece é o mais importante para a comunidade local, e num marco significativo na ordenação do tempo, pois, como diz Leach "nós criamos o tempo através da criação de intervalos na vida social" e as festividades em todas as partes do mundo têm a importante função de ordenar o tempo (12).

Se a inclusão da Taieira, do Cacumbi e da Chegança na festa de São Benedito se faz pela aproximação com a religião, a apresentação do Lambe-sujo e Caboclinho no período cívico se torna bastante compreensível, quando se atenta para o enredo desenvolvido por esse auto popular, que se constitui numa variante do Quilombo alagoano (13). A for-

ma atualmente existente em Laranjeiras, que não se diferencia em linhas gerais dos registros relativos a outras localidades de Sergipe (14), inclui a presença de dois grupos em oposição: os lambe-sujos, caracterizados como negros e os caboclinhos que representam índios. A utilização da pintura do corpo para simular marcas raciais, de trajés e instrumentos que o povo considera próprios de negros e índios, ajudam a diferenciação dos grupos em oposição. A encenação se desenrola ao longo do dia, tendo início com o "saque", assalto simulado às casas, onde os negros "roubam" mantimentos para a refeição em comum ou simplesmente cachaça cuja ingestão os mantém animados durante o dia. Após terem os dois grupos circulado separadamente pela cidade cantando e dançando, simulando uma perseguição dos negros pelos índios, os lambe-sujos recolhem-se ao seu acampamento — local cercado de folhas de palmeiras — e raptam filhos do chefe dos caboclinhos. Há troca de embaixadas e desafios para a luta que se finda com a vitória dos caboclinhos, que procuram aprisionar o maior número de negros, a fim de receber o resgate dos "brancos".

O auto por alguns considerado como uma celebração dos feitos históricos do Quilombo de Palmares (15), certamente criado por eruditos ou semi-eruditos (16), revela a ideologia de manipulação de índios e negros, etnias subjugadas pelo branco dominante, através de uma oposição em que reventam conflitos que se resolvem em benefício do branco. Significativamente os caboclos capturam os negros que, ajoelhados, imploram aos "senhores" (autoridades e assistentes que possam dar dinheiro) o resgate para a sua libertação.

Aceitando-se a tese de Roberto da Mata segundo a qual as cerimônias cívicas são rituais da ordem onde posições sociais são definidas e se reafirmam o poder e a autoridade (17), a inclusão do Lambe-sujo e Caboclinho nas festas cívicas, ou sua apresentação na época em que tais festas deveriam ocorrer, se coloca como um elemento popular da pedagogia da ratificação da ordem e da legitimação social. Evidentemente que não tem o auto a solenidade e a formalidade das "paradas militares e estudantis". Inclui mesmo a presença de figurantes que desenvolvem um comportamento jocoso, como é o caso da "mãe Suzana" e do "feitor", mas é sobretudo no desenlace do enredo que o auto se constitui numa forma popular de mensagem de ratificação da ordem da sociedade.

Assim os folguedos folclóricos de Laranjeiras, agrupados em dados momentos do tempo social, não só fornecem os pontos de referência para a ordenação do tempo, como se constituem em oportunidades de veiculação dos valores sociais, uns ligados à crença e outros explicitamente à ordem da sociedade.

#### NOTAS

- 1 — Embora na atualidade a Dança de São Gonçalo seja também apresentada na festa de São Benedito, este evento folclórico é próprio de outro contexto e sua incorporação à festa é recente e tem sido incentivada pelas autoridades locais interessadas em ampliar o caráter folclórico do acontecimento e sua potencialidade como atração turística.
- 2 — O Povo de 8.12.1901, O Novo Século de 14.01.1900, Vida Laranjeirense de 27.12.1931 e 15.9.1935 entre outros.
- 3 — SANTIAGO, Serafim — Anuário Cristovense. Manuscrito do Arquivo particular do prof. José Cruz e do Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 4 — COELHO, J. Rodrigues Bastos — Coisas e Vultos de Aracaju. Rio de Janeiro, 1956, MENDONÇA, Corinto Pinto de — Praça da Matriz (Reminiscências 1888-1955), Aracaju 1955 e BEZERRA, Felte — Pesquisa no Folclore Mágico-Religioso e outras, em Sergipe. In Revista Brasileira de Folclore, Rio de Janeiro, CDFB n.º 29 Jan/Abr. 1971.
- 5 — MARTUCELLI NETO, Retalhos da Vida. Salvador, Imprensa Oficial, 1969.
- 6 — NASCIMENTO, Manoel Rodrigues do — Reminiscências (Flagrantes da vida de Estância de 1894 a 1907 — Tipos, episódios e costumes), 2 vol. Aracaju, Livraria Regina, 1956-1958.
- 7 — Manifestações da Lúdica Folclórica em Sergipe. Aracaju, DCPH/SEC, 1975.
- 8 — Vide RAMOS, Artur — O Folclore Negro no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- 9 — DANTAS, Beatriz Góis — A Taleira de Sergipe. Petrópolis, Ed. Vozes, 1972.
- 10 — CALASANS, José — Cantigas de Cacumbis e Taleiras de Sergipe. In Revista de Aracaju n.º 4, 1951 e ALENCAR, Aglaé Fontes de — Folclore. In Roteiro de Aracaju, Revista da 4a Convenção do Comércio Lojista do Nordeste, 1965.

- 11 — SANTIAGO, Serafim — Anuário Cristovense. Manuscrito do Arquivo particular do prof. José Cruz e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.
- 12 — LEACH, E. R. Repensando a Antropologia. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974, p. 207.
- 13 — Em Alagoas o Quilombo integra o ciclo natalino. Assim a inclusão do Lambe-sujo no ciclo cívico sergipano pode ter resultado de uma transposição de data, talvez ocorrida nos fins do século passado quando se registra um movimento no sentido de intensificar-se as comemorações cívicas de 24 de outubro.
- 14 — Vide fontes da nota n.º 4.
- 15 — RAMOS, Artur — O Folclore Negro no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. da Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- 16 — BRANDÃO, Théó — Folguedos Natalinos de Alagoas. Maceió, Imprensa Oficial, 1961.

**DISCURSO PRONUNCIADO, EM 1º DE MARÇO DE  
1970, NA CIDADE DE ESTÂNCIA, PELO PROFESSOR  
JOSÉ CALAZANS BRANDÃO DA SILVA, QUANDO  
DA INAUGURAÇÃO DO MONUMENTO DE  
GUMERSINDO BESSA.**

Agrada-me, sobremodo, a honrosa incumbência de falar nesta cerimônia. Profundas razões sentimentais justificam a proclamada satisfação. O local da homenagem e o vulto do homenageado figuram entre minhas mais queridas reminiscências. A Estância e Gumersindo Bessa surgem sempre bem nítidos nas recordações da meninice distante. Oriundo, pelo lado materno, de gente do Piauitinga, guardo da infância amoráveis lembranças estancianas, por assim dizer cotidianamente recolhidas nas conversas de minha mãe, de minha madrinha, de meu tio. Projeta-se na minha memória cinquentenária, como claro e impressionante pano de fundo, a "Princesa do Piauitinga", da qual como que tenho sido pela vida inteira um nostálgico singular, saudosos da terra alheia. Constantemente estou a ouvir, nas horas do recordar, como se ainda estivessem brotando de lábios familiares, alguns já emudecidos pela morte, nomes que lembravam a Estância nos serões da minha casa: monsenhor Vitorino, dr. Jessé, Marante, Arabela, compadre João Neto, coronel Chico Martins, a igreja do Amparo, a fábrica de João Sobrinho. Veio da Estância meu primeiro vocabulário de nomes próprios. Foi a Estância o destino da primeira viagem. Na Estância, timidamente, pronunciei, ginasio ainda, meu primeiro e último discurso de orador de club de futebol. Nos dias da mocidade, tentando reconstituir uma figura da nossa história literária, o "poeta elegante", Pedro Luziense de Bittencourt Calasans, pesquisei na Estância a vida do infelizmente bardo, aqui envolvido nas teias da política local e enleado nos encantos e seduções de sua Ofenísia. Voltar a Estância, de cabelos brancos e filhos criados, é agradável jornada sentimental, emocionantemente acrescida pela circunstância de vir falar de Gumersindo Bessa, amigo de meu pai, que guardava, com carinho, cartas e bilhetes do jurista eminente, papeis que conheci amarelecidos pelo tempo, dando aso a afetuosos comen-

tários paternos, repletos de exaltada admiração. As cartas de Gumersindo marcaram meu encontro inicial com papéis velhos, o que teria sido, em grande parte, destinação de minha vida. Evocando tais fatos, nesta festiva solenidade, explico porque encontrei, facilmente, motivos de ordem sentimental para acudir, pressuroso, ao chamamento dos bons amigos sergipanos para participar, ao vosso lado, da justa homenagem que este monumento representa.

Valem os monumentos pela mensagem que comunicam, pelo que dizem e sugerem na mudez do bronze ou do mármore. Estátua é consagração, homenagem definitiva, e, por isto mesmo, deve vir depois, para ser reconhecimento eterno da posteridade e não, apenas, efêmero entusiasmo de contemporâneos, tantas vezes apressado senão interesseiro. Tais considerações — Deus louvado! — estiveram presentes no espírito daqueles que projetaram e levaram a bom termo a idéia deste monumento, chantado numa praça pública da cidade natal de Gumersindo Bessa, cuja vida e obra aqui ficarão lembradas. Não é fruto temporão. Antes, pelo contrário, preito de justiça que tardava.

Que mensagem transmite Gumersindo de Araújo Bessa, cento e onze anos após seu nascimento na próspera Estância da era oitocentista, quase sessenta anos depois da sua morte?

Consideremos, inicialmente, na resposta à indagação, a época em que existiu o autor de *Pela Imprensa e pelo Foro* e o que tal período significa na história de Sergipe, uma vez que vamos estudá-lo na sua qualidade de intelectual sergipano, no seio da sociedade em que viveu, embora projetado no ambiente nacional. A fase é a idade de ouro do pensamento sergipano. O momento mais importante de Sergipe no panorama cultural do Brasil. Quando, mais do que em qualquer outra oportunidade, os sergipanos se fizeram ouvir, de modo convincente, abrindo novos caminhos à cultura brasileira, divulgando as idéias ouvidas na ilustrada Europa, procurando criar novas condições ao desenvolvimento intelectual do País. É a hora da Escola do Recife, da qual Gumersindo Bessa foi um dos mais expressivos representantes. Bacharel do Recife, na mais lúdima conceituação do termo, Gumersindo é um cultor do Direito, um estudioso da Filosofia, um interessado do regional. Como seus colegas do Recife, não foi, apenas, um bacharel em Ciências Jurídicas, embora fosse, sobretudo, e principalmente, um homem de formação jurídica. Procurou ser, na integral significação do diploma que conquistara de modo tão brilhante, um bacharel em Ciências Jurídicas e So-

ciais. O ser bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, vivamente voltado para os problemas do Direito e da Sociologia do seu tempo, é bem uma característica, ainda não devidamente apontada e estudada pelos exegetas da História do Pensamento no Brasil, do grupo aguerrido, orientado por Tobias Barreto e Sílvio Romero, que tanto inovou na paisagem mental do nosso País. Os bacharéis do Recife nos legaram os primeiros estudos sérios no campo das hoje chamadas Ciências Humanas, dando-nos as primeiras pesquisas no campo da Sociologia, do Folclore. Um interesse pelo homem, encarado em sua plenitude, é traço marcante de todos os corifeus da Escola, que sentimos também presente na obra de Gumersindo, onde repontam ao lado das interpretações do Direito, um admirável estudo sobre Hartmann e sua filosofia do inconsciente, uma página de crítica de arte a respeito de Horácio Hora, crônicas de fino labor sobre gentes e coisas de Sergipe, cumprindo salientar as linhas que escreveu a respeito da procissão dos Passos, em S. Cristóvão. Homem de gabinete, excêntrico, voltado para seus livros, escritor escorreito, avesso à demagogia, sem sentir a sedução da tribuna popular, Gumersindo Bessa ocupa posição singular na galeria das notabilidades sergipanas. Dos grandes sergipanos do áureo tempo foi o único que viveu, sofreu e produziu no rincão que lhe serviu de berço. O único que não abandonou a terra natal, embora não lhe houvessem faltado sedutores convites para fazê-lo. O dr. Gumersindo, como era popularmente chamado, permaneceu no Aracaju lutando pelo Direito, fiel, a vida toda, à memória do mestre inesquecível do Recife, a respeito de quem escreveu alguns dos melhores estudos até hoje conhecidos. Vivendo em Sergipe, longe da metrópole e dos grandes centros culturais do País, o moço que dera uma conceituação de Direito tornada clássica na literatura jurídica nacional foi levado a enfrentar, em plena maturidade, numa retumbante questão de Direito, o luminar dos luminares, Rui Barbosa. Sem sair de Sergipe, na defesa dos acreanos contra o governo do Amazonas, Gumersindo discutiu com Rui. Ainda hoje, muitas décadas decorridas da contenda, a simples menção do episódio causa espanto. Como não teriam vivido, debaixo de maior emoção, os provincianos de antanho, lendo nas gazetas que um advogado de Aracaju contestava o oráculo do Brasil? Nenhum outro conterrâneo teria dado ao nosso sergipanismo, renitente e ufano, motivo maior de orgulho bairrista, ao ponto de se divulgar ser a locução "saber à bessa" de indiscutível origem lusitana, preito de reconhecimento nacional ao saber jurídico do eminente sergipano, um destemido

defensor do Direito, invariavelmente disposto a sair em defesa de direitos postergados, com aquela agressividade que Deus lhe deu, com aquela coragem tão característica do seu caráter de escol. Homem de talento e de cultura, jamais negados, Gumersindo era, antes de tudo, um homem de caráter, sentença que passou em julgado no conceituar dos seus contemporâneos. Vivendo numa época de conterrâneos ilustres, que se projetavam no cenário nacional ou brilhavam nos quadros provincianos, Gumersindo Bessa conquistou, com toda a justiça, uma posição de realce não competindo com mediocridades, mas concorrendo com representativas personalidades intelectuais. Foi, no âmbito estadual, o maior de todos os sergipanos do seu tempo, podemos proclamar alto e bom som, neste momento glorificador.

Gilberto Freire observou, certa feita, diante das estátuas erguidas nas praças de Aracaju, haver em Sergipe o culto do bacharel. Tobias Barreto, Fausto Cardoso, Sílvio Romero, imortalizados no bronze, parecem documentar a tese do ilustre sociólogo brasileiro, agora reforçada com o monumento a Gumersindo Bessa. Talvez, porém, não seja mesmo o culto ao bacharel, o sentido que os nossos monumentos traduzem. Parece-nos que as estátuas e bustos espalhados pelo Estado significam uma homenagem ao próprio modo de ser do sergipano. O que se pretende exaltar é o sentido ateniense de vida, presente no comportamento do povo sergipano. O culto que prestamos é à inteligência, ao espírito criador, à capacidade inventiva da nossa gente. Aquela inteligência sergipana, de que falou, em memorável oração acadêmica, Carvalho Neto, capaz de nos vingar de todos os opróbios. A mensagem de Gumersindo Bessa é a mesma que deparamos nos monumentos de Tobias, Sílvio e Fausto. É uma mensagem de fé, de confiança no poder da inteligência, que aceita o debate e cria opções, contra a força brutal que apenas sabe monologar e impor decisões.

## RIACHÃO DO DANTAS: OS PRIMEIROS TEMPOS AS ORIGENS:

*Cel. Arivaldo Fontes*

Mal havia Cristovão de Barros efetuado a conquista de Sergipe, começaram as doações de sesmarias nas terras que hoje pertencem ao município de Riachão do Dantas.

Em 1599 eram distribuídas com Domingos Fernandes Nobre, Gonçalves Santana, Gaspar de Menezes e outros as terras situadas no rio Piauí em procura de suas cabeceiras. O movimento expansionista que se processava no sentido sul-norte ou sudoeste-noroeste fez com que aparecessem logo fazendas de criação e engenhos de açúcar.

Já em 1648 Baltazar de Arruda e Gaspar Maciel vendiam suas terras à Ordem do Carmo, fazendo surgirem o convento e a igreja junto ao atual povoado de Palmares.

É sobre esta Igreja que o Vigário do Lagarto, João da Cruz Canedo, em 1757 se refere como "capela filial" pertencente aos "religiosos do Carmo em distância de cinco (léguas) para o sudoeste".

Ainda em 1808, D. Marcos Antônio de Souza, ao estudar a vila do Lagarto, se reparta aos pastos excelentes das doze ótimas fazendas de gado com a denominação de Palmares dos Carmelitas da Bahia.

Também o atual povoado de Bonfim, com o nome de Fazenda de Maria Samba já era conhecido no século XVIII.

Em 1777 o Governo da Bahia determinava a criação de paradas para dar urgência à correspondência oficial. Nas paradas existentes no percurso Bahia — Vila Nova de El-Rei (atual Neópolis), se contavam entre outras, as seguintes: sítio de Água Redonda, junto do Rio Real e próximo à matriz de Campos; *fazenda de Maria Samba*, a 5 léguas, na Comarca de Sergipe; vila do Lagarto, a 5 léguas; povoação de Itaporanga, a 9 léguas; São Cristóvão, a 2 léguas; engenho de Pedra Branca, a 7 léguas, termo da vila de Santo Amaro; engenho São João, a 9 léguas; vila Nova de El-Rei, a 11 léguas.

Mas as fazendas não atraíam grandes massas de população. Não davam ensejo ao aproveitamento do comércio "que é o verdadeiro e autêntico criador de cidades".

É nesse ambiente que aparece no cenário a figura de João Martins Fontes, dono da fazenda "Riachão" (1762-1848).

Em documento particular de 1.º de agosto de 1825, firmado por ele, na fazenda Pé da Serra (hoje no município baiano de Paripiranga), arrendava a Inácio de Sirqueira Santos e André da Gama "nas campinas do Riachão, (SIC) no riacho das pontes, para plantarem todas as lavouras com cerca, pagando-lhe de foro, anualmente, dois mil reis".

Ainda a 25 de novembro de 1837 o sr. André da Gama lhe pagou por conta a quantia de 2\$880, mostrando assim que o arrendamento continuava em vigor.

O velho João Martins Fontes auxiliou Labatut nos idos da Independência. E em 1827 requereu no cartório do Lagarto, perante testemunhas, a justificação dos serviços prestados ao Império. E na sua petição dizia: "que sempre se tem tratado como nobre e é abastado de muitos bens semoventes e de raiz. É Proprietário do Engenho de fazer açúcar chamado Barra e das Fazendas de Gado Vacum Cavalari denominadas Pé da Serra, Riachão e Maria Preta, todas em terras próprias".

Ainda residia no Engenho "Barra", onde nasceram os filhos, quando resolvera edificar na fazenda Riachão uma casa de oração dedicada a N. S. do Amparo.

Mais tarde se muda definitivamente para a mesma fazenda. E tal fato deve ter acontecido antes de 1836. É que neste ano o vigário do Lagarto, Padre José de Saraiva Salomão, nomeava os comissários encarregados de "angariar donativos para os nossos infelizes irmãos do Pará". São designados para o distrito do Urubu, para o Brejo, para o Piauí, para a Lagoa Vermelha e para a povoação de Simão Dias. Para o Riachão vem o nome de João Martins Fontes.

Era o sinal de que junto à propriedade, já moravam os primeiros habitantes da povoação.

Morre o fundador do povoado a 7 de julho de 1848, sendo enterrado na mesma capela que construiu.

Na vila do Lagarto, a 28 de abril de 1853, seus herdeiros, reunidos na casa do Cap. Mor Joaquim Martins Fontes, perante o tabelião do ofício, doaram a N. S. do Amparo a capela e as terras que lhes pertenciam para que a mesma fosse transformada em matriz.

Em 1854 foi criado distrito de subdelegacia (9 de fevereiro). E no ano seguinte o Presidente Inácio Joaquim Barbosa sancionava a Resolução Provincial n.º 419, de 27 de abril, criando a freguesia no lugar denominado Riachão.

No mesmo ano de 1848, pela Resolução Provincial n.º 221, de 22 de maio, foi criada uma cadeira de primeiras letras para meninas no povoado de N. S. do Amparo do Riachão (com ordenado anual de 300\$).

Não conseguimos descobrir a razão porque não havia também uma cadeira para meninos. As finanças provinciais andavam sempre em péssima situação. Talvez querer duas escolas, seria pedir demais.

Com a morte do fundador, viera residir próximo à localidade o seu neto, João Dantas Martins dos Reis, fundador do Engenho "Fortaleza", que logo depois ingressava na política de Sergipe.

O ato de Inácio Joaquim Barbosa foi aprovado canonicamente a 20 de agosto de 1856. Restava a nomeação do pároco da nova freguesia. A escolha recaía no Padre João Batista de Carvalho Daltro (1828-1910), natural de Simão Dias, que assumiu a paróquia neste mesmo ano de 1856.

Não transcorreram facilmente os primeiros anos de seu vicariato. O "cólera morbus" atacou violentamente a Província nos anos de 1855/56, dizimando milhares de criaturas. E, segundo Armindo Guanará, foi ele um verdadeiro apóstolo na salvação do povo.

Mas em 1859 a carestia dos gêneros alimentícios, provocada pela falta de braços para a lavoura, aliada à inclemência do tempo, fez com que o Presidente, Dr. Manuel da Cunha Galvão, se dirigisse aos párocos da Província, solicitando pareceres sobre a carístia dos gêneros alimentícios. E o Padre Daltro queixou-se amargamente da indolência do povo e concluiu: "o que possui cem ou duzentos mil réis já se injuria de manejar a lavoura e aspira as honras de negociante" (*Correio Sergipense*, de Aracaju, de 20 de agosto de 1859).

O fato da criação da freguesia acarretava o aproveitamento de um distrito de paz. E a partir de 1859 o escrivão de paz João Antonio Hermenegildo dos Santos fazia as vezes de tabelião de notas do novel distrito.

Convém dizer que nem tudo corria mal para o vigário Daltro. Em novembro de 1863 consegue a vinda dos missionários Fr. Paulo de Casas Novas e Fr. David de Perrugia. Iriam pregar a primeira *Santa Missão* na freguesia, coisa que

o vigário "há 4 para 5 anos tanto desejava, mas que as secas frequentes sempre obstruíam".

Do resultado da Missão diz bem o número de fiéis que compareceram: 8 a 10 mil pessoas. E nos intervalos da mesma foi arrazado um monte ao pé da Matriz, que na estação invernosinha lhe trazia grande umidade, entulhou-se numa rua, quase intransitável, e que foi calçada em seguida, entupiu-se um barracão que ameaçava iminente perigo ao pé doutra rua a estrada pública. "Além da imensa satisfação que proporcionou ao Vigário local. ("Correio Sergipense" de Aracaju, de 7 de janeiro de 1864).

Por influência do já Tenente Coronel Dantas, é a freguesia elevada a vila (Resolução 666 de 13 de maio de 1864). Mas a política interferiu ostensivamente, através do Partido Liberal (o ten. Cel. Dantas era do Partido Conservador), e no ano seguinte era revogada a lei anterior, voltando a freguesia a pertencer ao município do Lagarto (Res. n.º 730, de 15 de maio de 1865).

Os eleitores da freguesia do Riachão já dispunham dos seus vereadores na Câmara Municipal do Lagarto. É o que nos diz Sebrão, sobrinho, transcrevendo ato do Vice-Presidente em exercício da Província, Barão de Propriá, em 1868. Repreende aquela autoridade a Câmara do Lagarto porque demorava na apuração e posse dos vereadores eleitos das freguesias do Lagarto e do Riachão. Por esta foram sufragados os nomes dos cidadãos Antônio Escopérico de Almeida, Dionísio da Silva Dantas, Gaspar José de Carvalho Fontes e Luis Francisco de Lima.

Ainda em 1864 é criada pelo Min. da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (a 22 out.) a agência de correio da Vila. Não sabemos qual o primeiro Agente. Mas em 1875 era detentor do cargo o Tenente Paulo Martins Fontes (falecido a 20 de dezembro de 1890). Em 1891 prestava juramento para o mesmo cargo, D. Maria de Souza Fontes.

## VILA

Chegou o ano de 1870, com o Partido Conservador no poder. E novamente pela Lei 888, de 9 de maio, é o Riachão elevado à categoria de vila. Em 1873 foi erigido a termo judiciário da comarca do Lagarto. Criado o ofício de tabelião público, judicial e notas ao qual foi anexo o da provedoria de capelas, residuos, órfãos e ausentes (Res. 953, de 25 de abril

de 1873), para ele foi nomeado o cidadão Torquato Martins Fontes.

O foro cível e criminal do termo foi provido por juizes leigos (Remigio de Faria Oliveira e Cap. João Dantas dos Reis). A 11 de junho de 1873 o 1.º suplente de juiz municipal, Remigio de Farias Oliveira, abria o 1.º livro de notas.

Em 1874 o Padre Daltro, que construira o açude da vila, vai, como vigário colado, assumir o paroquiato do Lagarto.

Assume a do Riachão, como vigário encomendado, o Padre José Antônio de Vasconcelos, tio do escritor Silvio Romero.

É nomeado o 1.º exator e coletor da vila. A escolha recai no Cap. Teófilo Martins Fontes, mais tarde político influente na Estância. Em 1877 é o Riachão um dos 17 municípios servidos por coletoria. O Escrivão da mesma repartição era Sizinio Martins Fontes, genitor do Senador Lourival Fontes

A capela, fundada pelo velho fazendeiro, precisava ser ampliada. É verdade que recebera, como auxílio do Imperador, em 1860 a quantia de 300\$. Mas a Resolução Provincial 1081, de 1877, abre crédito para construção da obra da capela-mor da matriz.

Em 1877 ainda paroquiava a vila o mesmo Padre Vasconcelos. Em 1884, porém, já era vigário e deixara de votar por moléstia o padre Feliciano Francisco dos Santos Andrade. Presidia a Mesa Eleitoral para escolha de um Senador o Comendador Dantas, 1.º juiz de paz da vila. E um dos candidatos apresentados para Senador era o Dr. Tobias Barreto de Menezes que na vila alcançou 20 votos.

Diz o Desembargador João Dantas, no seu interessante livrinho "A cidade do Riachão do Dantas como começou", que sucederam ao vigário Daltro os vigários encomendados Antônio Alves da Fonseca, Manuel Felício de Miranda Lima e o já citado Feliciano dos Santos Andrade. Houve a omissão do nome do Padre Vasconcelos, acima referido.

Na década de 70 já funcionava regularmente a cadeira pública de sexo masculino. Nela ensinaram Rafael Arcanjo Montalvão, mais tarde intendente de Simão Dias, Higino Vieira da Silva e Alcino Martins Fontes.

Nem só a vida recebera impulso na instrução. Em 1877 é criada uma cadeira para o sexo masculino no povoado Samba. (Res. 1063/77). E logo depois (1880), uma outra para o sexo feminino. Era professora desta escola, em 1884, a Sra. Maria Rosa da Glória Bastos. Em 1882 foi criada

uma cadeira do sexo masculino no povoado Tanque Novo. Deve ter havido modificação posterior. É o que se depreende, pois, em 1884, exercia a função de professora substituta da cadeira pública de ensino misto do povoado a Sra. Maria Libânia Fontes.

Nas eleições de 1885 para deputado provincial contava o município com 102 eleitores. Entre os candidatos mais votados estavam o Ten. Cel. Luiz Antonio da Costa Melo e o Cel. João Dantas Martins dos Reis.

Ainda neste ano há eleições para escolha de um vereador. Vence as eleições o Cap. Manoel da Costa Silva.

O Juizado de Paz que, como já vimos, instalado em 1873, fora ocupado no correr dos anos, pelos cidadãos Antonio Escopérico de Almeida, João da Costa Silva, além dos já citados anteriormente.

Para o quadriênio 1887-90 foram eleitos: Cel. João Dantas Martins dos Reis, Leonides de Carvalho Fontes, Ildelfonso de Mendonça Lima e Joaquim de Souza Oliveira.

Ainda houve eleições em 1889 (31 de agosto) para Deputado Geral. Os eleitos não tomaram posse, porque sobreveio a República. Entre os mais votados no município estavam o Cel. João Dantas Martins dos Reis e o Dr. Sancho de Barros Pimentel.

Embora os biógrafos do Comendador Dantas nada nos digam a respeito da sua candidatura em 1889, tive a atenção voltada para uma afirmação do Monsenhor Olimpio Campos, no seu livrinho "Política de Sergipe": "Dissolvida a Câmara pelo ministério conservador no ano de 1885, fui reeleito para a legislatura de 1886, a qual sendo dissolvida em 1889, pelo ministério liberal do Visconde de Ouro Preto, não pretendi a reeleição, tendo prestado o meu apoio ao coronel Dantas Martins, que se apresentara candidato, conforme o convênio de Laranjeiras".

Além da ata das eleições de 1889, encontrada nos arquivos da Prefeitura Municipal da cidade, tive ocasião de ler o jornal "A Reforma", de Aracaju. No número de 25 de setembro daquele ano há o resultado das eleições do 3.º distrito, apurado na Estância. Foram dados 422 votos ao Dr. Sancho de Barros e 277 ao comendador Dantas. Este vencera no Riachão e na Vila Cristina.

Em 1873 veio paroquiar a Vila o Padre Manuel Luis da Fonseca, substituindo o Padre Feliciano de Andrade. Já antes fora coadjutor do Padre Daltro no Lagarto (1883). A

frente do seu rebanho completou as bodas de ouro sacerdotais em 1932.

Com a criação da comarca de Buquim (1871), passou a Vila do Riachão a termo judiciário da novel comarca. Só a partir de 1890 voltaria a fazer parte da comarca do Lagarto.

Ao proclamar-se a República, governava o município a Câmara eleita a 1.º de julho de 1886 para o quadriênio 1887/1890: Cap. Paulo Cardoso de Menezes Goes, Ten. Cel. José Freire de Menezes Junior, Filadelfo de Carvalho Fontes, Afro Martins Fontes, Manoel Ferreira de Araújo e Acilino de Souza Vieira.

*Arivaldo Fontes*

#### BIBLIOGRAFIA:

- 1) Felisbello Freire, HISTÓRIA TERRITORIAL DO BRASIL, 1.º vol., Tip. do Jornal do Comércio, Rio, 1906.
- 2) Olímpio Campos, POLÍTICA DE SERGIPE, Tip. d'o Estado de Sergipe, Aracaju, 1904.
- 3) Sebrão, sobrinho, TOBIAS BARRETO, O DESCONHECIDO, Imprensa Oficial, Aracaju, 1941.
- 4) João Dantas Martins dos Reis, A CIDADE DE RIACHÃO DO DANTAS, COMO COMEÇOU, Aracaju, 1949.
- 5) Arivaldo Fontes, UM VULTO DA INDEPENDÊNCIA, in ALVORADA, Aracaju, fevereiro-março 1970.
- 6) João de Oliva Alves e José Alves de Menezes, in ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS, IBGE, Rio, 1959.

## A SEQUÊNCIA DAS CHUVAS

Emmanuel Franco

Prof. de Biogeografia da U. F. S.

Em 1969, o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura publicou em cinco volumes, o trabalho denominado "Normais Climatológicas". Sendo professor de Biogeografia da Universidade Federal de Sergipe, resolvemos interpretá-lo no ponto de vista Biogeográfico, para uma identificação do clima, flora, fauna e solo do Brasil, de acordo com os conhecimentos Biogeográficos atuais.

Para efetuar este estudo, tivemos o auxílio inicial do Centro de Computação da Universidade Federal de Sergipe. Quando o Centro terminou a "Sequência das Chuvas", não recebemos mais colaboração por parte dele. A cooperação foi útil até aí, porque constitui a parte inicial básica do trabalho.

Devido ao movimento da terra sobre a sua órbita, observam-se quatro estações durante o ano: Primavera, Verão, Outono e Inverno. As chuvas estão relacionadas com uma ou mais Estações do ano em um determinado lugar. No nordeste do Brasil, o período chuvoso se denomina "INVERNO" e o período seco se denomina "VERÃO".

Os Diagramas Climáticos mostram a distribuição das chuvas em um lugar. Geralmente os Diagramas Climáticos começam em janeiro e terminam em dezembro, no Hemisfério Sul. E começam em julho e terminam em junho, no Hemisfério Norte. Por eles temos uma idéia da distribuição das chuvas, mas, que não mostram muita coisa. Se pedirmos ao Computador, que é eficiente e rápido, que faça a Sequência da Pluviosidade Mensal, de todas as localidades citadas nas "Normais Climatológicas" do Brasil, poderemos aprender muito e até procurar interpretar o Clima do Brasil, de acordo com os dados colhidos existentes.

A Sequência inicia no mês de menor pluviosidade, no mínimo e termina no mês anterior a este, seguindo ordem cronológica. Inicia no mês mais seco e termina no mês que antecede a este.

Verifica-se, estudando-se a Sequência, que partindo do mês mais seco, há um incremento percentual mensal até atingir a um máximo, depois, há uma redução percentual mensal até se atingir a um mínimo, que é o ponto inicial. Fechamos então o círculo, que é o equivalente ao signo ou Calendário das Chuvas daquele ponto. Exemplo temos na Sequência das Chuvas de Aracaju, Estado de Sergipe.:

<b>ARACAJU:</b>												
SEQUÊNCIA	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
	38.3	42.7	45.5	106.7	161.7	262.7	176.8	161.4	103.8	53.9	50.00	49.4
PERCENTUAL	3.06	3.41	3.63	8.52	12.91	20.97	14.11	12.89	8.29	4.30	3.99	3.92
MENSAL												
<b>CABO FRIO:</b>												
SEQUÊNCIA	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL
	35.9	47.9	63.9	91.0	104.4	82.4	72.7	81.9	88.2	70.2	41.1	37.0
PERCENTUAL	4.40	5.87	7.83	11.14	12.78	10.09	8.90	10.03	10.80	8.60	5.03	4.53
MENSAL												
<b>SALVADOR:</b>												
SEQUÊNCIA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
	74.3	78.0	163.2	289.5	298.2	193.4	206.0	110.7	85.2	94.6	140.9	98.5
PERCENTUAL	4.05	4.26	8.91	15.80	16.27	10.55	11.24	6.04	4.65	5.16	7.63	5.38
MENSAL												
<b>SAO LUIZ GONZAGA:</b>												
SEQUÊNCIA	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT
	110.1	132.4	134.9	127.3	177.3	148.6	153.6	111.4	113.8	138.8	196.7	110.1
PERCENTUAL	6.61	7.94	8.09	7.64	10.64	8.92	9.22	6.63	6.83	8.30	11.80	6.61
MENSAL												
<b>IRAI:</b>												
SEQUÊNCIA	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
	87.7	146.3	109.8	168.2	176.4	138.9	139.6	157.2	148.7	165.9	142.6	156.7
PERCENTUAL	4.72	8.45	6.34	9.71	10.18	8.02	8.06	9.08	8.59	9.58	8.23	9.05
MENSAL												

O percentual mensal de aumento da Sequência das Chuvas apresenta um mês máximo.

Existem regiões onde a Sequência apresenta dois máximos, como exemplificamos com Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. O segundo Máximo, muitas vezes apresenta um ligeiro incremento sobre os meses que antecedem e sucedem. O primeiro máximo não apresenta uma grande diferença percentual com os seus vizinhos.

Os máximos são em ordem decrescente, dezembro e abril. O segundo máximo tem uma menor diferença percentual entre o mês que o sucede que o primeiro máximo.

Existem regiões onde a Sequência apresenta três máximos, como exemplificamos com Salvador, no Estado da Bahia. Os máximos são em ordem decrescente, maio, julho, novembro. O primeiro apresenta maior diferença entre os meses que o antecedem e o sucedem, que o segundo e terceiro máximos.

Existem regiões onde a Sequência apresenta quatro máximos. Exemplificamos com São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Os máximos são, em ordem decrescente, janeiro, abril, junho e outubro.

Existem regiões onde a Sequência apresenta cinco máximos, como exemplificamos com Iraí, no Estado do Rio Grande do Sul. Os Máximos são em ordem decrescente, julho, outubro, janeiro, março e maio.

As curvas representativas são as seguintes para 1 máximo, 2, 3, 4 e 5 máximos.

No território brasileiro somente existem regiões entre 1 e 5 máximos, segundo os dados contidos nas Normais Climatológicas.

A Sequência tem início com predominância nos meses de julho e agosto, assim discriminados.

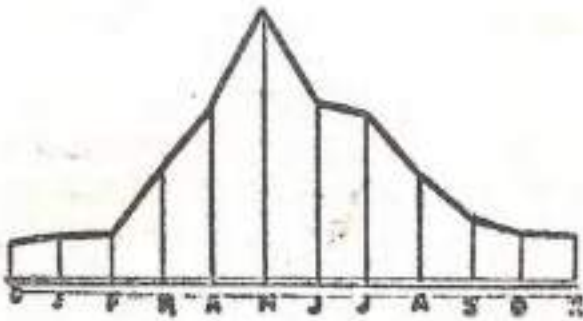
### DOMÍNIO INTERTROPICAL

Abrangendo do Trópico de Câncer até o Trópico de Capricórnio. De 23° 27'N até 23° 27' Sul.

#### JULHO

- 1 Máximo — Abrange 27 localidades.
- 2 Máximos — Abrange 9 localidades.
- 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

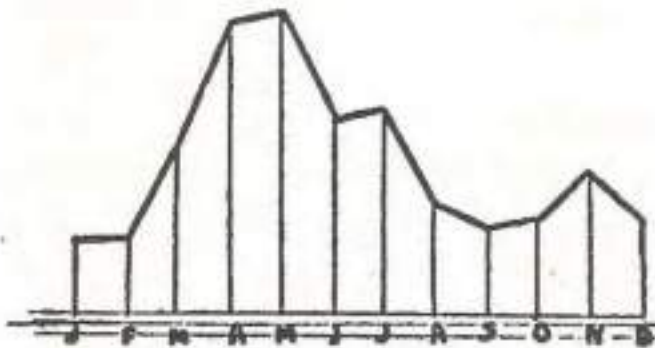
DIAGRAMAS CLIMÁTICOS



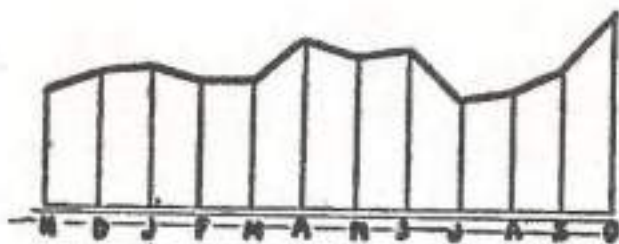
Aracaju — Se.



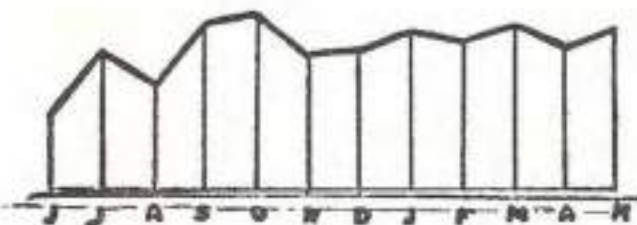
Cabo Frio — RJ



Salvador — Ba.



S. Luiz Gonzaga — RS



Irai — RS

**Domínio Sub-tropical — De 23° 27' 01"**

**Até 30° 00' latitude Sul.**

**2 Máximos — Abrange 7 localidades.**

**3 Máximos — Abrange 2 localidades.**

### AGOSTO

#### DOMÍNIO INTERTROPICAL

**1 Máximo — Abrange 17 localidades.**

**2 Máximos — Abrange 18 localidades.**

**3 Máximos — Abrange 10 localidades.**

#### DOMÍNIO SUB-TROPICAL

**1 Máximo — Abrange 1 localidade.**

**2 Máximos — Abrange 2 localidades.**

**3 Máximos — Abrange 3 localidades.**

### SETEMBRO

#### DOMÍNIO INTERTROPICAL

**1 Máximo — Abrange 3 localidades**

**2 Máximos — Abrange 1 localidade.**

**3 Máximos — Abrange 3 localidades.**

### OUTUBRO

#### DOMÍNIO INTERTROPICAL

**1 Máximo — Abrange 9 localidades.**

**2 Máximos — Abrange 4 localidades.**

**3 Máximos — Abrange 3 localidades.**

### NOVEMBRO

#### DOMÍNIO INTERTROPICAL

**1 Máximo — Abrange 6 localidades.**

**2 Máximos — Abrange 2 localidades.**

#### DOMÍNIO SUB-TROPICAL

**3 Máximos — Abrange 4 localidades.**

**4 Máximos — Abrange 2 localidades.**

INSTITUTO  
GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DE SERGIPE  
RUA ITABAIANINHA, 41  
ARACATU - S. C.

**DOMÍNIO TEMPERADO**

No território brasileiro, abaixo de 30° 01'

- 3 Máximos — Abrange 4 localidades.  
4 Máximos — Abrange 1 localidade.

**DEZEMBRO****DOMÍNIO INTERTROPICAL**

- 1 Máximo — Abrange 1 localidade.

**DOMÍNIO SUB-TROPICAL**

- 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

**DOMÍNIO TEMPERADO**

- 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

**JANEIRO**

- 3 Máximos — Abrange 2 localidades.

**FEVEREIRO****DOMÍNIO INTERTROPICAL**

- 3 Máximos — Abrange 2 localidades.

**MARÇO****DOMÍNIO SUB-TROPICAL**

- 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

**ABRIL****DOMÍNIO SUB-TROPICAL**

- 3 Máximos — Abrange 4 localidades.

**MAIO****DOMÍNIO SUB-TROPICAL**

- 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

## JUNHO

## DOMÍNIO INTERTROPICAL

- 2 Máximos — Abrange 4 localidades.  
 3 Máximos — Abrange 1 localidade.

## DOMÍNIO SUB-TROPICAL

- 5 Máximos — Abrange 1 localidade.

Os meses de março, maio, janeiro, fevereiro e dezembro, são os que menos têm sequência iniciada. Pela ordem de importância, temos os meses de: agosto, julho, novembro, outubro, setembro, junho, abril, dezembro, janeiro, fevereiro, março e maio.

Podemos exprimir a Sequência das Chuvas de uma localidade, através uma expressão alfabética. Ela demonstrará a distribuição da pluviosidade local, permitindo a rápida identificação da pluviosidade e a sua comparação com outras áreas.

Se convencionarmos o seguinte, podemos ter a expressão alfabética de cada localidade do Brasil. Denominamos a esta expressão alfabética de Sequência.

A = De	0,00 a	50,00	mm mensais
B = De	50,01 a	100,00	mm mensais
C = De	100,01 a	200,00	mm mensais
D = De	200,01 a	300,00	mm mensais
E = De	300,01 a	400,00	mm mensais
F = De	400,01 a	500,00	mm mensais
G = De	500,01 a	600,00	mm mensais
H = De	600,01 a	700,00	mm mensais

E assim por diante.

No Brasil, nenhuma localidade recebe mais de 700 mm de chuva por mês.

Eis a Sequência para todo o Brasil.

## SEQUENCIA

Cruzeiro do Sul	— ABCDDDDDDDDCC
Barcelos	— CCCCCCDDDDCC
Coarí	— BBCCDEDDDDCB
Fonte Boa	— CCCDDDDDEEDD
Humaitá	— AACCDDEEEEDCA
Iauaretê	— DDDDDEEEEDDD
Manaus	— ABCCDDDEDDBB
Taracua	— DDDEDEFEEEDD
Uaupés	— CCDEDDDDDEDDC

Alto Tapajós	— AACDEEFEFDCA
Belém	— BCEFFEDCCCC
Santarém (Taperinha)	— AABCCDEEDCCB
Barra do Corda	— AAABCCDCBAA
Carolina	— AACDDDDCAAA
Caxias	— AAABBCDDDBAA
Grajaú	— AABCCDDCBAA
Imperatriz	— AABCCDDEDBAA
São Bento	— AABCDEEDCBAA
São Luiz	— AAACDFFECCAA
Turiação	— AABCDFFEDCBA
Terezina	— AAABCCDEEDBAA
Fortaleza	— AAABCDECCAAA
Guaramiranga	— AAABCDEEDCBA
Iguatú	— AAAABCDCBAAA
Quixadá	— AAAABBCCBAAA
Quixeramobim	— AAAABCCCAAAA
Sobral	— AAAAABCDCCAA
Macaíba	— AAABCCCCBAA
Natal	— AAABCDDDDCAB
Areia	— AAABBCCDDCCB
Campina Grande	— AAAAABBCCBBA
Guarabira	AAAABBCCDBBA
João Pessoa	— AAABBCDEECCB
Umbuzeiro	— AAAABCCCCBAA
Garanhuns	— AAAABCCDDDCB
Golana	BBBBCDEEEDCB
Nazaré da Mata	AAAABCCCCCBA
Recife (Olinda)	AAABCDEEDCBA
Maceió	— AABBCDEDDCBB
Aracajú	— AAACCDCCCBAA
Itabaianinha	— ABCCCCBBBBBA
Propriá	— AAAABCCCBAAA
Barra	— AAAAACCBBCBA
Caetité	— AABCCBCBAAA
Caravelas	— BCDCCBCDCCC
Ibipetuba	— AAAABCCCCCBA
Ilhéus	— BCCCCDDCCCC
Jacobina	— ACCBBCBBBBBA
Monte Santo	— ABBBABBBABAA
Ondina	— BCDCCDBBBCC
Paratinga	— AAAAACCCCAA
Remanso	— AAABBBBCAAAA
São Francisco do Conde	— BCDDCDCBBCBB
Salvador	— BCDCCDCBBCB

Araçuaí	— AABCCCBBBAAA
Barbacena	— AABCCDDDCBAA
Belo Horizonte	— AAACDEDCCBAA
Conceição do Mato Dentro	— AACDFDDCCAAA
Curvelo	— AAABCEDCCBAA
Diamantina	— AAACDEDCCCAA
Frutal	— AABCCDDDCBAA
Grão Mogol	— AABDDCCCBAAA
Itabira	— AAACDEDCCBAA
Itajubá	— AABCCDDCCBAA
Januária	— AAABCDCCCBAA
Lavras	— AABCCDDCCBAA
Leopoldina	— AAACCDDCCBAA
Monte Alegre de Minas	— AACDDCCBAAA
Muriaé	— ABCCDDCCBAAA
Oliveira	— AABCDEDDCBAA
Paracatú	— AABCFHGFECAA
Passaquatro	— AABCCDDDCBAA
Pedra Azul	— AABDDCCCBAAA
Pirapora	— AABDDDCCBAAA
Pitangui	— AAABCEDCCBAA
Poços de Caldas	— ABCDDEDDBBAA
Santos Dumont	— ABCDEDDCBAAA
São Francisco	— AAABCDDCCBAA
São João Del Rei	— ABCCDDDCBAAA
São João Evangelista	— AACDEDCCBAAA
São Lourenço	— AABCCDDDCBAA
Três Corações	— AABCCDDDCBAA
Ubá	— AAACCDDCCBAA
Cachoeiro do Itapemirim	— AABCCCBCBAAA
Conceição da Barra	— BBCCDCBCCBBB
Vitória	— ABCCDCBCCBBB
Angra dos Reis	— BCCDDDDDDCCC
Barra do Itabapoana	— ABCCBBBBBBAA
Cabo Frio	— AABBCBBBBBBAA
Campos	— ABBCCCCCBAA
Carmo	— AABCCDDCCBAA
Itaperuna	— AACDCCCBAAA
Macaé	— ABABCCCCCCCB
Niterói	— BBBCCCCCBBB
Nova Friburgo	— AAABCEDDDDBAA
Petrópolis	— BBCCEDDDCCB
Rio Douro	— BBCCDEEDDCCB
Rezende	— AABCCDDDDDBAA
Teresópolis	— AABCCEDDDDBA

Vassouras	— AAACCCDCCBAA
Xerém	— BBCDDEEEECBB
Bangu	— AABBCCCCCBA
Praça 15 de novembro	— AABBBCCCCBA
Avaré	— ABCCDCCBBBB
Bandeirantes	— AABCCDDDDDBAA
Franca	— ABCDDDDCBAAA
Iguape	— BCCCCDDCCCB
Santos	— BCCCCDEDDCC
São Paulo	— ABCCDDCBBA
Castro	— BBBBBCCCCCC
Curitiba	— BBBBBCCCCCC
Guarapuava	— CCCCCCCCCC
Ivaí	— BCCCCCBCCB
Jaguariaíva	— BCCCDCCBBBB
Paranaguá	— BCCCCDEDCCB
Ponta Grossa	— BBBBBCCCCCC
Rio Negro	— BBBBBBCCCCC
Araranguá	— BBBBCCBCCCC
Camboriú	— BCCCCDCCCB
Florianópolis	— BCCCCCCCCCB
Lages	— BCCCBCCCCBB
Laguna	— BCCCCBBCCCC
S. Francisco do Sul	— BCCCCDDCCB
Urussanga	— BCCCCCCCCBB
Valões	— BCCCCCCCCC
Xanxerê	— CCDDCCDCCDD
Alegrete	— CCCCCCCCCC
Bagé	— BCBBCCCCCC
Caxias do Sul	— CCCCCCCCCC
Cruz Alta	— CCCCCCCCCC
Encruzilhada do Sul	— BBCCBCCCCC
Iraí	— BCCCCCCCCC
Passo Fundo	— CCCCCCCCCC
Pelotas	— BCCCCCCCCC
Porto Alegre	— BBCCBCCCCC
Rio Grande	— BBBBCCBCCBB
S. Francisco de Paula	— CCDCCCDCCDD
São Luiz Gonzaga	— CCCCCCCCCC
Santa Maria	— CCCCCCCCCC
Santa Vitória do Palmar	— BBBBBCCCBCC
Uruguaiana	— BBCCCCCCCC
Catalão	— AACDEDDDBAAA
Formosa	— AACDEDDDBAAA
Goiânia	— AACDDDDCCAAA

Luziânia	— AAACDEDDDBAA
Parana	— AAAACDDDDCBA
Pirenópolis	— AAACDEDDDDCAA
Porto Nacional	— AAAACDDDDDDCA
Taguatinga	— AAAACDEDDDDCA
Aquidauana	— ABCCCDCCCBBA
Cáceres	— AABCCDDCBAAA
Campo Grande	— ABCCCDCCCBAA
Corumbá	— ABBCCCCCBBA
Cuiabá	— AAACCCDCDCBA
Meruri	— AABCDDDDDBAA
Presidente Murtinho	— AABCDEDDCAA
Três Lagoas	— AACDDDCBBAA

Podemos designar o Intervalo e completar, informando o mês do início da Sequência.

Por exemplo.:

**São Paulo**

Sequência: ABCCDDCBBA

Sequência a partir de: agosto

**Aracaju:**

Sequência: AAACCDCCCBAA

Sequência a partir de: dezembro

Desta maneira, tem-se a visão real da distribuição mensal das chuvas.

É uma maneira simples de se identificar um clima quanto a pluviosidade.

## DOMÍNIO INTERTROPICAL

### 1 MAXIMO

LOCALIDADE	ESTADO	SEQUENCIA
Januária	MG	julho
Curvelo	MG	julho
Pitangui	MG	julho
Nova Friburgo	RJ	julho
Praça 15 de Novembro	GB	julho
Belo Horizonte	MG	julho
Itabira	MG	julho
Ubá	MG	julho
Leopoldina	MG	julho

Vassouras	RJ	julho
Itajubá	MG	julho
Passa Quatro	MG	julho
Meruri	MT	julho
Oliveira	MG	julho
Carmo	RJ	julho
Três Corações	MG	julho
Barbacena	MG	julho
Frutal	MG	julho
São Lourenço	MG	julho
Lavras	MG	julho
Rezende	RJ	julho
Bandeirantes	SP	julho
Teresópolis	RJ	julho
Paracatu	MG	julho
Presidente Murtinho	MT	julho
Rio Douro	RJ	julho
Xerém	RJ	julho

## 2 MAXIMOS

Luziânia	GO	julho
Bangú	GB	julho
Diamantina	MG	julho
Pirenópolis	GO	julho
Cuiabá	MT	julho
Humaitá	AM	julho
Alto Tapajós	PA	julho
Petrópolis	RJ	julho
Angra dos Reis	RJ	julho

## 3 MAXIMOS

LOCALIDADE	ESTADO	SEQUENCIA
Cruzeiro do Sul	AC	julho

## DOMÍNIO INTERTROPICAL

## 1 MAXIMO

Sobral	CE	agosto
Caxias	MA	agosto

Pirapora	MG	agosto
Cáceres	MT	agosto
Terezina	PI	agosto
Corumbá	MT	agosto
Muriae	MG	agosto
Tres Lagoas	MT	agosto
Santos Dumont	MG	agosto
Grajaú	MG	agosto
Imperatriz	MA	agosto
Poços de Caldas	MG	agosto

## DOMÍNIO INTERTROPICAL

## 1 MAXIMO

LOCALIDADE	ESTADO	SEQUÊNCIA
Franca	SP	agosto
Conceição do Mato Dentro	MG	agosto
Campo Grande	MT	agosto
Manaus	AM	agosto
São João Del Rei	MG	agosto

## 2 MÁXIMOS

Cabo Frio	RJ	agosto
Barra do Itabapoana	RJ	agosto
Barra	BA	agosto
Araçuaí	MG	agosto
Cachoeiro do Itapemirim	ES	agosto
Grão Mogol	MG	agosto
Barra do Corda	MA	agosto
São Francisco	MG	agosto
Itaperuna	RJ	agosto
M. Alegre de Minas	MG	agosto
Catalão	GO	agosto
Campos	RJ	agosto
Vitória	ES	agosto
Avaré	SP	agosto
Niterói	RJ	agosto
Goiânia	GO	agosto
Aquidauana	MT	agosto
Coari	AM	agosto

## 3 MÁXIMOS

São João Evangelista	MG	agosto
Formosa	GO	agosto
Caetité	BA	agosto
Pedra Azul	MG	agosto
Remanso	BA	agosto
Carolina	MA	agosto
Caravelas	BA	agosto
Conceição da Barra	ES	agosto
Fonte Boa	AM	agosto
Ibipetuba	BA	agosto

## DOMÍNIO INTERTROPICAL

## 1 MÁXIMO

Quixadá	Ce.	setembro
Iguatú	Ce.	setembro
Santarém (Tapérinha)	Ce.	setembro

## 2 MÁXIMOS

Guaramiranga	Ce.	setembro
--------------	-----	----------

## 3 MÁXIMOS

Uaupés	Am.	setembro
Barcelos	Am.	setembro
Ilhéus	Ba.	setembro

## 1 MÁXIMO

Campina Grande	Pb.	outubro
Quixeramobim	Ce.	outubro
Nazaré da Mata	Pe.	outubro
São Bento	Ma.	outubro
Garanhuns	Pe.	outubro
João Pessoa	Pb.	outubro
São Luiz	Ma.	outubro
Turiçu	Ma.	outubro
Goiana	Pe.	outubro

**2 MÁXIMOS**

Guarabira	Pb.	outubro
Fortaleza	Ce.	outubro
Areia	Pb.	outubro
Taracua	Am.	outubro

**3 MÁXIMOS**

LOCALIDADE	ESTADO	SEQUENCIA
Monte Santo	BA	outubro
Jacobina	BA	outubro

**1 MÁXIMO**

Umbuzeiro	PB	novembro
Macaiba	RN	novembro
Natal	RN	novembro
Recife (Olinda)	PE	novembro
Maceio	AL	novembro
Belém	PA	novembro

**2 MAXIMOS**

Iauaretê	AM	novembro
----------	----	----------

**1 MÁXIMO**

Aracaju	SE	dezembro
---------	----	----------

**3 MÁXIMOS**

Propria	SE	dezembro
---------	----	----------

**3 MAXIMOS**

Ondina	BA	janeiro
Salvador	BA	janeiro

**3 MÁXIMOS**

Itabaianinha	SE	fevereiro
São Francisco do Conde	BA	fevereiro

**3 MÁXIMOS**

Paratinga	BA	junho
-----------	----	-------

**2 MÁXIMOS**

Paraná	GO	junho
Taguatinga	GO	junho
Porto Nacional	GO	junho
Macaé	RJ	junho

**DOMÍNIO INTERTROPICAL****2 MÁXIMOS**

Lages	SC	julho
Urussanga	SC	julho
Camboriú	SC	julho
São Francisco do Sul	SC	julho
Florianópolis	SC	julho
Paranaguá	PR	julho
Santos	SP	julho

**3 MÁXIMOS**

Guarapuava	PR	julho
Valões	SC	julho

**1 MÁXIMO**

São Paulo	SP	agosto
-----------	----	--------

**2 MÁXIMOS**

Jaguariaíva	PR	agosto
Iguape	SP	agosto

**3 MÁXIMOS**

Ivaí	PR	agosto
Alegrete	RS	agosto
Uruguaiana	RS	agosto

**3 MAXIMOS**

Caxias do Sul	RS	novembro
Passo Fundo	RS	novembro
São Francisco de Paula	RS	novembro
Xanxerê	RS	novembro

**4 MÁXIMOS**

São Luiz Gonzaga	RS	novembro
Cruz Alta	RS	novembro

**3 MAXIMOS**

Laguna	SC	dezembro
--------	----	----------

**3 MAXIMOS**

Santa Maria	RS	março
Rio Negro	PR	abril
Curitiba	PR	abril
Ponta Grossa	PR	abril
Castro	PR	abril
Araranguá	SC	maio

**5 MAXIMOS**

Iraí	RS.	junho
------	-----	-------

**DOMÍNIO TEMPERADO****3 MÁXIMOS**

Bagé	RS	novembro
Encruzilhada do Sul	RS.	novembro
Porto Alegre	RS.	novembro
Pelotas	RS.	novembro
Rio Grande	RS.	dezembro

**4 MÁXIMOS**

Santa Vitória do Palmar	RS.	novembro
-------------------------	-----	----------

**BIBLIOGRAFIA**

- 1.º — Anônimo — 1969 — Normais Climatológicas — 5 Volumes — Equipe Técnica de Meteorologia Ministério da Agricultura.
- 2.º — Anônimo — Dados Pluviométricos Mensais — In Natura — 3 Volumes — Divisão de Hidrologia — Departamento de Recursos Naturais — SUDENE-MINTER.

## HOMENAGEM PÓSTUMA



**EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA**

Nascido em 7/4/1884 Falecido em 7/8/1976

Presidente do I. H. G. S. (1937 - 1939)

Secretário Perpétuo (1937 - 1976)

## DISCURSO PRONUNCIADO POR OCASIÃO DO SEPULTAMENTO DO SR. EPIFÂNIO DÓRIA

Pelo Jornalista Luís Antônio Barreto

Um dia acontece. Por mais que seja consequência ou trajetória da vida, a morte continua a surpreender, pelos seus mistérios. Aconteceu hoje, com Epifânio Dória um homem ímpar, incomparável mesmo no tempo de ontem e de agora com outra figura da terra sergipana. Invulgar, filho da cêpa dos grandes construtores que não pertencem a terras ou povos, mas ao mundo e à humanidade. Sua vida foi uma passagem que permanecerá, como permanece o amor de Jesus o Nazareno, a astronomia de Galileu, a medicina de Hipócrates e Avicena, a matemática de Euclides e Giorg Kantor, a física de Newton e Einstein, a ciência de Fliming, ou ainda a filosofia de muitos gregos antes e depois de Sócrates, sem esquecer a arte de Dante ou de Da Vince. Uma permanência luminosa que resplandece como um sol, penetrando na humanidade, enriquecendo o seu cabedal de cultura. Epifânio Dória deixou um legado por sua construção: a memória da nossa terra e do nosso povo, onde nos universalizamos continuamente, aprendendo muitas lições.

Um homem incomum que morreu simplesmente como se houvera acabado a obra começada. Simples como os bons. Nascido na Fazenda Barro Caído, no então município de Campos do Rio Real, a 7 de abril de 1884, fez-se, de cedo, dono da sua vida e da sua sorte. Seus pais, Capitão José Narciso Chaves de Menezes e Josefa da Fonseca Dória e Menezes, não puderam fazê-lo um titulado. Comerciar, Adjunto de Promotor, Amanuense, Bibliotecário, ele próprio formou-se pelos caminhos de Campos, Poço Verde, Maroim, Aracaju, recriando a vida que dia a dia lhe mudava de aspecto. Exerceu posições de direção mas foi, quase sempre, um homem de trabalho e de arquivo, organizando, recolhendo, refazendo, construindo como já disse, a memória sergipana, como se poderá ver no Gabinete de Leitura de Maroim, no Arquivo Público do Estado de Sergipe, na Biblioteca que hoje tem o seu nome,

na Maçonaria e no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe onde foi mais, foi o seu Secretário Perpétuo, uma honraria única à sua figura singular.

Muito se poderia dizer de Epifânio Dória que não o simples falar oficial do orador de uma instituição. Mas jamais se poderia esgotar os méritos de construtor que em vida chamou-se EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA E MENEZES. Um autor inédito. A contradição da sua vida, o preparador de muitas obras, dentre as quais o Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano do Dr. Armino Guaraná. Mais de cem volumes, dispersos, sem cronologia e sem definição temática, ocupando um quarto amplo da sua casa, esperando que alguém os organize, os prepare, e que o Estado se encarregue de editá-los para o conhecimento público. Designado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe não pude, eu mesmo, dar conta da missão de preparar os primeiros volumes das Efemérides Sergipanas. Talvez o peso do trabalho para um operário que nada ainda construiu. Morre o homem, fica a obra, um apêndice do todo que fez nos seus 92 anos de vida.

Um dia acontece. Estamos diante de Epifânio Dória, um homem morto. E a sensação é como se houvera morrido uma geração inteira de homens que viveram pela cultura, escrevendo, recortando, corrigindo, ajuntando, anotando, guardando, coisa por coisa, como se buscassem decifrar os mistérios da vida, esta graça que nos chega antes da morte. Lembrando homens, vem à memória João Dantas Martins dos Reis, Urbano Neto, José Augusto Garcez, Camilo Calasans, que nos últimos meses não deixaram só o Secretário Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Em nome deste Instituto, que fora como um pedaço do seu corpo, trago a voz fraca que começou ontem, quando Epifânio Dória ainda em atividade de lápis em punho e papel na mão, anotava biografias projetando reeditar Armino Guaraná. Que Deus possa recebê-lo com a paz dos céus, Epifânio Dória.

## HOMENAGEM PÓSTUMA



**DR. JOÃO BATISTA PEREZ GARCIA MORENO**

Nascido em 12/12/1910    Falecido em 22/10/1976

Presidente do I. H. G. S. [1947 - 1951]

## HOMENAGEM PRESTADA PELO I. H. G. S. AO DR. JOÃO BATISTA PEREZ GARCIA MORENO, EM SEU SEPULTAMENTO

Palavras do Jornalista Luis Antônio Barreto

Mais uma vez interferimos no tempo do viver, para falar da morte. De repente eis que a surpresa salta aos olhos, assalta a alma, roubando um amigo, um mestre, um homem bom. O dia enruga as suas claridades e a paisagem da cidade perde a sua graça.

Volta à terra de Laranjeiras aquele que em vida foi chamado João Batista Perez Garcia Moreno, descendente do notável padre Daltro. E Laranjeiras triste, com seu casário enlutado pela derrota do tempo, deixa abrir seu chão pródigo para em silêncio guardar o corpo sem vida, do seu filho ilustre.

É difícil fugir ao lugar comum, deixar de dizer palavras soltas, quando por ofício e emoção temos que lembrar a figura de um homem que filho de farmacêutico se fez médico, escritor, professor, intelectual de todos os méritos, cronista de uma província tantas vezes amarga ao seu saber e no seu dizer doce, talvez ou certamente pela generosidade que tomava o seu corpo inteiro de homem forte, professoral, chistoso, que soube compreender as mudanças do seu tempo e colocar os ouvidos na boca dos jovens pelos corredores acadêmicos, na Faculdade de Direito e na Faculdade de Medicina.

Sabia ele próprio que poderia ter feito o seu nome correr mundo, nos ramos do seu conhecimento, especialmente quanto ao comportamento mental dos homens. Um "caga-palácio" afoito teria seguido as pegadas de Mira e Lopes, tendo ainda, em seu favor, o pomposo Perez Garcia Moreno a lembrar brasões e linhagens latinoamericanas. Preferiu ficar ilhado na sua Aracaju, clinicando, ensinando, contente de, vez por outra, comparecer a um Congresso, soltar o verbo fácil e sábio da sua ciência. Dizia, ironicamente, que depois de tantas ocupações dignas e indignas, chegara a condição de telespectador. Era sua forma de guardar reclusão voluntária, ficando em casa, adoecendo, retraindo-se, numa despedida len-

ta dos amigos e contemporâneos, era também sua forma de explicar-se, depois de dirigir órgãos públicos federais e estaduais, sua Faculdade de Medicina e a própria Reitoria da recente Universidade Federal de Sergipe. Era fácil entendê-lo. Difícil é vê-lo morto, voz presa ao corpo inerte, porque não lhe assenta bem esta condição serena, como serena e triste está Laranjeiras hoje.

Foi Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e esta oração pobre do orador daquela Casa de Cultura é uma homenagem simples da Diretoria de hoje, apenas para dizer que sentiremos sua falta Garcia Moreno.

## A VERDADE SOBRE O FUNDADOR DO IHGS

J. A. Nunes Mendonça

Faz pouco tempo, apontaram-me revoltante injustiça contra Florentino Menezes num folheto sobre Zózimo Lima, que prefaciei por consideração ao biografado. Duvidei. Não; não podia ser! Eu lera o original. Mas...

Não havendo relido o folículo depois de publicado, procurei inteirar-me da verdade. Imaginem minha surpresa, não pela asneirada, mas pela perfídia! No original que o sr. Acrísio Torres me confiou não havia a menor referência a Florentino; e no impresso a torpe injustiça!... Vejamos.

Depois de dizer (pág. 18) que Florentino Menezes "era um homem isolado, de gabinete, taciturno, ESQUIZOFRÊNICO", condescende o folhetista em admitir (!) tenha partido do autor do "Tratado de Sociologia" a idéia "mas simplesmente a idéia", da criação do Instituto Histórico (!!). Todavia "a iniciativa, que supõe atividade, jamais poderia ter partido de um sociólogo solitário, fechado, como era Florentino Menezes" (!!!). E crisma de novo o Des. Caldas Barreto com o epíteto de fundador do Instituto Histórico...

Com essa léria, essa "conversa mole", pretendeu o foliculário refutar um dos reparos de Zózimo Lima ao livrete "Pequena História de Sergipe". À guisa de correção ao incorrigível "historiador", Zózimo havia escrito: — "A iniciativa da criação do Instituto Histórico deve-se ao sociólogo Florentino Menezes. O Des. Caldas Barreto foi necessário colaborador". ("Gazeta de Sergipe", 01.05.66).

Minhas piores alunas de Psicologia sabiam distinguir esquizofrenia (estado mórbido) de esquizotomia (disposição psíquica dos longitipos). O sr. Acrísio Torres confunde uma coisa com a outra!

Fiz-me amigo de Florentino em 1938. Li todos os seus livros. Em 1959, nos seus derradeiros dias, minha família e eu nos revezamos junto ao seu leito. Pois bem: jamais notei no

velho Mestre o menor sinal de dissociação afetiva ou desagregação mental; o mais leve sintoma de demência precoce. Não posso crer tenha sido um esquizofrênico ou mesmo um esquizóide. Tipo comprido, de compleição longa, tinha as características mentais e afetivas dos leptossômicos. Era nervoso, irritável, retraído, introvertido e aristocrático. Mas também idealista, enérgico, empreendedor, operoso e pertinaz.

Qualquer estudante de Psicologia sabe que os esquizotímicos, quando se entregam à atividade, demonstram dinamismo e tenacidade. Florentino Menezes não fundou somente o Instituto Histórico (IHGS). Instalou em 1918 o Centro Socialista Sergipano e o Centro Pedagógico. Em 1923 criou o Centro de Propaganda do Voto Secreto, um dos primeiros do Brasil.

Gostaria de saber em que (ou em quem) o biógrafo de Zózimo se arrimou para dar de graça ao Des. Manuel Caldas Barreto Neto (cujo prenome mudou para DOMINGOS), a iniciativa de Florentino.

Fosse o autor de uma historieta de Sergipe pesquisador sério e honesto não perderia tempo em formular hipóteses tolas, e até paranóicas, como tem feito. Ao invés de conjecturar, fabular e sofismar, buscaria a verdade em fontes autorizadas.

Noticiando o falecimento de Florentino, escreveu Epifânio Doria: — "Foi o agitador da idéia da fundação do Instituto Histórico em 1912, idéia que logrou êxito graças aos seus esforços". (Rev. do IHGS, n.º 23, 1959, pág. 248).

Mais tarde, num trabalho sobre o Instituto, Epifânio foi categórico: — "O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foi fundado na Capital do Estado em 6 de agosto de 1912, por iniciativa do professor Florentino Teles de Menezes". (Rev. cit., n.º 26, 1961/65).

Epifânio encontrou a verdade sobre o assunto onde devia procurá-la — na ata da fundação do IHGS, cuja xerocópia tenho em nosso arquivo.

Para liquidar o assunto, basta a leitura do discurso de Florentino na sessão de assembléia geral do IHGS realizada em 30.07.1917, transcrito na respectiva ata (fls. 3 a 5v do livro 3).

Nesse discurso, recorda que há cinco anos passados erguera sua voz "com o fim de fundar o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe". Evoca a sessão inaugural, a que compareceram vinte e dois ilustres conterrâneos, por ele convidados "pessoalmente e pela imprensa". Relembra o local onde

se realizou a referida reunião — a sala onde funcionava o Clube Esperanto, no antigo Tribunal da Relação, que lhe foi cedida por Alcebíades Pais e Caldas Barreto. E reivindica, com o pensamento voltado para os companheiros que o ajudaram a fundar o IHGS, o restabelecimento da categoria de sócios fundadores, omitida na reforma dos Estatutos.

Falaria assim diante de Caldas Barreto, de tantos sócios fundadores, de homens como Deodato Maia, Elias Montalvão e o chistoso polemista Clodomir Silva não tivesse sido realmente dele a iniciativa da criação do IHGS? E se fossem falsas, não teriam suas palavras provocado protestos, apartes, retificações ou risos? Teria sido o discurso pacificamente transcrito em ata?

Pertence a Florentino Menezes a glória da fundação do Instituto Histórico. O Des. Caldas Barreto apenas ajudou. Armindo Guaraná viu nele "um dos mais encorajados sócios fundadores" da entidade cujo primeiro presidente foi o Des. José da Silva Melo, apresentado por Florentino Menezes, então acadêmico de Medicina.

Julgo dispensáveis outras provas da historicidade do fato. Quem ainda tiver dúvida, que procure a ata da instalação do Instituto, e logo se convencerá da verdade.

## O SERGIPANO JENNER AUGUSTO

Maria Thetis Nunes

O que me leva a identificar o pintor Jenner Augusto como sergipano não é o fato de, há 50 anos, haver ele nascido em Sergipe. Centenas e centenas de sergipanos andam espalhados por esse mundão. O caso de terem, pela primeira vez, sentido a vida num ponto qualquer entre o S. Francisco e o Real, nem por isso eu os chamaria de sergipanos.

Jenner é sergipano por sua identificação com nossa terra e nossa gente, pelo interesse e carinho que cerca tudo que traz a marca de Sergipe, desde o passado histórico, que ele conhece bem, aos problemas culturais de hoje. É este traço que o faz sempre voltar aqui, buscando os velhos amigos e fazendo novos, sempre sonhando elevar, culturalmente, sua terra, alegrando-se quando há algo promissor, entristecendo-se com os fracassos.

Os Murais, de sua autoria, que enfeitam o Aeroporto e outros pontos de Aracaju, excelentes documentários da vida de nosso povo, falam desse bem que Jenner quer à sua terra.

Nunca senti um sergipano tão sergipano quando, num dia passado, fui encontrá-lo no nosso Instituto Histórico, coberto de poeira, mãos sujas, em meio a quadros deteriorados que tentava salvar. Logo, tomava providências para que uma sala se transformasse em exposição e, ele mesmo, entusiasmado ia dependurando os quadros, alegre com os resultados.

O Instituto Histórico está ali, pensei, há muito lutando com sérias dificuldades financeiras para sobreviver, uns poucos buscando salvar da destruição do tempo seu precioso patrimônio, sem estímulo, sem cooperação em sua luta. Não há uma doação, não há uma oferta de trabalho por parte dos que têm condições para isto.

O contraste com a realidade local senti no gesto de Jenner, o pintor famoso não apenas no Brasil, onde, com suces-

so, já expôs nos principais centros, recebendo prêmios e menções honrosas, também no exterior, em Paris, Bruxelas, Barcelona, Washington e tantas outras cidades, sempre, com êxito, recebendo os melhores elogios da crítica especializada e vendendo rapidamente os quadros. Vindo a Aracaju para descansar, por motivo de saúde, se envolve, espontaneamente, com seus próprios recursos, na tentativa de preservar o acervo artístico de uma instituição, testemunha dos sonhos do modesto menino-artista que aí passava muito do tempo explorando seu patrimônio e aprendendo a amá-lo. Jenner e o Instituto Histórico de Sergipe são, assim, velhos e fiéis amigos.

O traço marcante de Jenner é a simplicidade, característica dos valores autênticos, que não necessitam de excentricidades para a identificação pessoal por onde andam.

1974 é o ano de seu cinquentenário. Os amigos exigiram uma retrospectiva que contasse a caminhada do artista desde as obras impregnadas do lirismo e do sonho da adolescência em Aracaju, há mais de 30 anos, às composições plenas de segurança da maturidade. Ela mostrará o figurativismo inicial dos primeiros momentos, o lirismo abstracionista posterior, a fixação das paisagens urbanas de Salvador, com temas populares e religiosos, os alagados, onde sua arte alcança "espontânea monumentalidade", no dizer de Clarival Valadares, e também essas cores, tão suas, que as tornou inconfundíveis.

Tal retrospectiva está programada para o Rio, São Paulo e Salvador no decorrer deste ano, despertando interesse grande nos meios artísticos locais. Porque as autoridades sergipanas, ligadas ao setor cultural, não se lembram de patrocinar a vinda dessa retrospectiva, possibilitando à juventude de Aracaju conhecer esse pintor que tão ligado permanece à sua cidade, apesar de se ter projetado em outras terras?

Porque não encontramos o nome de Jenner Augusto entre aquelas pessoas escolhidas pela Prefeitura de Aracaju para receber o "Mérito Cultural" com que procura ela galardoar os sergipanos que se distinguiram em algum setor? Seria uma homenagem justa aos 50 anos de idade do pintor que outros, não sergipanos, lembram...

O importante é que Jenner não se preocupa com o reconhecimento e aplausos de sua terra. Fica magoado e revoltado quando aparece um obstáculo às suas realizações, visando melhorar o nível cultural de Sergipe, como na vez que trouxe, com muito esforço e luta, uma amostra da evolução da

arte moderna brasileira e, na abertura da exposição, não apareceu sequer uma autoridade. Ou quando conseguiu doações de artistas de renome para organizar, no Museu Histórico de São Cristóvão, uma Sala de Arte Moderna, e lhe reservaram um local inadequado, inclusive sem forro...

Mas, passado o momento de decepção, ele retorna a Sergipe com o mesmo interesse e vontade de cooperar para nosso aprimoramento cultural.

No mundo pragmático em que vivemos, o quixotismo de Jenner é uma esperança. Acima das incompreensões, derubando os obstáculos, ele segue fiel ao idealismo e à sensibilidade artística que norteiam sua vida, contando com o apoio e compreensão de Maria Luísa, a esposa e companheira das "loucuras", como, carinhosamente, ela diz.

Aracaju, abril de 1973

## DOCUMENTAÇÃO

A cópia do documento, que segue transcrito nas páginas desta Revista, trouxemos do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, onde integra a Caixa 1-203 (1619-1725). Com a colaboração da Professora Maria da Glória Santana de Almeida, fizemos sua adaptação ao português atual.

Acreditamos ser importante publicá-lo como contribuição aos estudos de um dos capítulos mais fascinantes de nossa história colonial, que é, sem dúvida, o ciclo da mineração.

MARIA THETIS NUNES







Já pode ser que conforme ao muito que estes navios se detenaram, receba Vossa Magestade juntamente cartas em que avisava de minha partida a averiguar a certeza das minas de Belchior Dias Morea e esta em que trato do sucesso delas, assim chegarão juntos a esperança e o desengano das invenções ou ignorâncias do seu Autor porque ambas estas coisas se pode crer de seu modo e procedimento.

Escrevi a V. Magestade em fim de abril passado como em razão da carta, porque V. Magestade fazia mercê a Belchior Dias de o tomar por fidalgo de sua casa e lhe dar a administração geral das Minas descobrindo-as e sendo do proveito que afirmava, tomara na viagem de Pernambuco para esta cidade o lugar da Alagoa onde nos víamos, e depois de praticarmos e em carecer o homem a muita qualidade do serviço e a pouca mercê que em recompensa dele se lhe fazia, assentáramos por escrito que eu prosseguisse embora minha jornada, e que dali a dois meses me avisaria a Bahia para que viesse beneficiar as minas e ver por experiência o que prometia por lhe ser necessário este tempo para abrir caminhos e apresentar outras cousas, e sem embargo que sobre as instâncias que por meio do Capitão de Sergipe e de Cristóvão da Rocha tinha feito com ele para me dar alguma pedra, as fiz então pessoalmente de novo mui apertadas e não pude persuadir dando o negócio por tão certo que não era necessário acrescentar experiências as que ele já fizera para confirmar a verdade e riqueza das minas.

Celebrado este assento me parti da Alagoa e estando nesta cidade atendendo aos particulares do serviço de V. Magestade e entre algumas ocupações de importância mandou aqui em fim de junho a um seu sobrinho Francisco Dias Dávila para me levar consigo e me acompanhar até a Capitania de Sergipe onde deveriam estar as minas e como o que eu alcançara do modo e prática de Belchior Dias quando nos ví-

ramos na Lagoa e a contumácia de negar a pedra me obrigava a certa desconfiança, a representei ao sobrinho duvidando a jornada de que ele não somente me assegurou por parte do tio, mas começou a publicar que sob estando na ida de uma causa a se não descobrirem as minas ou porque o cresse na realidade pelo Belchior Dias lhe afirmara segundo depois se viu ou porque o mesmo Belchior Dias ordenasse que fizesse todas estas instâncias parecendo-lhe que sendo o inverno tão entrado e o caminho muito trabalhoso e arriscado o não poderia combater em grande dificuldade e que assim ficaria por mim o negócio mostrando ele que pois me chamava satisfazia a sua obrigação.

Enfim apresentando-me o melhor que pude com gente, mineiros e todos os instrumentos e materiais necessários, me parti por terra e em 15 de julho com grande invernada e infinitas desconfortosidades, e vendo-me no Rio Real com Belchior Dias passei dali a Sergipe, dando com seu aviso na conformidade de que tratáramos, fui a Serra da Taboiana dez léguas aos sertões da cidade, chegados ali levou o dia seguinte a meia ladeira de um oiteiro semeado de seixos e pedras brancas pondo-nos sobre um socavão que disse ser a mina São Pedro que prometera, o qual posto que a primeira vista tinha alguma aparência de mina em razão de uma pequena beta que cavando ao centro em pouca altura logo se perdia, todavia mui longe de ter as qualidades que a verdadeira mina requer.

Trouxe do socavão uma pedra branca riia passada de alguns vieiros e fazendo nela ensaios Fernão Gil, castelano mineiro mui prático de 30 anos, do Peru que comigo levava, nem por azougue nem por fogo deu metal algum, respondendo da mesma maneira os ensaios que com um italiano fez também Belchior Dias, o qual vendo-se confuso começou a variar e oferecer outra mina de grande rendimento no Rio Real, aonde em sua companhia mandei ao Capitão Mor Martin de Sá, vindo-os esperar de volta da serra na cidade, a qual chegaram depois de alguns dias. E ensaiadas as pedras que trouxeram foram como as da Taboiana e não tiradas de minas porque eram soltas espalhadas pela superfície da terra, de maneira que acabado de desenganar, e comunicado Belchior Dias de sua ignorância e pouco fundamento com que entrara em negócio de tanta consideração, fiz o auto que com este envio a Vossa Magestade para constar da verdade, trazendo-o preso comigo a esta Bahia onde fica e se tratará do caso como parecer que convém pagando em primeiro lugar

sem falta alguma a fazenda de Vossa Magestade todas as despesas da jornada porque ao menos lhe custe já isto sua doidece, a que parece se deva mais atribuir o sucesso que a outra coisa porque de ir um homem velho e doente a esse Reino gestar sua fazenda e em pedir a de V. Magestade e andar lá três ou quatro anos em requerimentos fundados no ar não sei em que se possa inferir o contrário.

Os trabalhos da jornada, perigos, e incomodidades que se passaram por terra e por mar foram mui grandes, o certo os dou todos por bem empregados a troca de alcançar o desengano destas quimeras ou sonhos de Belchior Dias de tantos anos em que V. Magestade não ficou menos servido que no efeito das minas sendo verdadeiras atalhando durar mais tempo uma fábula que tão introduzida estava, espero que se oferecerão outras ocasiões do serviço de V. Magestade nas quais se não pode ser empregar-me com maior zelo confio que será com melhor sucesso. Deus guarde a católica pessoa de V. Magestade.

Bahia, 15 de setembro de 1619.

Dom Luiz de Souza

## TOBIAS BARRETO EM ITABAIANA COMO PROFESSOR DE LATIM

Documento existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

"N.º 30 Inspectoria Geral das Aulas 10 de Abril de 1858

Illm.º e Exm.º Snr.

Levo a presença de V. Ex.<sup>a</sup> o requerimento do Professor Tobias Barreto de Meneses, que em virtude do que determina o artigo 20 do Regulamento de 6 de Junho de 1850 me foi enviado pelo Supplicante afim de por meo intermedio ser remettido, e informado.

O Supplicante Exm.º Snr, é um dos habeis professores, que tem a Provincia, sendo sobre tudo muito applicado, e exato no cumprimento de seos deveres, e da melhor moral; lastimando somente essa Inspectoria, que um professor como o Supplicante esteja em uma Villa, e onde é limitadissimo o numero dos alumnos por ser a sua aula de instrucção secundaria.

Quanto a licença depende unicamente do modo porque julgar VEx.<sup>a</sup> m.s conveniente ao serviço publico.

É tudo quanto me cabe informar a VEx.<sup>a</sup> do petição-nário.

DEUS G.<sup>a</sup> a VEX.<sup>a</sup>

Illm.º e Exm.º Snr. Doutor João Dabney d' Avellar Brotero, Mui Digno Presidente d'esta Provincia.

Inspetor Geral dos estudos

Dr. Pedro Autran da Matta Menezes"

## PREITO DE SAUDADE

Sócios, que integraram a Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, falecidos a partir de 1965 até a presente data.

- 1 — Acrísio Cruz
- 2 — Edélzio Vieira de Melo
- 3 — Enock Santiago — Presidente
- 4 — Epifânio da Fonseca Dória — Presidente
- 5 — Flávio da Rosa Melo
- 6 — Francisco Leite Neto
- 7 — Gonçalo Rollemberg Leite
- 8 — Humberto Diniz Sobral
- 9 — Hunald Santa Flor Cardoso — Presidente
- 10 — João Batista Perez Garcia Moreno — Presidente
- 11 — João Freire Ribeiro
- 12 — João Pires Wynne
- 13 — Josafá Brandão
- 14 — José Apóstolo de Oliveira Neto
- 15 — José Augusto da Rocha Lima — Presidente
- 16 — José Garcez Dória — Presidente
- 17 — José da Silva Ribeiro — Presidente
- 18 — Leonor Teles de Menezes
- 19 — Maria da Conceição Melo Costa
- 20 — Manuel Franco Freire
- 21 — Nyceu Dantas
- 22 — Olavo Ferreira Leite
- 23 — Otávio do Espírito Santo
- 24 — Sebrão Sobrinho
- 25 — Wilson Barbosa de Melo
- 26 — Zózimo Lima

## PRESIDENTES DO I. H. G. S (1912 à 1977)

- 1 — Desembargador João da Silva Mello ..... (1912/1916)
- 2 — Desembargador Manuel Caldas Barreto Neto ..... (1916/1921)
- 3 — Manuel Joaquim Pereira Lobo ..... (1921/1923)
- 4 — Desembargador Manoel Caldas Barreto ..... (1923/1925)
- 5 — Almirante Amintas José Jorge ..... (1925/1927)
- 6 — Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda ..... (1927/1929)
- 7 — Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda ..... (1930/1932)
- 8 — Dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda ..... (1933/1937)
- 9 — Epifânio da Fonseca Dória ..... (1937/1939)
- 10 — Desembargador Hunald Santaflor Cardoso ..... (1939/1941)
- 11 — José Augusto da Rocha Lima ..... (1941/1943)
- 12 — José Augusto da Rocha Lima ..... (1943/1945)
- 13 — José Calazans Brandão da Silva ..... (1945-1941)
- 14 — João Batista Perez Garcia Moreno ..... (1947/1949)
- 15 — João Batista Perez Garcia Moreno ..... (1949/1951)
- 16 — Felte Bezerra ..... (1951/1953)
- 17 — Desembargador Enoch Santiago ..... (1953/1955)
- 18 — Desembargador Enoch Santiago ..... (1955/1957)
- 19 — Manoel Ferreira da Silva Neto ..... (1957/1961)
- 20 — Urbano de Oliveira Lima Neto ..... (1961/1965)
- 21 — José da Silva Ribeiro Filho ..... (1965/1967)
- 22 — José Bonifácio Fortes ..... (1967/1969)
- 23 — José Garcez Dória ..... (1969/1971)
- 24 — Benjamin Alves de Carvalho ..... (1971, 1971)
- 25 — Maria Thétis Nunes ..... (1971/1979)

## NOTÍCIAS

**PINACOTECA** — O Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe mantém aberta ao público a Pinacoteca, formada por obras valiosas de artistas nacionais, especialmente sergipanos. Seu funcionamento foi possível após a restauração de grande número de quadros, devido à cooperação do artista contemporâneo Jenner Augusto e ao apoio financeiro do então Governador do Estado de Sergipe, Dr. Paulo Menezes Barreto.

**ARQUIVO** — Contando com a colaboração dos alunos componentes do Projeto Rondon, sob orientação da Professora Maria Nele dos Santos, foram levantados os numerosos documentos históricos existentes no Instituto Histórico, os quais, atualmente, se encontram à disposição dos pesquisadores. Idêntico trabalho vem sendo feito com a importante coleção de jornais sergipanos aí existente pelos alunos do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe, sob a orientação de seus professores.

**MUSEU** — Foi reorganizado, ultimamente, o Museu do I.H.G.S., já atraindo grande número de visitantes, principalmente de outros Estados, ansiosos por encontrarem documentário do passado de Sergipe.

**BIBLIOTECA** — Contando com um grande acervo de obras, especialmente de autores sergipanos, algumas raras e valiosas, a Biblioteca do I.H.G.S. é muito procurada sobretudo pelos jovens estudantes que pesquisam a História de Sergipe.

**RECUPERAÇÃO DO PRÉDIO** — O Governador do Estado, Dr. José Rolemberg Leite, atendendo ao convite de sua Diretoria,

visitou o Instituto Histórico. Ao tomar conhecimento da precária situação do prédio, imediatamente determinou que a SUDOPE elaborasse um projeto para sua restauração. Nos fins de novembro passado, tiveram início as obras indispensáveis para que essa Instituição possa continuar a desempenhar a atuação cultural que vem tendo em nosso Estado desde 1912.

## TOBIAS BARRETO EM ITABAIANA COMO PROFESSOR DE LATIM

Documento existente no Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

"N.º 30 Inspectoria Geral das Aulas 10 de Abril de 1858

Illm.º e Exm.º Snr.

Levo a presença de V. Ex.<sup>a</sup> o requerimento do Professor Tobias Barreto de Meneses, que em virtude do que determina o artigo 20 do Regulamento de 6 de Junho de 1850 me foi enviado pelo Supplicante afim de por meo intermedio ser remettido, e informado.

O Supplicante Exm.º Snr, é um dos habeis professores, que tem a Provincia, sendo sobre tudo muito applicado, e exato no cumprimento de seos deveres, e da melhor moral; lastimando somente essa Inspectoria, que um professor como o Supplicante esteja em uma Villa, e onde é limitadissimo o numero dos alumnos por ser a sua aula de instrucção secundaria.

Quanto a licença depende unicamente do modo porque julgar VEx.<sup>a</sup> m.s conveniente ao serviço publico.

É tudo quanto me cabe informar a VEx.<sup>a</sup> do petição-nário.

DEUS G.<sup>a</sup> a VEX.<sup>a</sup>

Illm.º e Exm.º Snr. Doutor João Dabney d' Avellar Brotero, Mui Digno Presidente d'esta Provincia.

Inspetor Geral dos estudos

Dr. Pedro Autran da Matta Menezes"



EDITORA BENEDITINA LTDA.  
Rua do Paraíso, 6  
Salvador — Bahia

INSTITUTO N.º 1  
GEOGRÁFICO DE SERVIÇOS  
RUA ITABAIANINHA, 91  
ABACAJU - - -